

PCP APRESENTOU PROGRAMA ELEITORAL



O PCP apresentou no passado sábado, o seu Programa Eleitoral. Na mesa, Álvaro Cunhal, Carlos Carvalho, Domingos Abrantes, Luisa Araújo, Luís Sá, Vítor Dias e Octávio Teixeira

PROJECTO DE FUTURO para um PORTUGAL MELHOR

O Programa que o PCP agora apresenta constitui uma inequívoca afirmação da confiança profunda que temos nas portuguesas e nos portugueses, nas suas capacidades e nas potencialidades do nosso país.

Pensamos Portugal como uma sociedade empenhada e solidária, uma sociedade de homens livres, profundamente interessados na construção de um país de progresso, e de justiça.

Pensamos Portugal como um país com um passado marcante, e que, escorado nas múltiplas possibilidades do seu presente, incluindo a força do povo, tem ao seu alcance um futuro de liberdade e desenvolvimento.

Págs. 3, 4 e 5

(Carlos Carvalho, na apresentação do Programa Eleitoral do PCP)



No seu próximo número, o «Avante!» publicará uma entrevista com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que visitou recentemente vários países do Extremo Oriente, chefiando uma delegação do Partido. Na foto, acompanhado dos camaradas Domingos Abrantes e Albano Nunes, no momento em que prestava declarações à imprensa, à chegada a Lisboa

Solidariedade com os agricultores

Nota da Comissão Política do PCP

Pág. 11

FESTIVAL



GIANNA NANNINI

JUNE TABOR
OYSTER BAND
A. PINHO VARGAS
BOGUS BROTHERS
JULIO PEREIRA
BOYS OF THE LOUGH
OS DELFINS
RAFAEL RIQUENI
POP DEL'ARTE
SAVOURNA STEVENSON
CEDAR

SUPLEMENTO ESPECIAL NESTE NÚMERO

As eleições e a demagogia governamental

Artigo de
Agostinho Lopes

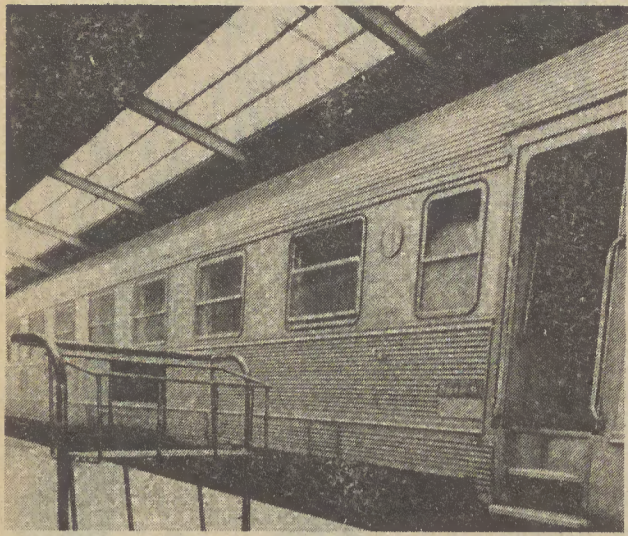
Pág. 14

Alta Autoridade para a Comunicação Social - uma questão em aberto

Pág. 15

EDITORIAL

Um Programa Eleitoral de Estado



CP — greve a cem por cento na passada sexta-feira. RN — paralisação quase total na terça

RESUMO

17
Quarta-feira

À margem da cimeira do Grupo dos Sete, Gorbachov e Bush concluem em Londres o Tratado Start, que visa eliminar trinta por cento dos arsenais nucleares estratégicos das duas superpotências ■ Regressa a Lisboa Álvaro Cunhal, que visitou vários países do Oriente à frente de uma delegação do PC ■ Reúne em Argel o Comité Central da FLN ■ Protestando agora a sua «neutralidade», o antigo líder da oposição cambojana é eleito Presidente do Conselho Nacional Supremo do Camboja ■ Alastra o movimento de protesto dos agricultores portugueses, cujas acções de contestação à política agrícola do Governo se intensificam com cortes de estradas.

18
Quinta-feira

Mário Soares e Cavaco Silva discursam em Guadalajara, no México, prometendo mais diálogo entre a CEE e a América Latina ■ Bush visita Atenas, onde apela à «reconciliação» entre a Grécia e a Turquia, ambas membros da NATO e aliadas dos EUA na Guerra do Golfo ■ Bolton, secretário de Estado adjunto para as Organizações Internacionais norte-americanas, ameaça novas acções contra o Iraque, afirmando que as resoluções da ONU o permitem e que Saddam Hussein continua a ameaçar a paz mundial.

19
Sexta-feira

Face à intensificação das lutas dos agricultores, o Governo de Cavaco reúne-se extraordinariamente para decidir sobre as reivindicações apresentadas por estes ■ O Comité Central do PCP reúne-se para discutir e aprovar o Programa Eleitoral do Partido com vista às próximas eleições legislativas ■ Gorbachov termina a sua visita a Londres encontrando-se com a ex-Primeira-Ministra Thatcher ■ O Presidente do Egipto, Mubarak, encontra-se com James Baker e propõe a retirada israelita dos territórios ocupados, em troca do levantamento do boicote económico árabe ■ Começa em Manágua o primeiro Congresso da Frente Sandinista ■ A greve na CP regista uma adesão próxima dos 100 por cento, provocando a paralisação de quase todos os comboios em Portugal.

20
Sábado

No seguimento de confrontos originados pela intervenção da GNR, os agricultores em luta levantam o bloqueio das estradas mas afirmam a sua determinação em prosseguir as acções reivindicativas ■ Paul Simon dá um concerto em Alvalade perante dezenas de milhares de espectadores ■ Mário Soares critica no México o

regime cubano e revela que uma das pressões que o Grupo dos Sete exerceu sobre Gorbachov foi a exigência de acabar a ajuda soviética a Cuba ■ Recomeçam em Roma as conversações sobre a paz em Moçambique ■ A imprensa sul-africana revela que o Governo de Pretória tem financiado o movimento Inkatha nas suas acções terroristas contra o ANC.

21
Domingo

Enquanto o Governo de Luanda procede à libertação de prisioneiros de guerra, a Unita, por seu lado, adia a libertação alegando tentativas de «infiltração» ■ As autoridades moçambicanas detêm um delegado da Cruz Vermelha Internacional acusado de estar implicado no fornecimento de material militar à Renamo ■ Na África do Sul, onde cresce o escândalo do financiamento governamental ao Inkatha, explode uma bomba numa escola destinada a filhos de militantes do ANC ■ A OLP desiste de participar em conferência de paz para o Médio-Oriente, aceitando a proposta americana de a Palestina ser representada por delegados vindos dos territórios ocupados.

22
Segunda-feira

Desistindo de falar em «maioria absoluta», Cavaco Silva apela agora ao eleitorado para uma «maioria clara», durante uma sessão de apresentação dos candidatos do PSD ■ As autoridades croatas anunciam que morreram vinte pessoas durante os confrontos entre sérvios e croatas ■ Por alegadas razões de «conveniência pessoal», demite-se o ministro da Justiça argelino, enquanto a reunião do CC da FLN continua sem concluir os seus debates ■ O ministro Volk, da África do Sul, mostra-se disposto a demitir-se, na sequência do escândalo em que o seu ministério está envolvido.

23
Terça-feira

O PCP acusa, em conferência de imprensa, o PSD de ter uma «postura hipócrita» em relação aos agricultores portugueses ■ Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN acusa alguns parceiros sociais de estarem interessados em transformar o Conselho Permanente de Concertação Social numa reunião de compadres ■ A greve da Rodoviária Nacional regista uma adesão quase total, como protesto contra a ausência de negociações sobre o acordo colectivo de trabalho para as 13 empresas em que a RN foi dividida ■ Uma reunião da presidência federal jugoslava destinada a obter o compromisso de não recurso à força salda-se mais uma vez pelo fracasso ■ A União Soviética pede oficialmente a sua adesão ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, numa carta dirigida por Mikhail Gorbachov aos responsáveis das duas organizações.

De maneira notória a batalha eleitoral das legislativas de 91 sobreaquece já em elevado grau a atmosfera política nacional. A cerca de dois meses do acto eleitoral a contenda sobe de tom e decorre num contencioso político desigual, imposto às forças mais genuínas da democracia portuguesa pelo manobristo eleitoralista da direita cavaquista governante.

É certo que a linguagem última das urnas — receptáculos vivos do voto democrático dos cidadãos, chamados a decidir da composição política de órgãos de soberania de importância primacial para o processo democrático em Portugal como os que vão ser submetidos ao veredicto popular de 6 de Outubro — decidirá dos resultados.

Na disputa destas eleições, a direita governante tem violado abertamente as regras do jogo, faz jogo baixo, vicia a democraticidade do acto eleitoral através da governamentalização eleitoralista e abusiva dos recursos financeiros e técnicos do Estado, da manipulação e partidarização a favor da sua campanha eleitoral dos órgãos de comunicação social do Estado, constitucionalmente obrigados ao pluralismo democrático, centra exclusivamente nas actividades eleitoralistas toda a acção governativa.

É um exemplo frisante de mistificação do eleitorado a «sondagem» do último fim-de-semana encomendada conjuntamente por um jornal, propriedade de um grupo privado, e pela «Antena Um» da RDP, propriedade do Estado que se multiplica em comentários tendenciosos elaborados para instilar na mente do público a ideia da inelutabilidade da maioria absoluta do PSD nas legislativas de Outubro — um jogo sujo que assume foros de autêntico escândalo, publicado nas vésperas da aprovação da lei das sondagens que interditaria o tipo da que foi realizada na última semana.

Por outro lado, o quase silenciamento nos noticiários da RTP das iniciativas do PCP e da CDU, em contraste com o relevado a outros partidos, em obediência à tese mistificadora e antidemocrática da bipolarização política nacional, faz objectivamente o jogo da direita e constitui uma outra forma abusiva de manipulação eleitoralista da comunicação social estatizada de maior audiência pública, como a TV em benefício do PSD.

E sendo certo que as urnas dirão a última palavra nos resultados eleitorais de 6 de Outubro, para o PCP é na amassadura diária do voto útil na CDU (a Coligação Democrática Unitária que reúne nas suas listas em formas de representação diversificada candidatos do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática, da UDP e outros democratas independentes sem filiação partidária) que se dinamiza o trabalho eleitoral dos comunistas e se constrói um resultado digno do sector mais coerente da esquerda portuguesa. Organizar uma campanha séria nas condições difíceis e complexas da conjuntura actual; ganhar para o apoio às listas da CDU a adesão dos democratas e de todos os portugueses amigos da liberdade e do progresso; unir esforços e vontades para derrotar o cavaquismo governante e toda a direita; consciencializar para o voto útil na CDU, são tarefas prioritárias dos comunistas portugueses e constituem passos necessários dos mais válidos para pôr a direita em minoria e garantir uma concludente vitória ao alcance das forças democráticas.

A apresentação pública no último sábado do Programa Eleitoral do PCP obedece a estas determinantes de acção e à atitude responsável do nosso Partido perante o povo. Não sofre comparações com a «bagunçada» das rivalidades pessoais e de interesses de grupo na elaboração das listas distritais do PSD, com a dança das inclusões espúrias nas listas do PS ou com as ilusões de «3ª força» do CDS ou ainda com o «promessismo» demagógico dos adversários eleitorais da CDU na caça «vale tudo» que movem ao voto dos portugueses.

O Programa Eleitoral do PCP para as eleições legislativas de Outubro (que remata, como sublinhou Carlos Carvalhas na sua apresentação, «um amplo e participativo trabalho de preparação que envolveu, por um lado, os diversos sectores e organizações do Partido e a contribuição criativa e empenhada de muitas centenas de militantes e, por outro lado, dezenas de realizações seminários, encontros, e audições sobre temas específicos») é um instrumento de inestimável valor para o conhecimento e o estudo das propostas eleitorais do PCP e da realidade nacional.

É um documento à altura das responsabilidades e da natureza de um Partido profundamente enraizado no Povo, vinculado aos interesses fundamentais do País.

Força insubstituível da sociedade portuguesa, há quinze anos fora da área do poder executivo (mas partido mais representativo de uma coligação democrática que detém a maioria do poder autárquico numa área superior a trinta por cento do território nacional e o terceiro em representatividade parlamentar na Assembleia da República e um activo grupo de deputados no Parlamento Europeu), o PCP não abdica da sua condição e da sua contribuição política essencial acerca das grandes questões do Estado.

O documento que foi no último sábado apresentado ao público, é um autêntico Programa de Partido que lhe confere uma autêntica fisionomia de Estado.

Cinco capítulos ou objectivos essenciais o estruturam. Em nenhum o PCP faz concessões ao eleitoralismo fácil.

É uma explanação necessariamente programática e actualizada de uma realidade e de uma política sobre as quais assentam as propostas para a construção em Portugal de uma democracia avançada no limiar do século XXI insertas no Programa do PCP saído do XII Congresso em Dezembro de 88.

Como todos os documentos do seu género o Programa Eleitoral do PCP não é de rápida leitura para o leitor comum, não é propriamente uma «folha volante» de propagação eleitoral, mas não pode nem deve ser ignorado por todos os que verdadeiramente se interessam pelo aprofundamento da realidade nacional objectiva, por todos os que pretendam conhecer as linhas mestras do pensamento político das principais forças do leque partidário nacional, de as confrontar, de se informarem acerca dos critérios, e dos diversos ângulos de visão dos problemas do País na perspectiva de uma integração europeia que acarreta para os portugueses a muito curto prazo questões de enorme complexidade e agudeza para as quais o Governo cavaquista não soube atempadamente preparar o nosso povo nem estar à altura de as equacionar na linha dos interesses nacionais profundos.

A leitura e o estudo do Programa Eleitoral do PCP para as legislativas merecem a atenção dos trabalhadores, dos quadros técnicos, dos especialistas, de todos os que têm uma responsabilidade mínima na condução da política nacional.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76 97 25/76 97 22, Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa, Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01)670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



O anúncio do Programa Eleitoral do PCP contou com uma numerosa e atenta assistência

PCP apresenta Programa Eleitoral Projecto de futuro para um Portugal melhor

Perante mais de 100 convidados e com a presença significativa da Comunicação Social, o PCP apresentou no passado sábado o seu Programa para as eleições para a Assembleia da República numa sessão realizada no Pátio Alfacinha, em Lisboa, que decorreu em três movimentos bem identificados: um primeiro de apresentação formal, onde usou da palavra o Secretário-Geral do Partido e cabeça de lista por Lisboa, Carlos Carvalhas (cuja intervenção transcrevemos na íntegra), um outro aberto ao diálogo com os presentes - nomeadamente com os jornalistas, que aí tiveram oportunidade de colocar todas as questões que entendessem (e às quais Carlos Carvalhas também respondeu) - e, finalmente, um convívio informal à volta de um lanche onde a conversa continuou com disponibilidade da maioria numa agradável tarde de sábado.

A Mesa da sessão, presidida por Victor Dias (que dirigiu os trabalhos) integrava outros dirigentes do PCP, nomeadamente Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Luisa Araújo, Luis Sá e Octávio Teixeira. Victor Dias abriu a iniciativa com uma breve introdução explicando os seus objectivos e agradecendo a presença de todos, dando de imediato a palavra ao Secretário-Geral Adjunto do

PCP, que foi escutado com grande atenção.

Depois vieram as perguntas, umas querendo saber das prioridades do Programa apresentado pelo PCP, outras abordando matérias específicas da vida política nacional, como a actual luta dos agricultores; aqui Carlos Carvalhas recordou que o Governo tem escamoteado sistematicamente um dado fundamental em relação à agricultura portuguesa, que é

a baixa de preços que se pretende impor na Comunidade (qualquer coisa como 80%), o que constitui um autêntico desastre para os nossos agricultores e para este sector da nossa economia onde, recordou também, temos um défice na ordem dos 50%. Pormenorizando um pouco mais, o Secretário Geral Adjunto do PCP avançou outro dado impressionante: o nosso défice alimentar agravou-se 140% nos últimos cinco anos.

Quanto à PAC (Política Agrícola Comum), foi constituída para servir os países ricos do Centro da Comunidade (com excesso de produção agrícola), em detrimento dos deficitários Estados do Sul.

Também em relação à tão prohalada «coesão económica e social» o PCP está de acordo, mas quer saber como vai ser concretizada.

Esgotadas as perguntas, com Carlos Carvalhas, numa despedida sorridente, a recordar que continuarão a haver oportunidades para novas conversas, a sessão prosseguiu com um lanche e um convívio informal, propiciando trocas de impressões já, naturalmente, *off-record* mas nem por isso menos interessadas.



A iniciativa teve três momentos distintos: a apresentação formal do Programa, um período de perguntas e um convívio final e informal



Pormenor da Mesa que presidiu à iniciativa

Intervenção de Carlos Carvalhas

Senhoras e Senhores,
Amigos,
Camaradas,

1. O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido ontem, 19 de Julho, analisou e aprovou o Programa do Partido tendo em vista as eleições de 6 de Outubro de 1991 para a Assembleia da República, Programa que neste acto se divulga à comunicação social e se apresenta ao povo português.

O Programa do PCP para as eleições legislativas é o remate de um amplo e participado trabalho de preparação, que envolveu, por um lado, os diversos sectores e organizações do Partido e a contribuição criativa e empenhada de muitas centenas de militantes; e, por outro lado, dezenas de realizações designadamente seminários, encontros e audições sobre temas específicos.

Recordamos, a título de exemplo, os seminários sobre os direitos dos trabalhadores; sobre os direitos, liberdades e garantias; sobre a justiça em Portugal; sobre a modernização da Administração Pública; sobre a Mulher; sobre a Saúde; sobre o combate à droga; sobre a bioética e os complexos problemas que levanta; sobre a situação dos idosos, reformados e pensionistas; sobre as minorias étnicas; sobre a inteligência artificial.

Todas essas iniciativas foram públicas e nelas participaram especialistas, técnicos e outros cidadãos interessados nos temas em debate. Queremos daqui agradecer a todos os que, não sendo membros do meu Partido, aceitaram o nosso convite e connosco quiseram participar no debate e elaboração das opções e propostas que fundamentam e integram o Programa que agora se apresenta. É para nós gratificante constatar que a nossa vontade de diálogo e de confronto de opiniões encontra em tão vastos sectores tanta disponibilidade e tanto interesse. Sem essa participação e esse diálogo, o Programa não seria tão rico e tão completo.

O diálogo, com a sociedade, com as instituições, com os trabalhadores e as suas organizações, com as populações, com os cidadãos em geral é e será parte integrante da nossa postura na vida política nacional, que reafirmamos empenhadamente.

2. Importa assim salientar que as propostas que agora apresentamos integradas neste Programa não são um remendo de última hora, feito para a conjuntura eleitoral. As propostas correspondem e plasmam o trabalho que o Partido, com completa coerência, desenvolve em todos os planos da vida pública, quer na sociedade civil e no posicionamento face à acção e luta das forças sociais, quer na estrutura do Estado, na Assembleia da República, nos órgãos de Poder Local, no Parlamento Europeu, ou noutra qualquer lugar.

As posições que assumimos e as propostas que defendemos colhem a sua inspiração no Programa do PCP aprovado em 1988 no XII Congresso, para uma democracia avançada no limiar do século XXI; concretizam ideias e opções feitas em grandes realizações partidárias, como o encontro sobre a Independência Nacional; retomam e aprofundam propostas feitas na Assembleia da República; projectam a acção que o Partido desenvolve no quotidiano da sociedade portuguesa.

3. O Programa que o PCP agora apresenta constitui uma inequívoca afirmação da confiança profunda que temos nas portuguesas e nos portugueses, nas suas capacidades e nas potencialidades do nosso país.

Pensamos Portugal como uma sociedade empenhada e solidária, uma sociedade de homens livres, profundamente interessados na construção de um país de progresso, e de justiça.

Pensamos Portugal como um país com um passado marcante, e que, escorado nas múltiplas possibilidades do seu presente, incluindo a força do povo, tem ao seu alcance um futuro de liberdade e desenvolvimento.

Portugal não está condenado a nenhuma forma de atraso.



Intervenção de Carlos Carvalhas

económico, social ou cultural. Não estamos condenados a qualquer espécie de papel secundário, nem temos que ser o parente pobre ou consentido de ninguém. Um Portugal forte e solidário não é um Portugal resignado perante a acentuação das desigualdades, as manchas de pobreza, o trabalho precário. Nunca aceitaremos ser uma província sem alma numa Europa comandada pelas transnacionais. Temos uma grande ambição para Portugal, um grande projecto nacional de liberdade, democracia, bem estar e desenvolvimento, um Portugal solidário e de progresso numa Europa de paz e cooperação.

4. Para isso, e de forma responsável e amadurecida, o Programa do PCP para a Legislatura afirma e protagoniza, em termos de orientação política, o carácter imperioso de uma profunda viragem na vida política nacional, capaz de dar resposta a essa exigência de uma política alternativa à que o PSD vem prosseguindo.

As propostas que o PCP formula, resultante de uma exigente reflexão e correspondendo ao estudo e ao conhecimento das realidades nacionais, constituem uma efectiva política de Estado, com toda a dimensão da exequibilidade, do sentido das realidades, e do empenhamento da sua concretização a todos os níveis de responsabilidades que os Portugueses entendem dever ser confiadas aos comunistas.

É com este alcance que apresentamos o Programa do Partido Comunista Português para as eleições legislativas. Programa que interessará explicitar um pouco mais, embora sumariamente.

O Programa está organizado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo do Programa para a Legislatura tem por título «Uma Sociedade Livre, um Estado de Direito Democrático, Participado e Socialmente Responsável».

O conjunto de medidas e propostas em que se desenvolve o capítulo visa em primeiro lugar garantir o primado da liberdade na vida política portuguesa, visa defender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em toda a sua riqueza e extensão, tal como a Constituição da República os consagra. Mas o capítulo visa também fornecer a resposta do PCP à necessidade de garantir para o Estado Português a sua estrutura democrática, a isenção e a modernização, que hoje particularmente se exige, face à complexidade crescente dos problemas e à justa subida do nível de exigências dos cidadãos.

Para o PCP, assim como o cidadão deve ser liberto dos medos e espartilhos que o PSD tem vindo a introduzir na sociedade, também o Estado deve ser liberto da tutela que o partido do governo sobre ele exerce. A sua estrutura, no seu conjunto, deve ser desgovernamentalizada. O capítulo passa em pormenor propostas para uma comunicação social com uma informação pluralista, que assegure o direito a informar e a ser informado; para uma justiça acessível e participada; para a garantia da ordem democrática e da segurança e tranquilidade públicas; para assegurar a defesa nacional por Forças Armadas ao serviço do País; para a construção de uma administração aberta, moderna, desburocratizada, democrática; para o reforço do Poder Local e para a concretização da regionalização; para a garantia da autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira.

As propostas do PCP explicitam, de forma detalhada, o quadro dos direitos dos cidadãos em geral, e dos trabalhadores em particular. No trato com o Estado, o PCP põe em particular realce a necessidade de participação e intervenção da «sociedade civil», dos cidadãos, organizado em isolados.

Finalmente, e quanto a este capítulo, uma especial chamada de atenção para áreas novas ou particularmente actuais. Chama-se a atenção para as questões da Bioética; para as propostas de (re)criação do Conselho de Imprensa; de alteração da lei de Comissões de Inquérito; da criação do Instituto de Acesso ao Direito; de aprovação do Código de Procedimento Administrativo; e para a prioridade atribuída ao processo de criação das Regiões Administrativas.

O segundo capítulo do Programa tem por título «Um Desenvolvimento Harmonioso e Solidário» e visa dar resposta à situação e às necessidades da economia portuguesa. O facto provado é que, apesar da conjuntura externa, extremamente favorável e da avultada entrada de cerca de 700 milhões de contos provindos dos fundos estruturais, o Governo não aproveitou a situação, e, afinal, o crescimento económico que forçosamente sempre resultaria da conjuntura, não se traduziu, como devia, no lançamento das bases estáveis e duradouras de um verdadeiro processo de desenvolvimento económico e social. Assim se mantêm, afinal, os problemas de fundo e as vulnerabilidades do aparelho produtivo nacional, as assimetrias regionais, a crise de importantes sectores económicos, como é o caso dos têxteis, o agravamento do atraso relativo do País em relação a outros países da Comunidade.

Com as nossas propostas pretendemos impedir que nos próximos quatro anos, decisivos para a economia nacional, Portugal continue a perder oportunidades de progresso social e de modernização da estrutura produtiva.

Propomos as orientações de política necessárias para um maior e melhor crescimento económico que não se esgota em si mesmo, antes se insere num desenvolvimento equilibrado que reduza as desigualdades sociais e ultrapasse as debilidades e défices estruturais da economia portuguesa.

Tendo em conta os fenómenos da internacionalização e da integração das economias, o PCP aponta como necessária e possível a rápida edificação de uma base económica nacional modernizada, mais diversificada e melhor inserida na divisão

internacional do trabalho, em que, pondo-se termo ao leilão de EP's, seja preservada a soberania nacional em centros fundamentais da decisão económica.

Apresentamos os vectores essenciais de uma política industrial que promova a diversificação da produção, a redução da dependência externa, o estímulo e o apoio à introdução e generalização na estrutura industrial dos factores dinâmicos da competitividade (inovação, diferenciação, serviços ligados, qualidade).

Propomos políticas de desenvolvimento da agricultura e das pescas, apontadas à modernização e incremento do nível de eficiência e competitividade das unidades produtivas na sua diversidade e complementaridade. A destruição da Reforma Agrária e a marginalização da agricultura e dos agricultores tiveram, como uma das consequências o agravamento na primeira fase de transição do défice da balança alimentar em 140%!

Definimos uma estratégia de desenvolvimento assente numa organização económica mista em que, a par da defesa e dinamização do sector público reestruturado e economicamente eficaz, se propõem políticas activas de modernização do sector privado e de desenvolvimento do sector cooperativo e social da economia.

O terceiro capítulo do Programa define como objectivo do PCP «Viver Melhor numa Sociedade mais Justa». O capítulo reflecte a prioridade que concedemos à política social, como componente determinante para a plena realização do cidadão e para a garantia da sua qualidade de vida e bem estar. Mas, para a concretização de uma política social que atinja esses objectivos, é necessário que o Estado seja socialmente responsável, e responda às exigências da sociedade. A demissão das suas obrigações (aliás constitucionalmente definidas) foi um dos traços da política do PSD no governo que mais negativamente se repercutiu na vida nacional. A sociedade portuguesa é hoje mais injusta, menos solidária, mais desigual. O leilão de riquíssimo património público, o negociismo, a corrupção e a ostentação e um novo riquismo vão de par com a intensificação da exploração e com afrontosos e agudos problemas sociais. Os cidadãos estão e sentem-se em geral mais des-



CARLOS CARVALHAS durante a sua intervenção

protegidos. Cresceu a incerteza no dia de amanhã. O emprego é mais precário, a instabilidade daí resultante é maior. Na proposta, aponta-se uma estratégia de desenvolvimento que combine o crescimento com um sistema eficaz de protecção social que, através de solidariedades múltiplas, garanta precisamente a coesão social. Para o PCP, há que entender e atender a novas e mais qualificadas exigências dos cidadãos, para que a qualidade de vida assuma aspectos novos, que reclamam respostas novas. É neste quadro, que o capítulo elenca e desenvolve as propostas para assegurar o direito ao emprego e melhorar as condições de vida e de trabalho, para melhorar a segurança social, ao serviço do bem estar dos portugueses; para defender o direito à saúde e o direito à habitação; para uma reforma educativa democrática; para a afirmação da cultura como factor de valorização humana e de emancipação individual, social e nacional; para a democratização do desporto como factor de desenvolvimento físico, cultural e social dos cidadãos; para promover o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Merecem referência especial, pela sua novidade, os destaques dados a alguns temas, designadamente os seguintes: a luta contra a droga, pela integridade física e moral dos jovens; as propostas para promover e dinamizar o associativismo popular; as propostas para uma política humanizada do ordenamento do território e para uma vida nas cidades com segurança promoção do património ambiental e bem estar. Os subúrbios sem alma, os longos e morosos transportes públicos de casa ao emprego e do emprego a casa, o isolamento, transformam o homem num peão anónimo

Algumas propostas

O Programa Eleitoral do PCP apresentado no passado sábado sob o título genérico «Projecto de Futuro para um Portugal Melhor» constitui um extenso documento de quase 100 páginas que, naturalmente, não podemos transcrever. Publicamos algumas propostas e medidas constantes desse Programa, numa síntese igualmente apresentada na iniciativa.

Direitos e liberdades

- Regulamentação do direito de acção popular consagrado na Constituição, conferindo a todos, pessoalmente ou através de associações, o direito de defender junto dos tribunais interesses colectivos, em áreas como o ambiente, saúde pública, património, qualidade de vida em geral.

Comunicação social

- Medidas que ponham termo à contradição crescente entre a estrutura democrática do regime e a estrutura concentracionista da propriedade dos meios de informação, nomeadamente pela promulgação de legislação anti-monopolista;

- definição de uma política de apoios às Rádios Locais, reconhecendo a importância da sua função social, o seu papel dinamizador da vida local e o conjunto de exigências que as organizações representativas têm formulado;

- alteração da legislação sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social, no sentido de a tornar um órgão não governamentalizado e vocacionado para as grandes questões do áudio-visual.

Justiça

- Real política de informação judiciária eficiente e acessível; ampliação e extensão de uma rede de gabinetes de consulta e de apoio extrajudiciário devidamente apetrechados; criação de um Instituto de Acesso ao Direito;

- ampliação e extensão do conceito de insuficiência económica para efeitos de concessão do benefício de apoio judiciário e/ou nomeação de patrono;

- limitação das custas judiciais e outros encargos, aos cidadãos de mais fracos recursos.

Segurança

- Satisfação das solicitações das populações para reforço de meios de policiamento, designadamente nas áreas da Grande Lisboa e Grande Porto, onde se acumula 68% da criminalidade;

- revisão da legislação sobre Serviços de Informações, visando impedir a sua proliferação e expansão incontrolada e

assegurar o pleno respeito pelas liberdades e a privacidade dos cidadãos; reforço e reformulação dos meios de controlo, designadamente parlamentar, instituição e garantia do direito de acesso dos cidadãos às informações que lhes dizem respeito.

Poder Local/Regionalização

- A assumpção prioritária da organização do processo de Regionalização, designadamente através da aprovação da regulamentação sobre transferência de competências e serviços, contratos programa, regime de finanças regionais e proposta de delimitação de áreas de partida, com vista à instituição das Regiões Administrativas durante o ano de 1992;

- o reforço das competências, poderes e meios das recém-criadas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto; modificação da figura institucional das Áreas Metropolitanas - conferindo às populações respectivas o direito de eleição directa dos respectivos órgãos;

- o reforço da autonomia financeira das autarquias através, designadamente, do reforço substancial dos meios financeiros das autarquias e da indemnização pelos encargos impostos e das isenções sobre receitas dos municípios decididas pelo Governo.

Economia

- Política activa de valorização dos recursos humanos e de formação de força de trabalho qualificada, adaptação do sistema de educação e formação profissional às necessidades do desenvolvimento económico e sua articulação com o sistema científico e tecnológico, como um dos vectores fundamentais da estratégia de desenvolvimento;

- adopção de medidas eficazes de apoio às empresas que promovam a investigação tecnológica e a inovação, e de protecção da produção de novos produtos e serviços com incorporação dos resultados daquelas actividades;

- apoio à criatividade e à capacidade de inovação individuais;

- desenvolvimento de novas áreas de actividade industrial com forte capacidade inovadora, com elevada dinâmica de procura e com efeitos multiplicadores sobre todo o sistema industrial, designadamente no âmbito das telecomunicações, da biotecnologia e químicas finas, e das tecnologias de informação;

- política de preços agrícolas remuneradores e aproximação dos preços dos factores de produção e das taxas de juro às médias comunitárias;

- articulação coerente das políticas monetária e cambial, que reduza as pressões especulativas sobre o escudo e o mercado monetário nacional, permita uma rápida diminuição das taxas de juro internas, conduza à redução das margens de intermediação bancária e contribua para a baixa da taxa de inflação;

NACIONAL

de uma civilização de engrenagens complexas. É preciso dar calor a esses bairros, facilitar a vivência, reinventar o reencontro e o diálogo nos grandes aglomerados urbanos.

Não sendo possível sequer resumir, mesmo que palidamente, as medidas concretas que ao longo do capítulo são propostas, importará referir, pela sua urgência, a proposta de revogação do chamado Pacote Laboral que, pelo seu alcance, constitui um instrumento de instabilidade do emprego, e de profunda degradação das condições e garantias do direito ao trabalho e às boas condições para o prestar.

O quarto capítulo do Programa visa «Responder às Aspirações de Importantes Grupos Sociais», que, pelas discriminações que sofrem ou pelo seu menor peso ou capacidade de intervenção, carecem de respostas específicas. Aliás, a situação desses grupos, em muitos aspectos, agravou-se, como consequência directa da já caracterizada política de demissão do Governo das suas obrigações e também como consequência de um clima social que cultivando o «êxito» a todo o preço, promoveu o egoísmo contra a solidariedade, fez do poder do dinheiro o critério para aferir do valor humano, e subverter o princípio ético de que os fins não justificam os meios. Uma sociedade que provoca a exclusão social da maioria dos reformados, que fecha os olhos à discriminação das mulheres, que marginaliza os deficientes ou que o que tem para oferecer à juventude é o insucesso escolar, o emprego precário e sem qualidade ou a emigração, é uma sociedade que fecha o seu próprio futuro, que não dignifica no seu quotidiano os valores da solidariedade e da justiça.

A igualdade de oportunidades é uma grande aspiração da juventude e da sociedade portuguesa. As propostas do PCP procuram concretizar uma profunda inflexão nesta situação. Nesse quadro, formulamos propostas para garantir na vida o direito das mulheres à igualdade em todas as áreas; para responder às aspirações da juventude e concretizar os seus direitos para estimular a sua força e criatividade, apresentamos propostas destinadas a assegurar aos reformados e pensionistas uma vida melhor; para a reabilitação e reinserção social dos deficientes; em defesa dos direitos dos emigrantes. Pela sua novidade, merecem destaque as propostas do PCP pelo direito das crianças a uma infância feliz, bem como as propostas para garantir os direitos das minorias étnicas. No limiar do século XXI, estaremos particularmente empenhados, para que não sejam criadas barreiras, fundadas na nacio-

nalidade ou na raça, que aviltem o tecido da solidariedade e fraternidade democráticas que emergiu de forma tão clara e exaltante da Revolução de Abril!

O quinto capítulo do Programa do PCP para a Legislatura intitula-se «Um Portugal Independente e Soberano numa Comunidade de Nações Livres e um Mundo em Mudança». O capítulo passa em revista todos os temas significativos na política externa, incluindo as relações no seio das Comunidades Europeias, bem como a política externa de defesa. No essencial, as propostas visam a afirmação de Portugal no Mundo como uma Nação com uma voz e cultura próprias, com influência, com capacidade de intervenção, com interesses próprios e legítimos a prosseguir.

O PCP entende e defende que Portugal não está sujeito a nenhum fatalismo que o amarre ao domínio estrangeiro ou a dominações externas. Portugal, na visão e nas propostas do PCP, deve estar interessado e prosseguir o processo de plena inserção na comunidade internacional e do aprofundamento e intensificação do seu relacionamento externo, em todos os planos. Mas deve fazê-lo afirmando-se com a sua identidade própria, com o peso da sua História, da sua «posição geoestratégica», da sua experiência de País e povo de múltiplos e intensos contactos em todos os continentes, da língua que partilha com mais seis países, das comunidades portuguesas que a diáspora levou a tantos lugares do mundo. Na CEE, na Europa inteira, no relacionamento com os países da África, da Ásia e da América Latina, Portugal não deve afunilar o seu relacionamento, deve surgir como uma nação de paz e de cooperação, aberta às novas realidades, empenhada na resolução dos conflitos, no desarmamento, na edificação de uma segurança colectiva que ultrapasse a lógica dos blocos e na criação de um Mundo mais justo, mais equilibrado, mais desenvolvido, e mais protegido. Como saliências do capítulo, são de registar as propostas relativas à reforma dos Tratados das Comunidades, à concretização dos princípios de coesão económica e social e, num plano ainda mais próximo, as propostas para a presidência portuguesa da CEE. Há que salientar também a questão de Timor Leste. Na próxima legislatura, vão seguramente ocorrer factos determinantes para o futuro do povo maubere e para a afirmação do seu direito à autodeterminação e independência, e por isso maiores vão ser as exigências de um total empenhamento de Portugal e dos portugueses em todas as instâncias e oportunidades.

Estes são, portanto, alguns dos traços caracterizadores dos cinco pontos do Programa do PCP para a Legislatura.

De acordo com as suas responsabilidades de grande partido democrático e nacional, o PCP submete o Programa à apreciação e juízo crítico dos portugueses. Sublinhamos, com muita ênfase, que desejamos, na base das nossas contribuições, sujeitas a críticas, continuar a aprofundar o diálogo, sobre todas as propostas e opiniões contidas no Programa. Entendemos que o Programa que agora apresentamos não é um conjunto absolutizado e fixista de afirmações, mas uma contribuição segura para um Portugal melhor.

Confiamos profundamente na capacidade do País, na classe operária, nos especialistas e quadros técnicos, nos responsáveis a todos os níveis, associações e organizações sociais, económicas, culturais, ambientais, capazes de se mobilizarem à volta de uma vontade de verdadeiro progresso, justiça e solidariedade.

Sabemos assim que é possível aperfeiçoar, e melhorar o Programa. Mas, também, não subestimamos o seu valor. É que o Programa regista a especificidade e diferença das propostas do PCP; o Programa evidencia a capacidade do PCP e o seu conhecimento especializado, bem como a sua ligação às realidades do País; o programa contém as propostas que consubstanciam sem ambiguidades uma política alternativa à do actual Governo. O Programa mostra que os comunistas portugueses têm ideias, propostas e soluções para a sociedade portuguesa, que o PCP vale por si mesmo para a viragem democrática da vida política nacional.

Uma última referência para sublinhar que o Programa que aqui apresentamos representa o conjunto de compromissos que o PCP assume perante os eleitores para toda a sua acção nas mais diversas esferas da vida nacional e nos diferentes planos da sua intervenção.

Afirmamos, por isso, que o apoio ao PCP e o voto na CDU são a opção mais certa, mais útil e mais eficaz para derrotar o PSD, para fazer valer os interesses populares, para dar força a uma nova política, para viabilizar uma alternativa democrática de Governo; para se defender a soberania e a independência nacional.

Viva Portugal!
Viva o PCP!
Viva a CDU!

e medidas

- articulação das políticas industrial e de comércio externo e reforço da capacidade de acção planeada do ICEP, tendo em vista a implementação, em cooperação com as empresas portuguesas, de estruturas de distribuição nos principais mercados de exportação e de detecção de mercados e de novas oportunidades de exportação;

- que a utilização dos fundos comunitários seja controlada pelo Tribunal de Contas e sujeita a fiscalização pela Assembleia da República;

- concessão de incentivos financeiros e fiscais especiais aos investimentos que promovam o aproveitamento integrado do potencial económico das regiões mais desfavorecidas, nomeadamente os recursos naturais e humanos;

- política de rendimentos que conduza ao progressivo reforço do peso dos salários no Rendimento Nacional;

- redução das taxas dos escalões do IRS (com manutenção da taxa do escalão mais elevado) e adequação mais realista dos limites de rendimento por escalão;

- globalização de todos os rendimentos familiares para efeitos de tributação em IRS, com consequente eliminação das «taxas liberatórias» que beneficiam as mais-valias e os rendimentos financeiros.

Trabalho e Emprego

- Revogação da legislação do Pacote Laboral (despedimento por inadaptação, duração do trabalho, período experimental, pré-reforma, etc.);

- redução imediata da duração máxima do horário semanal para 40 horas e para 35 horas, em relação aos trabalhadores com profissões ou condições de trabalho penosas, desgastantes ou perigosas;

- fixação de dois dias de descanso semanal;

- alargamento do período de férias e garantia efectiva do princípio da irrenunciabilidade do direito a férias;

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

- revisão do Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, alargando-se o conceito legal de acidente de trabalho, revendo-se processos de cálculo, aumentando as pensões e indemnizações, estabelecendo o pagamento do 14º mês aos pensionistas, garantindo a actualização anual dos valores respectivos e obrigando o Governo à publicação da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

dentes detrabalho e das doenças profissionais (de acordo com o projecto-lei já apresentado na Assembleia da República).

Saúde

- Dotar os Centros de Saúde com meios humanos e materiais necessários ao seu funcionamento e assegurar o alargamento e diversificação das suas áreas de intervenção, nomeadamente na educação para a saúde, planeamento familiar, saúde escolar, materno-infantil e ocupacional;

- implementação de um plano coerente e integrado que dê resposta aos graves problemas da urgência;

- adopção e aplicação sistemática de uma política de humanização a todos os níveis do Serviço Nacional de Saúde;

Habitação

- Definição de um Plano Nacional de Habitação (PNH);

- concretização pelo Estado e pela administração central, em cooperação com outros níveis de administração, instituições públicas, privadas e cooperativas, de um vasto programa de construção de habitação destinada aos estratos de menores recursos (arrendamento social e compra apoiada);

- instituição de novos sistemas de financiamento às cooperativas e às empresas que pretendem construir fogos a custo controlado, e para o apoio à autoconstrução, tornar menos pesado o crédito na aquisição dos fogos produzidos pelas cooperativas, impedindo a especulação em segundas transmissões;

- reformulação do crédito bonificado à aquisição de habitação, com o aumento significativo do volume de crédito disponível a juros mais baixos, com o objectivo de alargar o acesso à habitação a um número maior de pessoas e que os subsídios inerentes às bonificações (dinheiros públicos) tenham uma maior eficácia na sua aplicação;

Educação

- Extinção da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior já no próximo ano lectivo e estabelecimento de um novo regime de acesso ao ensino superior mais justo que o actual e concebido nos termos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo;

- rápida expansão do número de vagas no Ensino Superior público; eliminação progressiva e até 1995 de restrições quantitativas de carácter geral no acesso ao Ensino Superior público (sistema de *numerus clausus*).

Mulheres

- A manutenção do princípio da proibição do trabalho nocturno das mulheres na indústria, salvo casos excepcionais que deverão ser remetidos para o quadro da negociação colectiva;

- a melhoria da assistência materno-infantil, através do aumento do número de creches e jardins de infância; de uma adequada assistência médica, nomeadamente pelo fomento do parto hospitalar e da proibição de realização de trabalhos penosos e prejudiciais à gravidez;

Juventude

- Fim do trabalho infantil: fixação dos 16 anos como idade mínima para prestação de trabalho;

- reformulação do subsídio de inserção na vida activa (aumentando o seu valor e âmbito de aplicação);

- garantia dos direitos dos jovens inseridos em programas de ocupação temporária, designadamente de protecção social, de remuneração, de efectiva ocupação em actividades formativas;

- recusa dos aumentos brutais das propinas nos estabelecimentos do Ensino Superior público e dos projectos de financiamento do Ensino Superior baseados no aumento das propinas;

- elevação do nível e alargamento do sistema de apoio social aos estudantes;

Crianças

- Elevação de níveis das prestações da segurança social de apoio à família, nomeadamente, através dos aumentos do subsídio de nascimento, do subsídio de aleitação e seu prolongamento até ao 12º mês de vida, do abono de família, do abono complementar a deficientes, incluindo a atribuição do 13º e 14º mês;

Reformados

- A definição de uma nova fórmula de cálculo de pensão, que permita a atribuição de uma reforma justa;

- caminhar para a fixação do valor da pensão mínima, qualquer que seja o seu regime, tendente a igualar o montante do salário mínimo nacional;

- o desconto de 50% na utilização de todos os transportes públicos;

- a eliminação das restrições e condicionamentos impostos aos reformados quanto aos períodos de horas e dias de utilização dos transportes bem como respectivas áreas geográficas;

- a definição do critério de gratuitidade de medicamentos, próteses (incluindo óculos, lentes, placas) e exames auxiliares de diagnóstico;

Deficientes

- Sistema de Segurança Social, do atendimento e das prestações, integração do 13º e 14º meses no subsídio mensal vitalício, definição das doenças rapidamente invalidantes e apoio adequado à atribuição de material e equipamento de compensação;

Imigrantes

- Legalização do estatuto dos imigrantes que se encontram em situação considerada irregular, nomeadamente cabo-verdianos e naturais de outros países de expressão oficial portuguesa;

- extensão dos esquemas de protecção social e jurídica dos trabalhadores imigrantes em pé de igualdade com os trabalhadores portugueses - apoio dos poderes públicos às associações cívicas e culturais representativas das minorias étnicas.

Évora

Candidatos CDU fazem pacto de trabalho com a população

O PSD apelava, há 4 anos, ao voto no desenvolvimento do Alentejo. A verdade é que, 4 anos depois e no que dependeu do Governo do PSD o Alentejo (assim como o nosso distrito) se encontra numa posição mais desconfortável do que em 1987 e os seus deputados eleitos por Évora não intervieram uma única vez nem usaram nunca qualquer dos instrumentos regimentais à sua disposição para levantar e defender os interesses regionais.

As palavras são de Lino de Carvalho, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Évora, na apresentação das linhas programáticas do manifesto dos candidatos da Coligação, no passado dia 12, nas Piscinas Municipais daquela cidade.

Na iniciativa, em que participaram mais de 200 pessoas, entre as quais numerosos independentes que testemunharam o seu apoio inequívoco à CDU, intervieram, para além do cabeça de lista, Ana Paula Fitas, o independente Barros de Carvalho e o mandatário distrital, José Ernesto.

Reproduzimos em seguida alguns excertos da intervenção de Lino de Carvalho, que sublinhou que as linhas programáticas do manifesto eleitoral representam antes de mais «um pacto de trabalho com a população».

O PSD nada fez

(...) O caso do nosso Distrito e do alentejo é paradigmático. No final destes 4 anos de Governo PSD-estamos mais longe das outras

regiões do País e mais longe da Comunidade, sendo a 5.ª região menos desenvolvida da Europa entre 171 regiões. Os números provisórios do recenseamento aí estão a confirmar que perdemos cerca de 5% da população no último decénio. O nosso Distrito, com 15% de desemprego, tem uma taxa três vezes superior à do País. Os nossos activos e particularmente a população jovem procuram outras paragens. O valor criado na região tem estagnado.

O PSD desprezou o Distrito e o Alentejo não promovendo aqui nenhum projecto estruturante, nenhum programa de desenvolvimento. Até escolheram para cabeça de lista um Ministro que é o «115» da febre de inaugurações e do marketing político que percorre o Governo, mas que, para azar seu, no nosso Distrito nada inaugurou nem tem para inaugurar por que nada fez.

Mas também o PS, pelas políticas que realizou enquanto Governo e pelos silêncios e ambiguidades dos últimos anos não há garantias de, sozinho e muito menos aliado à direita, poder vir a ser um factor de mudança, de progresso social e de desenvolvimento.

Justifica-se, pois que seja exactamente nesta área, do desenvolvimento que a CDU assumiu dois compromissos a orientar prioritariamente a sua acção na próxima legislatura: o primeiro, a promoção do desenvolvimento harmonioso e solidário do Distrito de Évora batendo-nos por um Programa de Desenvolvimento para o Distrito e para o

Alentejo que tenha como bússola o aproveitamento e valorização dos nossos recursos e a potenciação das vantagens comparativas da nossa região. O segundo, a defesa de uma política de desenvolvimento rural integrado considerando que esta não pode ser definida como uma alternativa à função de produção agrícola no meio rural mas antes ser formulada e orientada no sentido da preservação do tecido produtivo e da actividade agrícola num quadro de complementaridade e diversificação de actividades económicas que permitam combater o êxodo e o envelhecimento do meio rural.

Neste âmbito fazer Alentejo assume uma importância estratégica para o desenvolvimento multifacetado do Alentejo, é o único caminho que permite combater as teses — do PSD mas também do PS — que condenam a nossa região a um «deserto» destinado à florestação, à caça e ao turismo rural.

(...) Para todo o País, mas particularmente para o nosso Distrito e para o Alentejo a proposta de reforma da PAC constitui um desastre e é inaceitável.

Ao propor uma redução do preço dos cereais e das oleaginosas em 35%, ao definir um regime de ajudas degressivas compensatórias da quebra de preços em função dos rendimentos de cada país (o que significa que um produtor, no Alentejo, receberá um subsídio

5 ou 6 vezes inferior a um produtor da Bélgica ou da Holanda), ao investir em medidas de controlo da produção através da aplicação do set-aside (com 30 a 40 mil escudos/ha de subsídio anual a quem deixar as terras em pousio sem produzir), a proposta da reforma da PAC, sem modulações de carácter regional e sem ter em conta a especificidade da agricultura portuguesa, conduzirá a prazo ao abandono da agricultura no Alentejo.

Garantir o desenvolvimento

(...) Justifica-se, pois, inteiramente, batermo-nos pela defesa e pela garantia do desenvolvimento da agricultura, pelo direito à terra, pelo direito a trabalhar e pelo direito a produzir como 3.º compromisso que assumimos para a próxima Assembleia.

Um dos sectores mais frágeis do tecido económico do Distrito é a ausência de uma verdadeira industrialização e a inexistência para a maioria dos concelhos do Distrito de uma política de incentivos financeiros e fiscais fortes que mobilizem os investidores.

Neste sentido o nosso 4.º compromisso vai para a criação de uma base industrial não poluente com valorização de duas componentes principais: as agro-indústrias e a transformação das rochas ornamentais.

Um sistema de ensino e formação adequado às opções de desenvolvimento da região, a melhoria dos serviços de saúde onde a revisão da situação dos Centros de Saúde e da rede de cuidados primários e a conclusão e a reintegração do Hospital do Patrocínio no Hospital Distrital assumem o lugar de relevo, a melhoria da rede de transportes com o desenvolvimento da rede intra-regional e a valorização de uma rede de ligação à Europa são outros tantos compromissos que assumimos.

O turismo é cada vez mais uma actividade central na nossa região. a sua dinamização no respeito e valorização da identidade e cultura regional constitui um oitavo compromisso de trabalho dos candidatos da CDU.

A valorização e conservação do património, a defesa do equilíbrio ambiental, o apoio à descentralização cultural e ao associativismo popular, o apoio à comunicação social regional serão outras tantas prioridades do trabalho da CDU.

Não podemos ignorar que há cada vez mais uma fortíssima tendência para valorizar, na Europa, o papel das regiões e o seu inter-relacionamento. E neste quadro não podemos alhear-nos que o nosso desenvolvimento não pode andar de costas viradas para a Espanha com que nos une — e nos separa — uma longa

fronteira e um bonito rio, o Guadiana.

Neste sentido dois compromissos assumem um particular, relevo no trabalho da CDU: por um lado a instituição concreta das Regiões Administrativas que o PSD bloqueou nesta legislatura; por outro lado, o incremento da cooperação transfronteiriça e da ligação à Europa das regiões

O desenvolvimento faz-se com o diálogo, a cooperação e participação de todos os agentes e faz-se, sobretudo, tendo como objectivo melhorar as condições e a qualidade de vida dos seus destinatários, os Homens e as Mulheres do nosso País, os trabalhadores que criam a riqueza e cujos direitos sociais, o primeiro dos quais é o direito a um emprego estável e um salário justo, têm vindo a ser postos em causa designadamente com o pacote laboral. A defesa e a promoção dos direitos dos trabalhadores estarão assim, também, na linha das nossas preocupações.

São 15 compromissos que os candidatos da CDU assumem para a próxima legislatura.

É um pacto de trabalho com o Distrito e a população que garante o desenvolvimento e o progresso social, a melhoria das condições de vida e de emprego, a defesa de condições dignas de vida para os reformados, a abertura de perspectivas futuras de fixação para a juventude. (...)

Reformados e pensionistas convivem em Gaia

Candidatos por Évora

Lino António Marques de Carvalho - 44 anos, técnico de contas. Vice-presidente da FENCA. Deputado. Membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora e membro suplente do Comité Central do PCP.

João Carlos Lopes Saraiva - 47 anos, engenheiro agrónomo. Presidente da AM de Mora e presidente do Conselho Regional da CCRA. Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP.

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes - 53 anos, economista. Presidente da CM e da Assembleia Distrital de Évora. Membro suplente do Conselho Directivo da ANMP. Membro da Comissão Concelhia de Évora e do Executivo da DOREV e membro suplente do Comité Central do PCP.

Ana Paula Lopes da Silva Damas Fitas - 27 anos, licenciada em Filosofia. Colaboradora em diversos órgãos da comunicação social regional.

José Maria Rodrigues Figueira - 41 anos, empregado. Coordenador da União dos Sindicatos de Évora. Membro da Direcção do Sindicato do Comércio e Escritórios do Sul. Membro suplente do CN da CGTP-IN. Membro do Executivo da DOREV do PCP.

José Francisco Barros de Carvalho - 45 anos, professor. Presidente do CD da Escola Secundária de Estremoz. Membro da AM de Estremoz. Independente.

Mário de Melo dos Santos Barradas - 60 anos, licenciado em Direito. Director do CENDREV. Membro da DOREV do PCP.

Manuel André Piteira Espenica - 33 anos, arquitecto paisagista. Foi vereador da CM de Reguengos de Monsaraz.

Largas centenas de reformados e pensionistas do distrito do Porto, simpatizantes da CDU, conviveram durante todo o domingo passado no jardim do Morro, na cidade de Vila Nova de Gaia.

Logo pela manhã, homens e mulheres dirigiram-se ao mais nobre espaço verde gaiense para disfrutar um dia diferente. Esticaram-se cobertores na relva, desembrulharam-se farnéis e o convívio começou. Para os amantes do desporto havia jogos de dominó, cartas e malha. Para os outros, música popular portuguesa pelo Grupo «Ecus da Terra».

No local não faltou a sardinha assada, o caldo verde acompanhado de broa de Avintes e de uma tigela de vinho tinto para aqueles que não trouxeram lanche.

A meio da tarde, já depois de muito terem foliado ao som dos «Ecus da Terra»,

houve algumas intervenções políticas. A camarada Alice parou de servir as cervejas para lembrar que o 14.º mês atribuído pelo Governo aos reformados não passou de um pequeno adoçar de boca, pois as principais carências desta faixa etária ainda subsistem. Alertou para que em 6 de Outubro ninguém se deixe enganar por promessas eleitorais. «Só o voto na CDU será útil», disse.

Alberto Andrade, membro da Assembleia Municipal de Gaia pela CDU, frisou que em época eleitoral o Governo nunca se esquece dos 2 milhões e 300 mil reformados e pensionistas prometendo-lhes «mar e fundos», mas depois de apurados os resultados, nunca mais se lembra deles.

Salientou que a CDU tem vindo a apresentar propostas concretas para uma vida mel-

hor para os reformados, pensionistas e idosos, e enumerou algumas das carências que afectam os reformados, como o elevado custo dos transportes e medicamentos, a má assistência médica, a falta de lares, entre outros. Por fim, apelou à união de todos na luta por uma vida melhor.

Carlos Marques, da UDP, nas listas da CDU pelo distrito do Porto, lamentou, na sua intervenção, as pensões de 20 mil escudos para quem «passou a vida a criar riqueza para o país». Carlos Marques salientou a necessidade de aumentar as pensões, argumentando que não falta dinheiro no país.

Luis Sá, da Comissão Política do PCP e cabeça de lista da CDU pelo distrito do Porto, encerrou o ciclo de intervenções. Lembrou que os reformados e pensionistas

têm sido desde sempre uma prioridade para o PCP: «não houve uma só vez que, na Assembleia da República, aquando da discussão do Orçamento para o ano seguinte, o PCP não propusesse aumento das reformas».

«Em 24 de Fevereiro de 1989 foi votado e rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS, um aumento substancial aos reformados e pensionistas apresentado por nós», denunciou, prometendo que o PCP voltaria a insistir.

Luis Sá falou ainda de alguns problemas como a falta de comparticipação na compra de óculos, a inexistência de descontos em todos os transportes públicos e a qualquer hora, entre outros. «Está ao nosso alcance mudar esta situação», disse o cabeça de lista da Coligação, apelando ao voto na CDU.



Ser forte, ser jovem CDU

No encontro realizado na passada quinta-feira com a comunicação social foram apresentados os candidatos jovens nas listas da CDU a nível nacional, bem como os principais aspectos do manifesto eleitoral dos candidatos jovens nas listas da CDU e as grandes linhas da campanha.

São 28 os candidatos jovens nas listas da CDU distribuídos por quase todos os

círculos eleitorais. São estudantes, licenciados, operários, empregados, professores, são comunistas, ecologistas, e independentes, são jovens inseridos no Movimento Juvenil, dirigentes do Movimento Associativo de Base Local, dirigentes do Movimento Associativo Estudantil, jovens ligados às grandes realidades da juventude portuguesa.

Une-os a vontade de con-

tribuírem para a transformação do presente dos jovens portugueses.

«É possível mudar, com o empenho de todos, é possível que estas Eleições Legislativas sejam o momento da mudança. É possível fazer de Portugal, um país, onde não haja PGA, onde não haja «numerus clausus», onde os jovens tenham acesso a todos os graus de ensino. É possível

o trabalho certo e seguro e realizador, é possível pôr fim ao trabalho infantil. É possível ser jovem e ter casa. É possível concretizar o direito ao desporto, à cultura, à ocupação dos tempos livres, à saúde, a um Serviço Militar Obrigatório dignificado e com direitos, a um ambiente equilibrado. É possível mudar, e nós os candidatos jovens nas listas da CDU, temos propostas.

O Manifesto Eleitoral apresentado aos jovens portugueses é baseado num profundo conhecimento da situação e dos problemas e aspirações da juventude portuguesa, é baseado num trabalho rico e diversificado já realizado em legislaturas anteriores.

A campanha da Juventude CDU será antes de mais, uma grande campanha pelos direitos e aspirações juvenis. Uma campanha ligada às propostas que temos para os resolver.

Uma campanha, com iniciativas próprias, uma campanha de rua, dinâmica e alegre onde a festa e alegria sejam traços dominantes. Uma campanha que envolva os jovens e os toque, onde eles se encontrem. Uma campanha com propostas dirigidas aos diversos sectores de juventude. Uma campanha marcada por materiais gráficos próprios. Uma campanha que se afirmará, pela alegria que transporta, o número de jovens que envolve, e a força das propostas que apresenta.

Coimbra CDU apresenta Manifesto Eleitoral

O distrito de Coimbra, tal como os outros do País, viu acentuarem-se as manchas de pobreza e marginalidade; o processo de degradação económica da classe média; o prosseguimento da desertificação das regiões serranas do interior; a diminuição da parte que cabe aos trabalhadores no rendimento distribuído.

Quem o afirma é a CDU - Coimbra, no manifesto aos eleitores daquele distrito, apresentado no passado dia 15 em conferência de imprensa.

O manifesto eleitoral, discutido num encontro de candidatos e activistas da CDU realizado na Figueira da Foz e aprovado em reunião aberta

da Comissão Coordenadora Distrital da CDU no passado dia 11, em Coimbra, afirma que o alegado desenvolvimento do distrito, propagandeado permanentemente por membros do Governo e autoridades locais, não passa de uma mistificação, pois crescimento não é desenvolvimento.

Nele se afirma também que a febre inauguracionista do Governo não consegue esconder que esse crescimento se processa de forma desordenada provocando choques das suas componentes físicas, culturais e ambientais, agravando assimetrias e comportando ritmos de expansão industrial que cada vez ficam

mais atrás dos de distritos vizinhos.

No seu manifesto eleitoral, os candidatos da CDU pelo distrito de Coimbra comprometem-se a prosseguir na Assembleia da República a defesa intransigente dos interesses das populações do distrito, designadamente impulsionar a regionalização; defender o Poder Local democrático; promover o desenvolvimento integrado do distrito; lutar pelo incremento de uma política séria de ambiente; afirmar e defender a responsabilidade social do Estado em todos os domínios; lutar pela melhoria generalizada das condições de vida das populações.

Eleitos CDU oferecem verbas a freguesias de Aveiro

A PL-AECOD — Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas, decidiu contemplar a Junta de Freguesia de Fiães e Biblioteca Pública de S. Paio de Oleiros no Concelho de Sta. Maria da Feira com 500 000\$00 e 50 000\$00 respectivamente, verbas que se destinam ao primeiro caso a apoiar a informatização dos serviços da Junta de Freguesia e no segundo à dinamização da Biblioteca.

Não é a primeira vez que a PL-AECOD — a entidade que recolhe e administra as verbas das senhas de presença auferidas pelos autarcas desta área política — atribui verbas a instituições do Distrito. Anteriormente já a JF de Fiães tinha sido contemplada, assim como a JF da Pampilhosa e outras instituições.

Saliente-se também que os eleitos da CDU na Freguesia de Fiães têm entregue à Junta, ao longo dos anos, verbas no valor de alguns milhares de contos.

No acto da entrega destas verbas — que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Fiães — participaram pela PL-AECOD o Engenheiro Casal Ribeiro Vereador da CDU da CM Espinho e Luís Quintino da DORAV do PCP. Pelas instituições estiveram presentes Bernardino Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães e Celestino Marques, Membro do Executivo da Junta e José António Cunha pela Biblioteca Pública de S.P. Oleiros.

Jovens candidatos

Vila Real — Marina Costa, 20 anos, estudante do Ensino Superior, membro da Organização Distrital de Vila Real da JCP.

Braga — Mónica Ramôa, 24 anos, estudante do Ensino Superior, membro da Assembleia e do Senado da Universidade do Minho, membro da Direcção Central da Organização do Ensino Superior da JCP, membro da Direcção Nacional da JCP; Manuel Fernandes Carvoeiro, 27 anos, estudante do Ensino Superior/professor do primeiro ciclo do Ensino Básico, membro da Interjovem de Braga, membro da Organização de Braga do PCP.

Porto — Maria João Gonçalves, 22 anos, estudante do Ensino Superior, membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista os Verdes; Rui Pedro Araújo Sá, 27 anos, engenheiro, membro da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP; José António da Silva Pinto (Chalana), 26 anos, estudante do Ensino Superior, dirigente do Movimento Associativo Juvenil de Base Local, membro da Direcção de Organização do Ensino Superior do Porto e da Direcção Central do Ensino Superior da JCP; Marta Maria Martinho Lourenço, 29 anos, funcionária da EDP, dirigente sindical, membro do Conselho Distrital do Porto da Interjovem, membro da Comissão Concelhia de Gaia do PCP.

Aveiro — Sónia Carla Madeira Duarte, 18 anos, estudante do Ensino Superior, membro da Organização Distrital de Aveiro da JCP; João Manuel da Silva, 27 anos, engenheiro de Ambiente, membro do Conselho Nacional do PEV.

Guarda — Luís Manuel Branquinho Pinto, 25 anos, professor do Ensino Secundário — engenheiro, membro da Organização Distrital da Guarda do PCP.

Viseu — José Lopes Martins, 27 anos, funcionário dos CTT, membro da Interjovem de Viseu, membro da Organização Distrital de Viseu da JCP; Maria do Carmo Bica, 27 anos, professora — engenheira agrária, eleita na Assembleia Municipal de Vouzela, membro da Organização Distrital de Viseu do PCP.

Coimbra — João Frazão, 19 anos, estudante do Ensino Superior, membro do secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Leiria — Jorge Amador, 26 anos, operário, eleito na Assembleia Municipal de Peniche, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP; Eduardo Lino, 20 anos, animador juvenil, dirigente do Movimento Associativo Juvenil de Base Local, membro da Direcção Nacional da JCP.

Santarém — Paulo Chora, 23 anos, estudante do Ensino Superior, dirigente do Movimento Associativo Juvenil de Base Local, membro da Comissão Instaladora da Federação de Associações Juvenis do Distrito de Santarém, membro da Organização Distrital de Santarém da JCP.

Lisboa — Amélia Pardal, 27 anos, licenciada em História, membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP; António Filipe, 27 anos, licenciado em Direito, deputado, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP; Elmina Lopes, 25 anos, licenciada em Química, representante da JCP no Conselho Consultivo de Juventude, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP; Anabela Feliciano, 20 anos, estudante, dirigente do Movimento Associativo Juvenil de Base Local, membro da Direcção Nacional da JCP.

Setúbal — José Morais, 26 anos, estudante, representante da JCP na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude, membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP; Cristina Vieira, 22 anos, trabalhadora autárquica, eleita na Junta de Freguesia de Grândola, membro da Comissão Distrital de Setúbal da JCP; Arnaldo Fernandes, 26 anos, estudante do Ensino Superior, eleito na Assembleia Municipal de Alcochete, membro do Conselho Consultivo Regional de Juventude de Setúbal, membro da Comissão Distrital de Setúbal da JCP; Heloísa Apolónia, 22 anos, estudante do Ensino Superior, eleita na Assembleia Municipal da Moita, membro da Coordenadora da Ecojovem e do Conselho Nacional do PEV.

Portalegre — Esmeralda Almeida, 28 anos, médica veterinária, membro da Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP.

Évora — Ana Paula Fitas, 27 anos, licenciada em Filosofia, colaboradora da Comunicação Social Regional, membro da Coordenadora Distrital de Évora da JCP.

Beja — Miguel Ramalho, 29 anos, empregado/trabalhador-estudante, eleito na Assembleia Municipal de Beja, membro da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.

Faro — Manuel Afonso Dias, 29 anos, assistente de Biologia na Universidade do Algarve, delegado sindical do Sindicato de Professores da Zona Sul, membro da Comissão para a Elaboração dos Estatutos para a Universidade do Algarve, independente.

Dirigentes associativos apoiam a CDU

Manifestaram o seu apoio à CDU os seguintes dirigentes associativos do Ensino Secundário:

Carlos Daniel do Rosário, 18 anos, Direcção da AE da Escola Secundária n.º 1 de Queluz; Barbara Sofia Flores, 18 anos, Vice-Presidente da Direcção da AE da Escola Secundária da Cidade Universitária; Victor Dine, 19 anos, Presidente da Direcção da AE da Escola Secundária Camões; Filipe Baptista Bastos, 15 anos, Presidente da Direcção da AE da Escola Secundária Gil Vicente; Sara Canavezes, 18 anos, Direcção da AE da Escola D. Pedro V; Diana Isabel Patrício, 17 anos, Secretária do Conselho Fiscal da AE da Escola Secundária da Baixa da Banheira; Rogério Paulo Caseiro, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto - Almada; Madalena Baltazar, 16 anos, Direcção da AE da Escola Secundária S. André - Barreiro; Maria João Lopes, 15 anos, Independente, Direcção da AE da Escola Secundária do Barreiro; João Augusto da Cruz Pinto Estêves, 20 anos, Presidente do Conselho Fiscal da AE da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto - Almada; Nelson Alexandre Carvalho, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária do Feijó; Maria Manuel da Costa, 16 anos, Vice-Presidente da Direcção da AE da Escola Secundária António Inácio da Cruz - Grândola; Raul Medina Pinheiro, 18 anos, Direcção da AE da Escola Secundária António Sérgio; Luis Jorge Amaral, 19 anos, Direcção da AE da Escola Secundária António Sérgio; Mário Nuno Cardoso, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária Carolina Michaelis; Maria João Feijó Gonçalves, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária Filipa de Vilhena; Catarina Azinheira, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária Rainha St.ª Isabel; Carlos Manuel Moura Augusto, 17 anos, Direcção da AE da Escola Secundária Rainha St.ª Isabel; Álvaro Mourão, 19 anos, Direcção da AE da Escola Secundária n.º 1 - Matosinhos; Sara Alexandre Serralheiro, 19 anos, Direcção da AE da Escola Secundária André Gouveia; Telmo Luís Negreiros da Rocha, 17 anos, Presidente da Direcção da AE da Escola Secundária André Gouveia.

Festa da Alegria apesar da chuva um grande êxito

A Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, reunida no passado sábado, dia 20, fez a apreciação e balanço global da XII edição da Festa da Alegria e debateu as medidas políticas, orgânicas e de propaganda para o desenvolvimento da acção partidária tendo em vista os dois grandes objectivos do Partido para os meses de Setembro e Outubro: realizar com êxito a XV Festa da «Avante!» marcada para os dias 6, 7 e 8 de Setembro, nos terrenos da Quinta da Atalaia e alcançar o sucesso eleitoral da CDU nas Eleições Legislativas de 6 de Outubro.

A Festa da Alegria, realizada este ano nos dias 5, 6 e 7 do mês em curso, constituiu mais uma vez um acontecimento popular, político e cultural da maior relevância, tanto no panorama regional como em todo o Norte.

Apesar de fortemente prejudicada — tanto no Programa, como na afluência de gente e nos resultados financeiros — pela chuva que caiu praticamente desde a sua abertura até ao fecho, a Festa foi, mesmo assim, uma iniciativa com grande dignidade e animação em que participaram alguns milhares de pessoas, comunistas e não comunistas, onde, a par de uma qualificada e diversificada presença de muitas regiões do Minho e do País, teve momentos de grande significado, como, no plano cultural, o debate-diálogo entre José Saramago, Siza Vieira e uma numerosa e interessada assistência, ou, no plano político, o debate sobre a situação da mulher e em especial o comício.

Lamentando a suspensão e alteração de alguns dos espectáculos, devido às más condições atmosféricas e principalmente a impossibilidade de actuação de dois agrupamentos de grande cartaz, como os «Delfins» e o «Roda Viva», a DOR Braga regista com apreço as provas de compreensão dadas pela maioria dos visitantes, onde era visível muita juventude, a quem saúda pela sua presença na Festa.

Saudando efusivamente todos aqueles que com o seu trabalho, disponibilidade e apoios diversos, ajudaram à realização desta XII edição da Festa da Alegria, a DOR Braga do PCP exprime a sua satisfação e reconhecimento particulares, pela militância, espírito de sacrifício e dádiva, de

que deram provas muitos militantes e simpatizantes do Partido, cujo esforço durante muitos dias antes e depois da Festa, foi decisivo para a tornar possível.

A DOR Braga debateu também os principais aspectos da situação social e laboral no distrito, que no actual momento assumem maior relevância.

A continuação e agravamento da crise da têxtil e vestuário, que se traduz no encerramento e redução de actividade de novas empresas, aumento de casos de despedimento, precariedade de trabalho, salários em atraso, etc., crescimento do descontentamento entre os trabalhadores e muitos empresários.

É oportuno lembrar que, perante estes factos, o Governo e o PSD continuam a negar a crise e que o PS quer apressadamente empunhar a bandeira de campeão na defesa dos trabalhadores e do sector.

O PCP, que através das suas múltiplas iniciativas na AR, no PE, da realização de debates e conferências e no apoio permanente às reivindicações dos trabalhadores, mantém uma firme



atitude de solidariedade e reafirma o seu apoio para o futuro, assegurando que continuará a lutar pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, no apoio aos legítimos interesses dos empresários, na defesa do sector e, em geral, pelo desenvolvimento e progresso da região do Vale do Ave.

A DOR Braga do PCP protesta contra a perseguição aos trabalhadores na João Ferreira das Neves, na Leica, na António Silva de Barcelos, no Arminho e manifesta a sua preocupação pelos propósitos de redução de pessoal noutras grandes empresas do distrito, como a Fiação e Tecidos de Fafe, a Riopele, o Complexo Grundig/Blaupunkt e Mabor.

Esclarecimento

Tendo tomado conhecimento do teor de um telex da «Lusa» em pretense resumo da entrevista de Carlos Carvalhas à TSF, o Gabinete de Imprensa do PCP considera necessário advertir os órgãos de comunicação social de que várias passagens daquela notícia constituem significativas deformações ou ilegítimas interpretações do que realmente foi afirmado pelo Secretário-Geral Adjunto do PCP.

Entre estas, chama-se em particular a atenção para que, contrariamente ao que consta no referido telex da «Lusa», Carlos Carvalhas não afirmou «que o PCP está disposto a apoiar um governo PS», nem manifestou «disponibilidade para viabilizar no Parlamento um governo socialista» e muito menos evocou em abono dessa posição a situação particular verificada em 87.

Por outro lado, em relação ao Serviço Militar Obrigatório o que foi referido por Carlos Carvalhas é que a redução para 4 meses proposta pelo governo constitui um mero anúncio pré-eleitoral que o Governo sabe não ter capacidade prática para cumprir a curto prazo.

Faleceu aos 71 anos, no passado dia 10 de Julho, **Filipe Ribeiro**. Era membro do Partido e estava organizado na freguesia de Muge, em Salvaterra de Magos, onde militava de forma activa e interessada.

SIDÓNIO SILVA

Faleceu no passado dia 15 de Julho, aos 69 anos de idade, **Sidónio Freitas da Silva**, natural de Lisboa e residente na Damaia, onde pertencia à célula dos reformados. Foi jogador de futebol nos anos 40, altura em que passou pelas equipas do Benfica e do Belenenses e fixando-se por fim no Sporting.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

DOREV condena reforma da Política Agrícola Comum

A proposta de reforma da PAC aprovada recentemente em Bruxelas pela Comissão das Comunidades é inaceitável para a agricultura do Distrito de Évora e do Alentejo e constitui a confirmação do fracasso da política agrícola do Governo e da sua capacidade negociadora, refere uma nota da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

Entre os aspectos negativos da reforma, a DOREV aponta a proposta, a partir de 1993, de redução do preço dos cereais em 35%, do leite em 10% com uma redução da quota em 4%, da carne bovina em 15% e reduções correspondentes aos preços da carne de porco e produtos agrícolas transformados; a definição de novos incentivos para medidas de congelamento da produção (set-aside) com subsídios acrescidos a quem deixar as terras em pousio sem produzir; a definição de um regime de ajudas compensatórias de quebra de preços na base das produtividades de cada país, o que significa que um produtor no Alentejo receberá um subsídio 5 ou 6 vezes inferior a um produtor dos outros países da Comunidade.

Por outro lado, ao avançar com medidas de controlo da produção, sem modulações de carácter regional e sem ter em conta a especificidade da agricultura portuguesa e do Alentejo, em particular, a proposta de reforma da PAC vem agravar as perspectivas da agricultura alentejana e poderá conduzir a prazo ao seu abandono e aprofunda os desequilíbrios regionais e sociais na Europa.

Face à proposta de reforma da PAC, acrescenta a DOREV, percebe-se, agora, melhor a gravidade da acção do Governo do PSD no sector durante os últimos anos quando na Europa já eram previsíveis alterações profundas na política agrícola comum, com sérios prejuízos para os países do sul da Europa.

O Governo destruiu a Reforma Agrária sem proporcionar nenhuma alternativa eficaz e não definiu um Programa de

Orientação e Fomento da Produção Agrícola para o Alentejo necessária para fazer face, com tempo, aos problemas resultantes, designadamente, da nova política cerealífera.

Os produtores de cereais, de arroz, de tomate, de leite, de carne estão confrontados com sérios problemas de preços, escoamento e atraso nos pagamentos e continuam a pagar taxas de juro e factores de produção a preços 3 ou 4 vezes superiores aos da Comunidade.

O Governo não criou mecanismos operacionais e eficazes de informação e apoio aos agricultores que lhes permitam fazer face às alterações em curso. Confirmam-se, infelizmente, as críticas e alertas que há muito o PCP tornou públicos e que agora, aparentemente, aparecem assumidas também por vezes que desde sempre defenderam a PAC e a política agrícola do PSD numa desejada tentativa de se libertarem, precipitadamente, das suas próprias responsabilidades.

A DOREV do PCP defende a rejeição da proposta de reforma da PAC e reclama a defesa da especificidade da agricultura portuguesa junto das comunidades, uma reforma da PAC que tenha em vista apoios acrescidos a regiões com maiores problemas agrícolas como o Distrito de Évora e o Alentejo, medidas de reestruturação da estrutura fundiária, dando-se cumprimento ao imperativo constitucional de eliminação dos latifúndios, um Programa de Orientação e Fomento da Produção Agrícola para o Alentejo.

A DOREV do PCP expressa também a sua profunda preocupação pelo alastrar de incêndios em florestas e mato que têm percorrido o Distrito, designadamente na Serra de Portel e em Évora.

Os factos confirmam a necessidade de uma política de prevenção como o PCP tem defendido, tais como a abertura de caminhos, limpeza dos matos e construção de pontos de água que limitem a propagação dos fogos e que permitam tornar mais eficaz a acção abnegada dos bombeiros.

PCP felicita Albertina Dias

O PCP, através do seu Grupo de Estudos para a Política Desportiva, enviou a Albertina Dias e ao seu técnico Bernardino Pereira uma mensagem em que felicita a atleta «pelo seu recorde nacional dos 3000 metros (uma das melhores marcas mundiais do ano) obtido em Nice, demonstrando uma vez mais a sua qualidade de atleta e de desportista de eleição, cujos êxitos não impedem uma postura de cidadã consciente e coerente face aos problemas do País».

Recorda-se, a propósito, que Albertina Dias é uma atleta em foco. Há cerca de três meses, em Sevilha, no decorrer dos Campeonatos do Mundo de pista coberta,

obteve a quarta posição nos 3000 metros (sem preparação específica), «estilhando» o recorde de Portugal (8.55,45). Após quinze dias em Antuérpia, no Mundial de «cross», alcançou a melhor classificação portuguesa (sexto lugar).

Viseu venceu os 3000 metros na Taça da Europa (22/23 Junho) e consegue em Nice/Paris (15 Julho), também nos 3000 metros, uma das melhores marcas mundiais do ano, com o tempo de 8.43,50 — batendo o recorde nacional que pertencia a Aurora Cunha.

A atleta prepara-se agora para os campeonatos do Mundo de Tóquio.



Ford/VW

Governo não acautela interesses nacionais

A DORS acusa o projecto Ford/VW de ter um grau de incorporação nacional bastante baixo, entre 40 a 55 por cento, e aponta-se a falta de estudos prévios de impacto ambiental

Em recente reunião o executivo da DORS do PCP apreciou o projecto Ford/VW, tendo concluído que, embora o projecto apresente aspectos positivos como a criação de postos de trabalho e previsíveis bons resultados para a balança de pagamentos, o Governo não obteve na negociação garantias suficientes nem acautelou importantes interesses nacionais.

Deste modo, a DORS indica que foram dados elevados incentivos, com base em critérios muito mais favoráveis do que os aplicados às pequenas e médias empresas nacionais, para um projecto com duração garantida de apenas 7 anos, num sector extremamente vulnerável à conjuntura internacional.

Os incentivos à Ford/VW atingem 130 milhões de contos a que se devem somar 14 milhões para infra-estruturas da responsabilidade do poder central e empréstimos bancários sem juros. Em percentagem, por posto de trabalho criado, os apoios são

muito superiores àqueles que foram dados à generalidade das empresas no âmbito da OIDS.

Segundo a nota distribuída, o grau de incorporação nacional é bastante baixo, entre 40 a 55 por cento, e aponta-se a falta de estudos prévios de impacto ambiental, que um projecto desta dimensão exige.

As autarquias não só não viram disponibilizados meios financeiros a fundo perdido para fazer face às infra-estruturas que resultam do projecto, à excepção de uma contribuição prometida à Câmara Municipal de Palmela, como não foi até agora garantido o pagamento das verbas de isenções fiscais decididas pelo Governo em impostos que são receita normal das autarquias.

O executivo da DORS do PCP considera que, assinados os acordos, se toma indispensável tomar medidas para potenciar os aspectos positivos e minorar as vulnerabilidades deste projecto.

Neste sentido a DORS reclama o desenvolvimento progressivo de projectos que aproveitem as capacidades próprias do distrito de Setúbal e se insiram numa estratégia geral de desenvolvimento do País, diminuindo a dependência da malha industrial da península de Setúbal face ao projecto Ford/VW.

Por outro lado, é exigida a adopção de medidas para o aproveitamento da capacidade instalada em Portugal, bem como o apoio a novas unidades, designadamente aos empresários portugueses, de modo a elevar o grau de incorporação nacional deste empreendimento.

A DORS defende também a realização de estudos de impacto ambiental que permitam orientar o seu desenvolvimento e o de indústrias e estruturas de apoio que lhe estão ligadas, no respeito pelo equilíbrio ambiental da zona.

Por fim, reclama-se o pagamento às autarquias dos

montantes de isenções fiscais, nomeadamente do imposto de sisa e contribuição autárquica e a garantia de financiamento a fundo perdido às autarquias para fazer face às infra-estruturas que o projecto implica, caso do município da Moita, onde deverão ser executadas obras de impermeabilização dos solos numa vasta área.

A DORS conclui ainda que a instalação do projecto Ford/VW num distrito como o de Setúbal, em que 12 das 13 câmaras são de maioria CDU, desmente a campanha que insiste na ideia de que a influência do PCP desencoraja os investimentos, e confirma que para além da boa localização geográfica e da existência de mão-de-obra qualificada, a península de Setúbal atingiu o topo dos principais indicadores do País em relação a infra-estruturas básicas, não só necessárias às condições de vida das populações, mas também propícias à instalação de unidades produtivas.

NSR foi uma fraude

• Acusam participantes em debate promovido pelo STAL

«De promessa em promessa um futuro por abrir», foi o tema genérico do debate público sobre o Novo Sistema Retributivo (NSR), promovido pelo Sindicato Nacional da Administração Pública (STAL), terça-feira, num hotel da capital. Anunciado pelo Governo como a «reforma do século» ou a «reforma das reformas», rapidamente o Novo Sistema Retributivo da Função Pública começou a necessitar de uma «aposentação antecipada», salientaram os participantes.

Com efeito, como foi fri-

sado no decorrer do debate, dois anos após o início da aplicação do NSR, os trabalhadores da administração local já não têm qualquer ilusão: o novo sistema foi uma fraude.

Gorados foram, nomeadamente, os objectivos iniciais tendentes a dignificar a função pública e a melhorar a competitividade dos salários e, bem assim, os aspectos relacionados com a gestão e o nível de formação dos funcionários, relativamente aos quais o NSR, quase que se poderá dizer, funcionou ao contrário.

Repressão em Braga

A União de Sindicatos de Braga denunciou recentemente o que considerou serem os actos de «repressão e discriminação» de que estão a ser alvo alguns trabalhadores do distrito e seus representantes.

Em conferência de imprensa destinada a chamar a atenção para o «difícil momento laboral» que se vive na região de Braga, os sindicalistas alertaram ainda para os casos de salários em atraso, despedimentos e trabalho infantil.

«Do exame aos balanços sociais resulta que o total de

trabalhadores contratados a termo ou incerto é, num grande número de empresas, idêntico ou superior ao número de efectivos», salientou o sindicalista Adão Mendes, acrescentando que a situação actual está a provocar o pagamento de salários inferiores aos que vigoram contratualmente.

O aumento do trabalho infantil, ainda de acordo com as informações prestadas na conferência de imprensa, pode ser comprovado pela fuga à frequência e matrícula nas escolas.

Ministério obriga candidatos a pagar provas específicas

A necessária tranquilidade para os candidatos ao ensino superior está a ser perturbada por uma série de situações criadas pelo Ministério da Educação, como é o caso de muitas escolas exigirem o pagamento da realização das provas específicas, denuncia a Organização do Ensino Secundário da JCP, num comunicado recentemente divulgado.

O Instituto Superior Técnico é um exemplo apontado, ao exigir aos candidatos que

alí pretendam efectuar provas a quantia de seis mil escudos. Segundo a JCP, o Ministério da Educação não pode desculpar-se com a «autonomia das instituições do ensino superior, pois este processo é coordenado pelo próprio Ministério». Por outro lado, existem mecanismos de fiscalização para o impedimento desta situação e a lei é clara quando afirma que o processo de candidatura deve ser gratuito. Como afirma aquela estrutura juvenil o sucedi-

do «vem na linha política seguida pelo Ministério de acentuar a elitização na frequência e acesso ao ensino superior».

Outra acusação refere-se à incapacidade demonstrada pelo Ministério de coordenar as diferentes escolas no sentido de permitir que os candidatos realizem o mínimo de provas para um máximo de cursos. Assim é hoje possível que um candidato seja obrigado a prestar seis provas específicas para cursos da mesma área e com afinidades em termos da preparação prévia exigida.

O Ministério não disponibilizou as verbas necessárias

para a realização das provas específicas, remetendo este encargo para as escolas que lutam já com grandes dificuldades resultantes das verbas diminutas que dispõem para o seu funcionamento normal.

Por tudo isto, a JCP exige o reembolso total do dinheiro gasto pelos candidatos ao ensino superior para poderem efectuar as provas específicas; a tomada de medidas no sentido de ser reduzido o número de provas específicas que os estudantes têm de prestar; a atribuição das verbas necessárias às escolas do ensino superior para a realização normal das provas específicas.

Festa da Terra e do Mar

Está anunciada para os próximos dias 2, 3 e 4 de Agosto a 10ª edição da Festa da Terra e do Mar a realizar no Castelo de Sines.

O programa promete para a sexta-feira actuações dos «Esse Entente» e de Carlos do Carmo, e no sábado, dia 4, subirá ao palco Luísa Basto e sua Banda.

No campo desportivo salienta-se a realização do 9º Torneio de Futebol Juvenil, bem como estão previstas provas de atletismo e de tiro aos pratos.

Durante a iniciativa vão ser promovidos debates so-

bre a saúde e sobre o desenvolvimento e pescas, esperando-se logo na abertura da festa as intervenções dos camaradas Carlos Humberto, do Comité Central, e da deputada Odete Santos.

O visitante poderá ainda apreciar as famosas caldeiradas e a boa sardinha da região e como terá oportunidade de percorrer exposições políticas e de artesanato local.

Aguardam-se ainda actuações de grupos corais alentejanos, de fadistas amadores e um espectáculo do Teatro Amador de Sines.

Olhai a noite do terraço!

Noites da Vitória. Lisboa aos pés, um luar tão óbvio na coreografia que o homem ali inventou que até dispensa o concurso da Lua, se à dita lhe der a cíclica tonteira de se armar em nova. É todas as sextas-feiras no local do costume, a meio da Avenida da Liberdade e no ponto em que o Centro de Trabalho Vitória mais toca ao céu. Tocando igualmente outras coisas mais concretas, música sempre, e o coração da gente, e a folia doce dum serão nos céus da cidade, petiscando aqui, bebericando acolá, à conversa, pois, no gosto bom de se estar bem consigo no meio dos outros. Tendo amanhã no programa um gosto suplementar - uma homenagem ao Poeta, José Carlos Ary dos Santos de seu nome, nas vozes de Fernanda Alves e Carlos do Carmo. Até lá!



Mármore

Aumentos salariais 15%

Os trabalhadores do sector dos mármore obtiveram aumentos salariais de 15 por cento, com 19,16 por cento de acréscimos globais a partir de 1 de Agosto próximo, anunciou a Federação dos Sindicatos da Construção, Mármore e Madeiras.

Em comunicação, a Federação acrescenta que na revisão do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV) foi também acordada a redução do horário de trabalho para 43 horas semanais a partir de 1 de Novembro.

Para vigorar a partir de 1 de Agosto foi também aprovado o aumento do subsídio de refeição para 500 escudos diários, 1700 escudos de abono para famílias e novas tabelas de ajudas de custos.

TRABALHADORES

Em defesa dos seus direitos

Trabalhadores em luta!

• Greves na Gás de Portugal, Cuf-Têxteis, transportes rodoviários, Águas de Pisões-Moura

Em luta contra o bloqueamento das negociações, pelo reajustamento do enquadramento profissional e pela negociação do subsídio de refeição nocturna, os trabalhadores do Gás de Portugal (Petroquímica de Lisboa) e da Fábrica de Plastificantes iniciaram terça-feira uma greve que afecta os sectores de produção e distribuição de gás.

Dada a natureza desta greve, a decorrer em esquema de rotatividade, numa primeira fase, até 11 de Agosto, prevê-se a ocorrência de paragens no fornecimento de gás aos consumidores (cortes intermitentes), pelo que foi lançado um apelo das estruturas sindicais à população de Lisboa no sentido de evitar o consumo de gás canalizado durante o período da paralisação por óbvias razões de segurança.

Cuf-têxteis

No segundo dia de greve deverão entrar hoje, por sua vez, os trabalhadores da CUF-Têxteis empresa sediada em Ancião, criada a partir do desmembramento da Quimigal.

A presente luta tem como objectivo a defesa de importantes direitos e regalias conquistadas pelos trabalhadores ao serviço da

Quimigal, direitos esses que a actual administração quer eliminar.

Transportes Rodoviários

Pela manutenção dos seus direitos e regalias, também em greve estiveram terça-feira os trabalhadores de 13 empresas anteriormente pertencentes à Rodoviária Nacional.

Subscrita pela Federação Sindical dos Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru) e pelo Sindicato dos Rodoviários e Afins (Sitra) esta greve visa simultaneamente a negociação de um único acordo colectivo para as 13 empresas.

Segundo fontes sindicais, a adesão à greve que decorreu entre as 03.00 de terça-feira e as 03.00 de ontem registou elevados índices de adesão, afectando a circulação da frota de autocarros da Rodoviária Nacional.

Águas de Pisões-Moura

Em greve desde as primeiras horas da manhã de hoje, e por um período de 48 horas, estão também os trabalhadores da Sociedade das Águas de Pisões-



-Moura, SA. Abrangendo a fábrica de engarrafamento em Moura e o entreposto e os escritórios situados em Lisboa, esta greve destina-se a dar cumprimento ao caderno reivindicativo.

No pré-aviso de greve, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas refere que a paralisação é extensiva, por tempo indeterminado, ao trabalho extraordinário.

Forte adesão na CP

Entretanto, os níveis de adesão à greve na CP, reali-

zada na passada sexta-feira, registaram valores na ordem dos 95 por cento, afectando a circulação de comboios em todo o País.

Na origem desta paralisação, onde mais uma vez se evidenciou a incapacidade para o diálogo da gerência da CP e do Ministério dos Transportes, recorde-se, está a intransigência destas entidades em satisfazerem algumas reivindicações dos trabalhadores ferroviários, nomeadamente a rápida negociação do regulamento de carreiras, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e a diminuição da idade de reforma.

Atenção à poluição nas praias

A direcção do Sindicato dos Técnicos Paramédicos (STP) exigiu na passada semana que o Ministro da Saúde «suspenda imediatamente de funções as autoridades sanitárias que vêm enganando as populações» relativamente à qualidade das águas.

Em comunicado, o Sindicato denunciou o que considera ser a «irresponsabilidade com que as autoridades sanitárias põem em causa a saúde pública» com afirmações de que «não há problema em lado nenhum».

Reportando-se a um estudo das Direcções-Gerais dos Cuidados de Saúde Primários e da Qualidade do Ambiente, o STP afirma que, na sua generalidade, as praias «são más ou de suspeita qualidade, mesmo com bandeiras azuis».

De acordo com o referido estudo, as zonas balneares mais atingidas pela poluição situam-se nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

A direcção do STP recomenda que sejam evitadas «todas as praias de mar situadas junto à foz dos rios, pois é nestas que se verifica a maior carga de poluentes industriais e urbanos», e as praias de rio, devido à «ausência de controlo sanitário, às cargas poluentes e aos baixos índices de oxigénio dissolvido».

Governo brinda partidários

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) contestou há dias o Governo por aumentar em 40 por cento os salários dos presidentes das comissões instaladoras dos Institutos Politécnicos e esquecer o reescalamento das tabelas remuneratórias dos docentes.

A estrutura sindical refere em comunicado que os docentes do ensino superior universitário e politécnico «aguardam há mais de um ano» a publicação de um diploma que regulamentará o seu reescalamento nas tabelas salariais estabelecidas em Outubro de 1989.

«De facto, sob o pretexto de dignificar este subsector de ensino — cujo quadro normativo tarda em ser aplicado — o que o Governo faz, na prática, é recompensar aqueles cujas funções irão cessar à medida que esses institutos abandonem o regime de instalação», acrescenta.

Na opinião do sindicato, «por baixo de uma argumentação aparentemente inatacável, o Governo, numa atitude acentuadamente hipócrita, vem distribuir mais uma benesse àqueles que ao longo da última década foram colocados — de um modo geral por via da confiança partidária — nos lugares cimeiros das direcções dos institutos politécnicos».

No comunicado, o SPRC critica ainda o preâmbulo do diploma que determina o aumento dos vencimentos e estabelece a comparação entre os comissários do Governo nas escolas superiores politécnicas e os reitores das universidades, que «na generalidade foram eleitos democraticamente e possuem perfil académico».

CGTP em Cabo Verde

Uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, chefiada pelo respectivo coordenador nacional, Manuel Carvalho da Silva, esteve recentemente em visita oficial e de amizade a Cabo Verde.

A visita da delegação da CGTP surgiu em resposta a um convite da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde (UNTC), cujo Conselho Central, em reunião recente, analisou a situação política sindical no País e aprovou o plano de realização do seu XI Congresso ordinário.

Acordo Económico: cumprir só o que é mau

A Comissão Executiva da CGTP, reunida segunda-feira, considerou que os compromissos assumidos pelo Governo no âmbito do Acordo Económico e Social, relativos a segurança social, justiça no trabalho, formação profissional e higiene e segurança no trabalho, não estão a ser cumpridos.

Em declarações proferidas à agência Lusa, Manuel Lopes, do Executivo da Central Sindical, disse que apenas os documentos referentes à formação profissional e higiene e segurança no trabalho estavam agendados para a reunião de terça-feira do Conselho Coordenador do Conselho de Concertação Social.

«Preocupa-nos que sejam deixados de parte assuntos tão importantes para milhares de portugueses como a justiça no trabalho e a segurança social», acrescentou Manuel Lopes, antes de frisar, referindo-se ao pacote laboral, que, afinal, «parece que tudo o que era negativo no acordo económico está em andamento e as partes positivas estão paradas».

Suspensos de «A Capital»**Sindicato exige reposição da legalidade**

A decisão da Sojornal, empresa detentora de «A Capital», de suspender vários trabalhadores daquele vespertino, foi considerada ilegal e desrespeitada das leis vigentes pelo Sindicato dos trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.

Em comunicado onde denuncia a atitude de intimidação sobre os trabalhadores levada a cabo pela empresa do Grupo Sojornal, o Sindicato reafirma a sua posição de tudo fazer para combater as ilegalidades, defender os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores, repor a legalidade.

Em causa está, assinala-se, a suspensão da prestação de serviço aos trabalhadores que se recusaram a rescindir os seus contratos de trabalho, última fase de um processo que o sindicato não hesita em classificar de ilegal e que foi desencadeado a pretexto da reestruturação daquele jornal.

A antecedente as notas de suspensão, de acordo com

um comunicado do Sindicato, numa primeira fase, a administração fez constar que não necessitava do mesmo número de trabalhadores, a que se seguiu, numa fase posterior, a transferência dos trabalhadores para uma nova empresa — a Imprejournal — pertença do mesmo grupo, sem qualquer comunicação escrita aos trabalhadores e sem informação das condições dessa transferência.

Para o Sindicato, que se interroga sobre qual a fase seguinte que estará na mira da administração da empresa do grupo liderado por Pinto Balsemão, lamentável é também a posição da Inspeção Geral de Trabalho a quem acusa de não ter actuado como lhe competia, apesar das diligências dos trabalhadores suspensos e do seu sindicato.

«Os trabalhadores suspensos são aqueles que não aceitaram rescindir o seu contrato de trabalho por «mútuo acordo»; são aqueles que querem manter o

seu posto de trabalho. Que critério usou a Administração da Sojornal para seleccionar os trabalhadores a reciclar nas novas tecnologias?», inquire o sindicato, antes de concluir que os critérios eventualmente usa-

dos não respeitaram as leis em vigor já que não foi dada formação profissional a todos os trabalhadores para adaptação a novos postos de trabalho, nem respeitados os critérios prescritos na lei.

Inflação rompe projecções do Governo

Comentando os valores conhecidos da inflação em Junho (12,9 por cento em médio anual), a CGTP considerou que eles tornam «impossível» atingir a projecção do Governo para este ano, entre 10,5 e 11 por cento.

A CGTP assinala que aquele valor da taxa de inflação em Junho é explicado por motivos estruturais, porquanto, a evolução dos preços dos produtos sazonais se situa abaixo da média, em 12,7 por cento, e decorre de «aspectos ligados a não modernização do aparelho produtivo e cres-

cente penetração de capitais externos» na economia portuguesa.

Para a Intersindical, a situação «comprova a justiça» das reservas colocadas aos referenciais de inflação contidos no Acordo Económico e Social, metas por si consideradas na altura como irrealistas.

Inaceitável, na opinião da CGTP, é ainda a fixação de referenciais de 12,5 por cento de aumentos salariais para o segundo e terceiro trimestres deste ano, «quando a inflação se irá situar próximo desse valor».

A ameaça da ruína incendeia revolta dos agricultores

Continuam de pé todas as razões que justificaram no decorrer da última semana as acções de protesto dos agricultores, num movimento de contestação da política governamental para o sector que levou ao bloqueio de várias estradas de norte a sul do País.

Na base do levantamento, que congregou o apoio de muitas organizações de agricultores, esteve a recusa do Governo em aceitar o caderno reivindicativo apresentado pelos homens do campo, constituído por 13 pontos considerados essenciais para enfrentar a situação dramática com que hoje se debatem todos os sectores da actividade agrícola e florestal.

De entre eles, destaca-se para os pontos que reclamam juros para a agricultura aos níveis da CEE, a criação de linhas de crédito específicas, nomeadamente para campanha, infra-estruturas e fundo de maneio.

Custos de gasóleo idênticos aos que se praticam na CEE (isto é, um aumento de 20 escudos no subsídio por litro) e a redução dos custos de fornecimento de energia eléctrica para a agricultura para valores idênticos aos praticados na CEE, são outros tantos pontos constantes do caderno reivindicativo que o Executivo se mostra relutante em aceitar.

A posição do Governo de Cavaco Silva face ao movimento de revolta dos agricultores foi de resto marcada por uma postura de intransigência e de recusa ao diálogo, a que não faltaram as ameaças em nome da ordem pública, em tudo contrastante com o comportamento cívico evidenciado pelos agricultores.

Em resposta às suas exigências, do Governo, os agricultores apenas obtiveram a afirmação de que o País não está alegadamente em condições de melhorar o

seu nível de vida, uma vez que, disse-o o ministro da Agricultura, a satisfação das suas reivindicações custaria de imediato «muitos milhões de contos».

Claro está que o ministro esqueceu-se de dizer que esta política, a continuar, levará à falência a esmagadora maioria dos produtores agrícolas nacionais, que os preços dos produtos agrícolas pagos aos agricultores são cada vez mais baixos, que o consumidor os paga cada vez mais caros, que os preços dos factores de produção não param de subir e que temos os factores de produção e as taxas de juro mais altas da Europa.

Aspectos para os quais a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) voltou a chamar a atenção no passado fim-de-semana, em Coimbra, ao mesmo tempo que acusava o Governo de não pagar «milhões de contos que deve aos agricultores».

Em conferência de Imprensa realizada no final de uma reunião da sua direcção, a CNA abordou, entre outras dúvidas, os subsídios aos produtores de azeite, as indemnizações compensatórias às zonas desfavorecidas e parte das ajudas comunitárias aos agricultores.

No comunicado, distribuído à comunicação social, intitulado «a agricultura portuguesa à beira da falência», onde analisa detalhadamente a situação presente, a CNA lembra que há produtores de tomate com contratos feitos com as fábricas que não têm a quem entregar a produção em virtude destas rescindirem os contratos, enquanto que no sector dos cereais, com o desmantelamento da EPAC, os cereicultores são deixados na dependência da grande indústria, com perda das garantias de escoamento e dos

preços de que dispunham até aqui.

Quanto ao vinho, salienta a CNA, é cada vez mais difícil o seu escoamento, a par da degradação dos preços que leva a que, por exemplo, haja vinho pago à produção a cerca de 30 escudos o litro para depois ser vendido ao consumidor a 300 escudos e mais por cada garrafa de 0,75 litro.

O mesmo se passa com a fruta, vendida ao consumidor por quatro a cinco vezes mais do que é paga ao produtor, com o leite, pago por metade do preço do que aquele que chega ao consumidor ou ainda com a carne de bovino, com problemas de escoamento e com uma queda generalizada dos preços ao produtor que levou já, apenas no espaço de um ano, a uma descida de 23 por cento.

O comunicado responsabiliza ainda o Governo de «convivência com a especulação» e recorda que os factores de produção e as taxas de juro praticadas no sector «são as mais elevadas da Comunidade».

Referindo-se às recentes movimentações dos agricultores, António Ferraria, da direcção da CNA, defendeu a necessidade de «uma convergência» entre as associações representativas da classe, tendo em vista novas jornadas de luta. Segundo aquele dirigente, os movimentos realizados pelos agricultores poderiam ter sido muito maiores «se as associações tivessem ido ao encontro da CNA».

Repudiando «as cargas da GNR sobre os agricultores a mando do Governo», a CNA, através do seu dirigente Albino Silva, preconizou ainda a continuidade das lutas pela obtenção das mesmas regalias atribuídas aos parceiros da CEE.

PCP solidário

Os protestos que milhares de agricultores portugueses têm realizado nos últimos dias em vários pontos do país contra a política agrícola do Governo vêm confirmar as mais severas críticas e preocupações que o PCP de há muito tem vindo a exprimir e vêm testemunhar como são falaciosas as perorações governamentais sobre a paz social alegadamente reinante no país.

É hoje cada vez mais claro que o Governo não tem defendido os interesses da agricultura e dos agricultores nacionais e que a sua política tem contribuído decisivamente para tornar mais vulnerável e mais frágil a agricultura do país.

Durante o Governo do PSD, em resultado da liberalização desnecessária das importações, o défice da balança alimentar agravou-se e os agricultores, designadamente os produtores de frutas e de vinho, não conseguem escoamento para as suas produções.

Os preços pagos à produção têm vindo a degradar-se mas os portugueses continuam a pagar cada vez mais caro o que compram para se alimentarem.

Os produtores de arroz continuam com sérias dificuldades para conseguir o seu escoamento e pagamento. Os produtores de tomate, depois de terem feito as plantações, vêem-se a braços com a redução unilateral das quantidades contratadas por parte da indústria. Os cereicultores enfrentam novas regras de comercialização e classificação e quebras de preços, sem que até ao momento o Governo tenha definido o novo quadro em que o mercado funciona e tenha garantido apoios alternativos à respectiva produção.

Em consequência, os rendimentos dos agricultores baixaram, em termos reais, mais de 20% durante os últimos 4 anos.

No plano comunitário, o Governo não tem sabido defender a especificidade da agricultura portuguesa e o seu fracasso comercial leva o País a ter que enfrentar uma proposta de reforma da PAC que vem agravar ainda mais as perspectivas do sector, acentuar os desequilíbrios regionais no seio da CEE e levaria a curto prazo a uma maior quebra de produção nacional e do rendimento dos agricultores.

Mas enquanto isto se passa e o Governo promove a quebra dos preços na produção a pretexto de os harmonizar com a Comunidade não tem a mesma preocupação em baixar os custos dos factores de produção (gasóleos, electricidade, adubos, alimentos para o gado, etc.) e das taxas de juro que são 3 e 4 vezes mais elevadas que na CEE.

Desta forma inviabiliza qualquer possibilidade de competitividade das explorações agrícolas nacionais com as da Comunidade e está a contribuir decisivamente para a crise do sector e a ruína de milhares de agricultores.

O PCP, na sequência de ter já requerido, na Assembleia da República, a presença do Ministro da Agricultura, o que foi aprovado, solidariza-se com os legítimos protestos e luta dos agricultores e reafirma, nesta oportunidade, os seguintes aspectos:

- A necessidade do Governo estabelecer com urgência um diálogo útil e relações institucionais permanentes com todas as organizações representativas dos agricultores e do sector cooperativo, e não apenas com a CAP, organização que após anos e anos de apoio e cumplicidade com a política que está na origem das dificuldades dos agricultores, pretende agora sacudir as suas responsabilidades e apresentar-se como principal defensora dos interesses dos agricultores e como interlocutor privilegiado do Governo.

- A tomada imediata de medidas que permitam reduzir os níveis da taxa de juro e os custos dos factores de produção para a agricultura para níveis próximos dos da Comunidade.

- A suspensão das importações que estejam a afectar o mercado nacional socorrendo-se dos MCT's (Mecanismos Complementares de Troca), negociados para a 2ª etapa.

- A rejeição da actual proposta de reforma da PAC e a defesa de uma nova PAC que tenha em vista corrigir as profundas disparidades regionais e sociais existentes no espaço comunitário no quadro do reconhecimento efectivo da especificidade da agricultura portuguesa.

Sem prejuízo da necessidade de urgentemente ser dada satisfação às reivindicações imediatas dos agricultores em luta, o PCP salienta que só com a substituição do PSD no Governo será possível aplicar uma política diferente, que dê solução aos graves problemas da agricultura portuguesa.

As responsabilidades do PSD

O PCP condenou a posição tomada pelo porta-voz do Governo face ao conflito com os agricultores, afirmando no próprio dia em nota emitida pelo seu gabinete de imprensa que o Executivo «persiste na intransigência de não reconhecer os problemas e a justiça das reivindicações» dos homens do campo.

No comunicado, os comunistas consideram «particularmente escandaloso» o facto de o Governo «culpar o passado, esquecendo as responsabilidades do PSD que, há quase 12 anos, detém e ocupa a pasta da agricultura».

«A intransigência governamental termina com uma intolerável e inaceitável ameaça em nome da ordem pública, procurando desmobilizar os agricultores a travar a sua luta», sublinha o PCP.

Os comunistas insistem ainda na necessidade de «um diálogo aberto e franco com os agricultores e suas organizações e da procura de caminhos para a satisfação das suas reivindicações imediatas a curto prazo».

Centro Cultural de Belém

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao Centro Cultural de Belém (CCB) tinha agendado para ontem a sua segunda reunião para analisar a calendarização das audições e apreciar o seu regimento.

No final da primeira reunião, realizada na passada semana, o deputado comunista António Filipe, presidente da Comissão, afirmou que foi analisado o método a seguir no processo e que não se avançou mais por o PS não ter indi-

cado ainda o nome do seu secretário.

Quanto às audições, António Filipe afirmou que algumas entidades já manifestaram o desejo de serem ouvidas, caso da empresa proprietária dos terrenos, expropriados para a construção do CCB.

Para a reunião de ontem, segundo a agenda acordada, previa-se a eleição da mesa e a apreciação do regimento e, bem assim, a «primeira calendarização das audições».

Militarizados da Marinha

O pessoal militarizado da Marinha constituiu a Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM).

Os militarizados são constituídos pela Polícia Marítima, Troço-do-Mar, Polícia Estabelecimentos de Marinha, Faroleiros, Cabos-de-Mar, Práticos da Costa do Algarve.

A Associação tem por objectivos a dignificação social e profissional deste pessoal.

São suas aspirações a existência de um Estatuto, indexação dos aumentos de pensão de reforma ao pessoal do activo, definição de funções, bem como todo um conjunto de aspectos de ordem social.

Sandinistas realizam o seu 1.º Congresso

O 1.º Congresso da Frente Sandinista de Libertação Nacional encerrou segunda-feira os seus três dias de trabalhos. Na noite de sexta-feira, a Frente mobilizou em Manágua dezenas de milhar de pessoas na maior manifestação organizada desde as eleições de Fevereiro de 1990. Os manifestantes celebravam um duplo acontecimento: o início dos trabalhos do Congresso e o 12.º aniversário da queda do ditador Somoza.

O Congresso, em que

participaram quase 600 delegados, contou também com a presença de convidados especiais — guerrilheiros, dirigentes políticos de diferentes quadrantes ideológicos e o antigo presidente da Guatemala, Vinício Cerezo.

O PCP esteve representado por Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

Como estava previsto, a Frente reformou os seus es-

tatutos, passando agora a dispor de uma Assembleia Nacional eleita, constituída por 120 membros e que deverão reunir duas vezes por ano a fim de delinear as grandes linhas da política a seguir pelos sandinistas.

Os assuntos correntes estarão a cargo de um directorado de dez elementos.

No seu discurso perante o Congresso, Daniel Ortega, de par de uma análise dos erros cometidos pelos sandinistas durante os dez anos que estiveram no poder — autoritarismo, burocracia e

casos de corrupção. —, apelou à unidade contra «o inimigo que quer roubar ao povo as suas conquistas» e acusou o neoliberalismo de «provocar um genocídio económico e social contra os pobres da terra».

Sublinhando a necessidade de políticas alternativas, Daniel Ortega declarou ser este «o momento para recomeçar a vida» com uma frente de luta internacional com «esforços coordenados» no reforço das posições «a favor da paz e democracia».



Saudação

Por ocasião do 1.º Congresso da FSLN o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à direcção da Frente Sandinista de Libertação Nacional a mensagem que reproduzimos.

Queridos Camaradas.

É com grande emoção que o Comité Central do Partido Comunista Português saúda o 1.º Congresso da FSLN e, por intermédio dos seus delegados, todo o povo da Nicarágua.

A FSLN conseguiu ao cabo de longos anos de luta heróica e corajosa, e interpretando os sentimentos democráticos e nacionais mais profundos do povo nicaraguense, conduzir a luta que pôs termo à ditadura somozista e o processo de libertação nacional social da Nicarágua: fazer frente à contra-revolução desencadeada pelo imperialismo norte-americano. Apesar da derrota eleitoral conjuntural ocorrida em condições muito difíceis, a Frente Sandinista de Libertação Nacional confirmou-se como o maior partido e com largas perspectivas de futuro.

Tal como ontem, hoje, o PCP está ao lado da FSLN quanto aos seus objectivos de aprofundamento da democracia, da libertação nacional e social da Nicarágua, e da paz em toda a região.

Na actual situação internacional sobressai em traços bem marcantes os objectivos hegemónicos do imperialismo norte-americano que aproveitando-se da crise da URSS e de outros países socialistas, tenta impôr ao mundo os seus desígnios egoístas, como o demonstrou a guerra do Golfo.

Nesta região o papel do imperialismo americano é patente nas pressões, ingerências e ameaças sobre Cuba, no apoio ao governo reaccionário de El Salvador, na obstaculização da democratização e pacificação de toda a América Central.

Apesar de avanços significativos no plano do desarmamento verificado entre a URSS e os EUA e que interessam aos povos e trabalhadores de todo o mundo, os aspectos mais agressivos do imperialismo mantêm-se e são visíveis na América Central, no Médio Oriente, na Península Coreana.

Só a luta dos trabalhadores e dos povos conjugada com a luta de todas as forças interessadas na paz poderá manter aberta a via para prosseguir o desarmamento e a cooperação pacífica no mundo.

Neste aspecto o PCP considera útil e necessária o reforço da cooperação e da solidariedade entre todas as forças revolucionárias, democráticas, do progresso social e amantes da paz.

O PCP, com os seus setenta anos ao serviço do povo e da pátria, orgulha-se do seu passado e presente e confia no seu futuro e no futuro dos povos, dos trabalhadores e da Humanidade. Fiel ao milenar sonho do homem, de viver numa sociedade mais justa e humana, o PCP mantém inquebrantável na sua luta a perspectiva socialista.

Na fase actual da vida portuguesa, luta por uma alternativa democrática ao actual governo de direita cuja política tem estado ao serviço da restauração do poder dos monopólios liquidados com a Revolução de Abril de 1974.

O objectivo do PCP é a convergência das forças democráticas, nomeadamente com o Partido Socialista de molde a que nas próximas eleições a realizar em Outubro deste ano, se abra caminho a uma maioria alternativa à política do governo e que permita operar uma viragem democrática na vida nacional.

Para tal é necessário não só retirar a maioria ao partido do governo, mas também reforçar a posição eleitoral do PCP e da Coligação Eleitoral CDU, composta por comunistas, verdes, democratas de outras forças políticas e independentes que a apoiam.

Expressando os nossos votos de grande êxito aos trabalhos do vosso Congresso, manifestamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e a FSLN.

Tempo de balanços e debates

O 1.º Congresso da Frente Sandinista, que entretanto se transforma em partido, foi um congresso de balanços, precedido de intensos debates.

Balço de dez anos de revolução e de poder, dez anos de uma guerra imposta pelos Estados Unidos, a que se seguiu a derrota eleitoral de Fevereiro de 1990 e os quinze meses de governo dirigido por Violeta Cha-

morro.

Os debates envolveram questões particularmente importantes, em torno das quais as opiniões se dividem.

Victor Hugo Tinoco, por exemplo, defende «uma estrutura firme e sólida e equipas sólidas constituídas por militantes», por considerar que se vive uma situação, em que «a guerra pode ressurgir a qualquer mo-

mento».

A comandante Dora Maria Tellez, ex-ministra da Saúde, contesta, por seu lado, o princípio do papel de vanguarda da Frente. Dora considera que «esta concepção pressupõe que a vanguarda é detentora de todas as respostas, que apenas ela interpreta correctamente a realidade e que a sua acção é razoável e justa. Mas ninguém é senhor da

verdade absoluta. Por outro lado, o dirigente da vanguarda torna-se, na prática, o detentor da verdade absoluta».

Questões teóricas, cujo debate irá continuar.

De sublinhar que o desafio lançado pela Frente, um dos mais importantes partidos da esquerda latino-americana, é propor um projecto alternativo ao capitalismo.

Iraque

A morte a prazo

O levantamento parcial das sanções económicas ao Iraque, com vista ao financiamento da ajuda às populações, profundamente atingidas pela guerra e pelas suas sequelas actuais, tem vindo a ser proposto na ONU, quer pelo coordenador das Nações Unidas para ajuda humanitária no Golfo, príncipe Sadruddin Aga Khan, quer pelo secretário-geral, Perez de Cuellar.

A verdade é que a situação dos povos do Iraque é verdadeiramente dramática.

Aqui reproduzimos, parcialmente, o testemunho de um membro da comissão de inquérito, «Verdade sobre a guerra do Golfo», que esteve no Iraque entre 19 e 26 de Maio. Testemunhos preciosos, porque demasiados interesses confluem, fora como dentro do Iraque, para que a verdade não venha a ser nunca conhecida.

«A guerra, pela destruição dos meios de comunicação e de produção, pela destruição do potencial económico do Iraque, tem consequências dramáticas ao nível da sobrevivência deste povo. Os efeitos negativos

vão fazer-se sentir por muito tempo, ao longo dos meses, e não podem ser avaliados desde já. São consideravelmente agravados pelo embargo que, na prática, não foi levantado, num país em que 70% dos produtos alimentares são importados.

«As restrições alimentares reflectem-se em todos os alimentos de base: actualmente as famílias dispõem de metade dos alimentos — e, em particular, do arroz — que utilizavam em tempos normais. Não é ainda a fome, mas aparecem casos de grande desnutrição entre os bebés e as crianças pequenas (...). Para o conjunto da população, esta subalimentação vai ter graves consequências na saúde, com o enfraquecimento das resistências às infecções: as doenças vão ser mais frequentes; mais graves, mais mortais, em particular nas duas fases etárias extremas da vida — as crianças e os velhos. Este aumento da mortalidade em consequência da guerra nunca será correctamente compatibilizada (...).

«Os bombardeamentos não pouparam as estruturas médicas. Segundo dados



oficiais, foram atingidos trinta e dois hospitais e quinze centros de saúde, do que resulta uma maior dificuldade no que se refere aos cuidados médicos.

«A destruição de estações de depuração das águas constitui um acto criminoso, um equivalente da guerra bacteriológica. Não é necessário ser médico para saber que, num tal clima, tal facto leva ao consumo de águas poluídas com as inevitáveis epidemias de desintéria, cólera, febre tifóide. A população vai buscar água aos rios e mesmo, em Bassorá, aos poços de águas poluídas. De momento, o número de casos registados destas doenças ainda é fraco, mas

no sul, totalmente desorganizado, não há possibilidades de avaliação e, por outro lado, estas epidemias levam um certo tempo de incubação antes de se espalharem, e são favorecidas pelo calor do verão, um perigo que ainda não foi afastado.

«Assim, a guerra, somada ao embargo, tem consequências catastróficas e ainda incalculáveis para a população iraquiana. Ela vai continuar a fazer milhares de mortos, em particular crianças, que nunca serão considerados. O levantamento do embargo não inverteria a situação mas iria melhorá-la muito e é portanto uma medida humanitária urgente.»

África do Sul Governo responsável pela onda de violência

As reais responsabilidades do governo de Pretória e do exército sul-africano na onda de violências que já fez inúmeras vítimas, vieram a lume, através da imprensa, nesta última semana.

Trata-se, antes do mais, da denúncia avançada nas páginas do semanário «Weekly Mail», sobre os financiamentos da polícia ao partido Inkhata e à sua organização sindical, com o objectivo de sabotar a actividade do ANC.

Concretamente, a polícia sul-africana teria depositado pelo menos um quarto de milhão de rands numa conta bancária do Inkhata, logo após a libertação de Nelson Mandela. Esta verba destinava-se, segundo o «Weekly Mail», a financiar manifestações e outras actividades contra o ANC, que de há muito tem vindo a acusar a polícia de favorecer o Inkhata em situações de confronto.

O jornal sul-africano afirma ter obtido cópias de documentos internos da polícia de segurança provando que houve conversas entre Buthelezi (o líder do Inkhata) e um responsável da polícia de Durban, sobre formas de impedir o ANC de pôr em causa o apoio ao Inkhata no Natal.

Uma das manifestações pagas pela polícia ocorreu a 25 de Março de 1990, no estádio King's Park, em Durban, e terá constituído, na expressão utilizada pelo semanário, «a fagulha que ateou a onda de violência, popularmente conhecida como a guerra de Maritzburg».

Na sequência desta denúncia, o ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, acabou por admitir que o governo concedeu 1,5 milhões de rands ao movimento Inkhata e ao seu sindicato, atra-



A violência continua a fazer parte do quotidiano da população negra da África do Sul

vés da polícia sul-africana e, em debate televisivo em que esta questão foi abordada, considerou mesmo a possibilidade da sua demissão, aliás entretanto exigida pelo ANC.

Também nestes dias, uma investigação divulgada pelo «New Nation» revela que uma unidade especial das Forças Armadas sul-africanas, SADF, planeou e conduziu a onda de violência registada ao longo dos últimos dois anos.

Este semanário sul-africano revela, em primeira página, que a violência no país, incluindo os massacres em comboios de passageiros, foi lançada por uma unidade baseada em Phalaborwa, identificada como «five recce» (quinto regimento de reconhecimento).

«Muitos dos operacionais destas unidades são moçambicanos, angolanos e zaienses que não falam as línguas locais», refere o «New Nation». Alguns deles foram raptados dos seus países e forçados a aderir às SADF».

O jornal cita o sargento moçambicano Félix Isafas Ndimene, antigo operacional das SADF, que afirmou que quando Pretória legalizou o ANC, o Partido Comunista e o Congresso Pan-Africano, foi-lhes dito por oficiais que a guerra contra estes movimentos se iria, no entanto, manter, e que seria apenas «uma guerra diferente».

Uma «guerra diferente» em que a direita sul-africana continua a apostar. No passado fim-semana, pelo segundo domingo consecutivo, uma bomba explodiu numa escola que estava a ser renovada para o ensino de crianças de militantes do Congresso Nacional Africano.

A escola secundária de Hillviem, alvo deste atentado, foi em tempos apenas destinada a brancos, tendo encerrado há cerca de 10 anos quando foi construída uma escola maior, igualmente para brancos. O governo disse recentemente que iria reabrir Hillviem para que as cerca de 700 cri-

anças negras, filhas de exilados do ANC que se encontram na Tanzânia, pudessem efectuar os seus estudos.

Comentando estes factos em Madrid, Nelson Mandela pediu ajuda à comunidade internacional para acabar com o sistema de segregação racial e responsabilizou o sistema de *apartheid* pela morte de mais de 10 mil pessoas desde 1984.

«Qualquer um dos membros do ANC é um alvo potencial dos esquadrões da morte», disse Mandela que denunciou ainda: «os presos políticos continuam nas prisões, apenas cinco por cento dos exilados já regressaram ao país e a violência é, na sua maioria, fomentada pelo próprio Estado».

Mandela sublinhou que o objectivo principal do ANC é que a África do Sul tenha «uma Constituição democrática, baseada no princípio de um homem, um voto, e que exclua o racismo».

ACORDO START

O ministro da Defesa da União Soviética afirmou que o Tratado START sobre a redução de armas nucleares de longo alcance é mais importante do que do acordo de 1987 relativo às armas de alcance intermédio.

Os presidentes dos Estados Unidos e da URSS assinarão o Tratado START sobre a redução em 35% dos mísseis nucleares de longo alcance, em Moscovo, na próxima semana.

Segundo um estudo publicado em Abril pela Associação para o controlo de armamentos, organismo privado, o total de ogivas nucleares em mísseis balísticos soviéticos deverá ser reduzido para 50 por cento. O número de ogivas de mísseis balísticos americanos deverá reduzir-se em 35 por cento.

Os mísseis de cruzeiro instalados em submarinos não estão abrangidos pelo Tratado, mas um anexo ao acordo fixa um limite de 880 para cada um dos lados.

DISSUAÇÃO NUCLEAR

Em carta enviada ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Bessmertnykh, propõe a redução do potencial nuclear dos cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU aos níveis de uma «dissuasão nuclear mínima».

O chefe da diplomacia soviética afirma, entretanto, que «a verdadeira segurança universal apenas se tornará possível após a liquidação total dos armamentos nucleares e de armas de extermínio em massa, além da redução dos armamentos e forças armadas convencionais até níveis considerados razoáveis».

CHIPRE RECUSA

Chipre rejeitou a proposta do presidente norte-americano, George Bush, de uma reunião quadripartida para resolver o problema da ilha, dividida desde a ocupação da sua parte Norte pelo Exército turco, em 1974 — declarou o porta-voz do governo cipriota, Akis Fantis.

Nos termos da proposta de Bush deveriam participar na reunião a Grécia, a Turquia e as duas comunidades — grega e turca — da ilha.

Chipre e a Grécia são a favor de negociações a dez, que integrem, para além das quatro partes da proposta turca (apoiada pelos Estados Unidos), um representante do governo cipriota e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

«Partilhamos a posição (de Perez de Cuellar) — frisou o porta-voz — segundo a qual, antes de convocar uma conferência internacional sobre Chipre, é necessária uma preparação adequada que determine se estamos na via de um acordo no que respeita aos problemas essenciais».

CONFERÊNCIA DE PAZ

O sucesso de uma Conferência de paz para o Médio Oriente é tributário da retirada israelita dos territórios palestinos e árabes ocupados, incluindo Jerusalém-Leste, afirmou o dirigente da OLP, Yasser Arafat, que acrescentou — «É igualmente tributário da realização dos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o seu direito à autodeterminação».

Entretanto, o maior obstáculo a uma Conferência de paz continua a ser a posição assumida por Israel, que continua a defender que a colonização prosseguirá e que o Golan não será restituído a Damasco.

G-7

No seu regresso de Londres, o presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, realçou «o facto de na capital britânica ter sido iniciada a base económica da nova política mundial orientada para o século XXI».

Os dirigentes dos sete países mais industrializados chegaram a um acordo em seis pontos com o presidente Mikhail Gorbatchov.

Os primeiros quatro pontos do acordo respeitam à admissão da União Soviética como membro associado do FMI e do Banco Mundial, ao reforço da cooperação com o FMI, BM, OCDE e BERD, ao desenvolvimento de assistência técnica especializada e ao restabelecimento de relações comerciais entre Moscovo, os seus vizinhos do Leste europeu e o Ocidente.

Os últimos dois pontos referem-se à continuidade do encontro de Londres.

Delegação do PCP ao Oriente

Entre 1 e 17 de Julho, uma delegação do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, visitou sucessivamente a República Popular da China, a República Popular Democrática da Coreia, o Japão e a Índia.

Na visita à República Popular da China a delegação do PCP integrou também Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Albano Nunes, membro do Secretariado, e na visita aos restantes países, Albano Nunes.

Apesar do relativamente curto período das visitas, a delegação do PCP participou em numerosos encontros e iniciativas, sendo de realçar: na República Popular da China o encontro com Jian Zemin, Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China; na República Popular Democrática da Coreia, o encontro com Kim Il Sung, Secretário-Geral do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia; no Japão, o encontro com uma delegação do Partido Comunista Japonês, dirigida por Tetsuzo Fuwa, Presidente do Presidium do PCJ; na Índia, o encon-

tro com o Secretário-Geral do Partido Comunista da Índia, Indrajit Gupta e o encontro com uma delegação do Partido Comunista da Índia (Marxista), dirigida por Harkishan Singh Surjeet, membro do Bureau Político do PCI (M). Na Índia, a delegação do PCP foi também recebida, no Parlamento, por Gulam Nabi Azad, Secretário-Geral do Partido do Congresso e Ministro dos Assuntos Parlamentares, acompanhado por deputados do mesmo Partido.

A delegação do PCP foi recebida em todos os países visitados de uma forma fraternal, tendo sido sublinhado em cada caso a importância e utilidade da ampla troca de informações e opiniões realizada durante as conversações e a vontade de desenvolver as relações de amizade e solidariedade recíprocas.

De passagem por Paris, durante uma escala técnica no seu regresso a Lisboa, a delegação do PCP teve um encontro com André Lajoine, Secretário do Comité Central e outros dirigentes do Partido Comunista Francês.

Uma entrevista com Álvaro Cunhal, sobre esta visita, deverá ser publicada no próximo «Avante!»

As eleições e a demagogia governamental

Algumas notas sobre velhos argumentos

1. É um tema já glosado. Mas não será exagerado forçar face ao aparecimento público, com alguma insistência de velhas e revelhas ideias sobre o País.

Começemos por assinalar diversas semelhanças, salvaguardando as situações e as épocas.

O «homem» encheu os cofres do Estado de divisas. O «outro» encheu-os de ouro. Acertou as contas da Nação. Tal como o «outro». Regenerou a confiança dos investidores. Tal como o «outro». Impôs o respeito do País ao concerto das nações. Tal como o outro.

O «homem» construiu auto-estradas e IP's e IC's. O outro ficou pelas estradas. Mandou fazer uma Ponte no Porto. O «outro» também. Inaugurou as suas obras. O outro mandava o «seu Presidente».

O «homem» promoveu a concertação social e decretou o Pacote Laboral. O «outro» criou a Câmara Corporativa e produziu o Estatuto Nacional do Trabalho.

O «homem» com as Privatizações constituiu e reconstituiu novos e velhos grupos monopolistas, novas e velhas propriedades latifundiárias. O outro herdou estas e foi criador e protector desvelado dos outros.

Ele fez (tal como o outro) de um País «gravemente instável», um modelo de «estabilidade».

Mas tudo isto que o «homem» fez é posto em causa na opinião pública, por uns quantos (invejosos, oposição despeitada) que falam de favoráveis condições externas, de 700 milhões de contos da CEE.

Há então que tornar claro que todo o «êxito», todo o «sucesso», todo o crescimento resultou do génio governativo do «Homem». Que ele fez de um País «pobre», «atrasado», «lanterna vermelha», um País que já está no «Pelotão da frente», que anda 2 dias num jornal estrangeiro...

Há que demonstrar, preto no branco, que só a «genialidade» Cavaco Silva fez e faz de um País de pedras, areia e alguma água... um País a caminho do Paraíso... estamos, segundo o Sr. 1º Ministro a meio da ponte (cuidado!...)...

2. Algumas citações recentes farão luz sobre a «profundidade» e «rigor» do pensamento, de algumas personalidades e de como foi e é «árduo» e «prodigioso» o trabalho do 1º Ministro.

«Mas, como um azar nunca vem só, poderíamos dizer, também, que a Mãe-Terra não foi generosa com este território. Portugal é pobre em recursos naturais: não tem ouro, nem prata, nem diamantes, nem petróleo, nem carvão, nem gás natural... um verdadeiro azar, digno de ser cantado em fado!»⁽¹⁾

«Temos de acabar com o mito de que Portugal tem de ser um país homogéneo, com uma população equilibradamente distribuída pelo espaço nacional».

... «O Alentejo é a reserva estratégica do século XXI - diz Manuel Nazareth. É uma região que possui uma clara vocação para ser transformada numa sociedade de serviços, virada para a exploração da caça, que é incompatível com a existência de uma população densa». O catedrático sabe que a alusão é polémica. Ainda assim insiste, lembrando que a caça é a segunda maior fonte de divisas em Espanha. A agricultura deveria - segundo ele - ser remetida «para zonas que têm aptidão».⁽²⁾

«Relativamente à região do Alentejo, a que tem maior decréscimo populacional, Valente de Oliveira recusou-se a atribuir essa evolução à ausência da concretização do Projecto Alqueva. «O alentejano não sabe usar a água» e «passarão muitos anos até que consiga passar das culturas de sequeiro para as de regadio». A quebra populacional registada no Alentejo, acompanhada da crescente desertificação do interior, foi explicada pela migração para a região de Setúbal com a consequente diminuição da taxa de natalidade».⁽³⁾

Penso que o tamanho das citações se justifica. Elas são mais uma demonstração por evidência do princípio Portugal é naturalmente pobre! É o primeiro axioma nacional.

3. Não sei o que mais admirar, se a ligeireza das constatações, se a «antiguidade» do pensamento, se a vacuidade do raciocínio e conclusões, se o descaramento político.

Porque em primeiro lugar, o que se pretende, subjectiva ou objectivamente, é justificar as políticas de direita de sucessivos governos (PSD/PS/CDS) e sobretudo desculpabilizar o agravamento de alguns dos principais défices estruturais da economia portuguesa (energética, alimentar) e a agudização das desigualdades sociais e assimetrias regionais. Assim também se realça «o sucesso» do crescimento cavaquista.

Em segundo lugar, pretende-se justificar o prosseguimento de políticas de subalternização do País no quadro da divisão internacional do trabalho e da especialização produtiva, mantendo-o dependente e fornecedor de mão-de-obra barata. Justificar a continuação da política privatiza-

dora e de liquidação da Reforma Agrária. Da política de recuperação do capitalismo monopolista e latifundista.

4. Na panóplia da argumentação contra um desenvolvimento agrícola, equilibrado ecologicamente, mas capaz de dar suporte à segurança alimentar do País, sobressaem em frequência dois tópicos: a ignorância do agricultor («o alentejano não sabe usar a água») e até uma certa dificuldade na aprendizagem («passarão muitos anos até que consiga»); e, a aptidão dos solos («a agricultura deve ser remetida para zonas que têm aptidão»).

Pode parecer um exagero, um despautério, perder tempo a rebater semelhantes ideias. Mas como é evidente, nos casos em apreço, continua a ser necessário fazê-lo.

Como é possível no limiar do séc. XXI fazer semelhantes afirmações, a não ser por cegueira política, rigidez ideológica, ou estratégia partidária?

Então não vivemos no mundo de uma profunda revolução científica e tecnológica. O mundo da «inteligência artificial», da «robótica», da manipulação genética, da conquista dos mundos, da submissão dos quarks e das galáxias. Como admitir visões estáticas, esquemáticas, antialécticas, e ahistóricas, na apreciação da realidade material e da aprendizagem humana.

Como se disse na iniciativa do PCP sobre a Independência Nacional, «As condições edafoclimáticas (solos, clima, etc.) impõem limitações, mas hoje, no quadro da revolução científica e técnica e sobretudo face às realizações e potencialidades das biotecnologias, esses limites são fronteiras moventes de um espaço cada vez mais aberto à capacidade criadora dos homens, preme já hoje de reais possibilidades de satisfazer as necessidades alimentares da população mundial».

Não são conhecidos os «milagres» dos agricultores isrealitas nos «desertos» ocupados ao povo palestiniano? (A terra terá mudado de aptidão com a mudança do ocupante?)

Mas não precisamos de ir a terra estranha. Não é conhecido o «milagre» do Douro, onde, de montanhas escarpadas e abruptas de xisto, os durienses fizeram jardins de vinha, que produzem um néctar precioso. Um forte contributo para as nossas exportações. Então não se referem «os milagres» que alguns estrangeiros conseguiram nessas terras alentejanas de «clara vocação (...) para a exploração da caça» como sucede com os Pomares de Monte Branco e a exploração de Brejão, impossível modelo para a agricultura portuguesa.

Como terão o minhoto e o beirão sem «escolas profissionais e novas tecnologias» aprendido a explorar, talhar e partilhar a água? E o ribatejano a confiar nos dias de hoje na técnica, talvez exagerada, do «Pivot»?

A dita «ignorância do agricultor» a sua «resistência à inovação» ou à «nova tecnologia» é hoje coisa perfeitamente desmistificada.

E só ministros de um Governo como este podem vir com semelhante barbaridade.

Sabe-se porque ele resiste ao crédito. Para não ficar sem terras.

Sabe-se porque ele resistiu no Noroeste à introdução do milho híbrido. Porque os milhos regionais tinham menores exigências; tinham um ciclo mais adaptado e correspondiam melhor aos múltiplos objectivos desta cultura: alimentação familiar, arraçãoamento de porcos e aves, produtos secundários para alimentação dos bovinos, e até nos casos dos reideiros e parceiros para responderem a exigências dos proprietários das terras. Fazia-o, como diz um autor, por razões ecológicas, humanas e económicas.

Sabe-se porque ele resistiu na região de Dois Portos à utilização de herbicidas na vinha e à introdução de castas brancas muito produtivas. Por razões de dimensão da exploração, pela necessidade de fazer outras culturas, para auto-consumo.

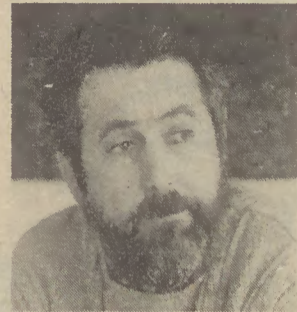
Sabe-se porque ele resiste a entregar muitas vezes os seus produtos à Cooperativa. Porque não pode esperar um ano ou mais que a Cooperativa lhe pague.

E tantas vezes resiste a inovar, porque muitas vezes inovou investindo trabalho e o pouco dinheiro que tinha e depois ficou com os produtos em casa, por escoar.

Resiste não por ignorância, mas por inteligência, por um saber de «experiência feito», «saber de tradição, de observação atenta e prolongada do concreto».

Ignorantes são os ministros... e de natureza rude, pois ao fim de estudos, investigações, livros e textos sobre o assunto continuam com a mesma cassette!

Mas percebe-se. O Governo procura liquidar a pequena e média agricultura. Os agricultores resistem. Há que encontrar uma explicação.



AGOSTINHO LOPES
Membro da C. Política do PCP

Estamos, segundo o Sr. 1º Ministro a meio da ponte (cuidado!...)...

5. A propósito da energia, é também velho e revelho o argumento da «pobreza natural do país, sem petróleo nem carvão» para responder às necessidades nacionais.

É evidente que a pobreza é sobretudo das cabeças que assim raciocinam (?). Mas, também aqui, se procura desculpar o Governo PSD/Cavaco Silva de um muito mau desempenho.

Na produção e consumo da energia, contrariamente às tendências verificadas nos outros países comunitários, agravou-se a dependência do petróleo (nem o furo «eleitoral» de Torres Vedras nos salva); não se verificou a necessária diversificação de fontes primárias de energia: não se desenvolveram as energias renováveis - hídricas, eólicas, geotérmicas, solares, biomassas - foram insignificantes os avanços nos processos de utilização nacional e poupança de energia. Cresceu mesmo também em oposição ao sucedido noutros países europeus a intensidade energética do PIB, isto é, dos consumos de energia possíveis por unidade de produção.

O investimento em ID&D no domínio da energia encontra-se em 1990 ao nível de 1980.

Três anos depois de publicada a «Lei do Produtor Independente» quantas pequenas centrais hidroeléctricas estão em construção?

Que avanços se deram na exploração das lenhites de Rio Maior? E na concretização das potencialidades dos aproveitamentos hídricos de média e grande dimensão? Continuamos praticamente a 50% dos valores possíveis, 20 000 GWh.

Em matéria de energia a grande obra de Cavaco Silva foi o arrendamento da Petroquímica e Gás de Portugal à Neste, o anúncio da privatização da EDP e da Petrogal, sendo de sublinhar pela sua gravidade a decisão de vender a Crenal Térmica do Pego, e o «esforço» para entregar o gás natural e redistribuir o mercado de produtos petrolíferos, a consórcios multinacionais. É, portanto, sobretudo «pobre», a política energética do Governo.

6. Disse-se em título que são argumentos velhos, porque são os mesmos há muitos anos e sempre para justificar a incompetência e a incapacidade e sobretudo para justificar e encobrir a entrega das riquezas nacionais ao grande capital nacional e estrangeiro.

Em Abril de 1964, a abrir o 1º capítulo do «Rumo à Vitória», escrevia-se: «Salazar sempre atribuiu o atraso e a miséria de Portugal à «pobreza material do País». Quem o ouvisse e acreditasse diria que a nós, portugueses, nos coubera o pior quinhão do planeta. O solo agrícola seriam pedras e calhaus. O clima desfavorável à agricultura. Minérios e fontes de energia quase inexistentes. Nestas condições como poderia a ditadura fazer mais do que faz?»

Quase 30 anos depois os argumentos repetem-se. Estranhamente, ou talvez não, vemos hoje reaparecer, sector por sector, sobre os solos e os regadios, sobre as potencialidades agrícolas, sobre as potencialidades das bacias hidrográficas as mesmas opiniões, os mesmos julgamentos, as mesmas decisões.

Só que, e parafraseando alguém bem conhecido, se antes foi trágico para o País, agora só como farsa se podem aceitar.

(1) (Doutora Ana Xavier, directora de Relações Exteriores do Centro para a Conservação de Energia, em «Energia, contagem decrescente», suplemento do «Expresso» de 22 de Junho de 1991.)

(2) (Professor Manuel Nazareth, Director do Gabinete de Estudos Demográficos do INE, citado em artigo no «Expresso» de 22 de Junho de 1991, sobre a apresentação das estatísticas dos resultados preliminares dos Censos 91.)

(3) (Ministro Valente de Oliveira, citado em artigo do «Diário de Notícias», de Junho de 91, respondendo aos jornalistas, após tomar conhecimento dos resultados preliminares dos Censos 91.)

Alta Autoridade para Comunicação Social — uma questão em aberto

A Alta Autoridade para a Comunicação Social acaba de tornar público o seu boletim «Informação» que é um relatório de actividade referente aos quatro primeiros meses deste ano, ocasião que parece propícia para um primeiro balanço sobre o modo como tem desempenhado as funções que lhe foram atribuídas e para procurar indagar em que medida se encontra afectada pelo «pecado original» da forma como foi constituída.

No fundo, trata-se de saber se são, ou não, procedentes as acusações formuladas pelo PCP - e, depois, secundadas por outras forças da oposição, pelo Sindicato dos Jornalistas e por outros sectores e personalidades - de que a AACS, pelo próprio carácter governamentalizado que presidiu à escolha da maioria dos seus membros, seria incapaz de se revelar independente face ao poder político e, consequentemente, de vir a aprovar qualquer deliberação que lhe fosse desfavorável, em especial no que se refere aos meios de informação que se encontram sob a tutela do Governo, antes de mais a RTP.

Recorda-se que a AACS surgiu na sequência do acordo de revisão constitucional estabelecido entre o PSD e o PS e tem sido, desde então, considerada por muitos sectores democráticos como uma das mais lamentáveis cedências do PS no âmbito da revisão constitucional de 1989.

No seu novo artigo 39º, a Constituição passou a definir, em termos genéricos, as funções e a composição da Alta Autoridade e deixou para subsequente lei ordinária a delimitação precisa do seu funcionamento e do modo de proceder à cooptação de quatro dos seus membros.

Quer isto dizer que o PS acordou com o PSD na criação de uma instituição destinada a zelar pela salvaguarda de valores fundamentais para o exercício da democracia política (como o são o direito à informação, a liberdade de imprensa e a independência dos órgãos de comunicação social do sector público), mas «esqueceu-se» que, existindo na Assembleia da República uma maioria de deputados do PSD, seria este partido quem viria a determinar no concreto, através de legislação ordinária, as competências e atribuições da AACS, bem como o carácter final da sua composição, o que lhe permitiu garantir uma substancial maioria no conjunto dos treze membros que compõem a instituição.

E, para que o PS sáísse efectivamente humilhado de todo este processo, o PSD encarregou-se de levar à prática o modelo genericamente acordado com os socialistas, sem qualquer concessão às queixas e protestos tardios dos seus companheiros de revisão constitucional.

Com efeito, o PSD aprovou posteriormente a Lei 15/90, sobre as «Atribuições, competências, organização e funcionamento» da AACS completamente insensível às críticas de que essa Lei foi objecto durante os debates parlamentares e surdo face às acções de protesto então desencadeadas por jornalistas e pelo seu Sindicato, impondo, arbitrariamente, uma solução partidarizada e unilateral para a composição e estruturação da entidade encarregada de supervisionar uma das áreas mais sensíveis do nosso viver colectivo.

O PSD feriu assim, à nascença e gravemente, uma instituição que era chamada a desempenhar um magistério moral e moralizador num terreno - o da comunicação social - que pode ser visto como indicador importante da saúde cívica e cultural de um país.

Perante um quadro de crise (encerramento de jornais, concentração monopolista, falta de pluralismo, instabilidade profissional, compadrio e servilismo) o PSD responde com o agravar da crise: jornais do Estado vendidos ao desbarato e sem transparência; reforço da concentração das empresas de comunicação social na imprensa, rádio e televisão; criação de uma Alta Autoridade sem garantias de independência; total cobertura política da manipulação televisiva.

No caso da aprovação da Lei 15/19 o PSD foi ainda mais longe. Utilizou também esse momento como pretexto para liquidar regalias antigas dos conselhos de redacção e o próprio Conselho de Imprensa, cuja acção meritória em defesa do direito a informar e a ser informado funcionava ao arripio da consolidação da extensa nuvem cinzenta em que o estado laranja nos quer abafar.

Embalado pelo acordo com o PS, o PSD foi assim capaz de atingir valores de cidadania, cuja recomposição não será fácil, e afectou também o exercício de direitos fundamentais, reconhecidos pela Lei e pela Constituição.

Tudo isto se reflecte, de modo desigual, ao folhear a «Informação» agora divulgada pela Alta Autoridade.

No plano da composição do órgão, mantém-se no essencial a governamentalização das escolhas, uma vez que

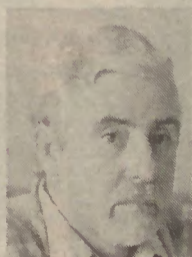
a cooptação da escritora Lídia Jorge para a vaga deixada em aberto com a saída da escritora Agustina Bessa Lufs, em nada afecta o essencial da correlação de forças anteriormente existente: o peso do PSD na AACS é mais expressivo do que a própria maioria de que este partido dispõe na Assembleia da República.

No plano das resoluções tomadas, torna-se evidente que a AACS se desgasta na apreciação de casos parcelares e pouco significativos, sem abordar as graves questões que verdadeiramente afectam o sector da comunicação social. O facto de muitas das suas deliberações serem aprovadas por unanimidade reflecte mais a preponderância das matérias técnico-jurídicas entre as que foram submetidas à sua apreciação do que a presença de um «espírito de corpo» consensual sobre as situações verdadeiramente inquietantes do futuro da informação e do audio-visual. Neste domínio são, portanto, mais significativos os silêncios da Alta Autoridade (como ocorreu recentemente face ao conteúdo da Mensagem enviada pelo Presidente da República à Assembleia da República), do que o reduzido alcance da sua voz em matérias como as de «direito de resposta» ou do rol de queixas contra a imprensa regional, em que praticamente esgota a sua actuação.

Entretanto, problemas como os da independência e pluralismo dos meios de informação do sector público, concentração de empresas, condições para o exercício independente da profissão de jornalista, diminuição drástica da pluralidade de vozes no conjunto da comunicação social, parecem ser temas que, embora constem do leque de competências da AACS, são significativamente ignorados. Tal atitude decorre do propósito de proteger a «imagem» exterior do Governo, não tanto das implicações resultantes de deliberações que a AACS viesse a tomar (o Governo não corre riscos nesse domínio dada a actual composição da Alta Autoridade), mas do simples facto de essas questões serem, de algum modo, equacionadas.

A função social da imprensa e da comunicação social em geral, a importância crescente que o audio-visual vem assumindo na criação de hábitos e gostos, na transposição de modelos culturais estranhos, na imposição de estilos e modas, no movimento das ideias, exigem cada vez mais que as funções cometidas à AACS sejam desempenhadas por uma entidade responsável e independente, o que, manifestamente, a AACS não pode ou não sabe ser. O futuro desta instituição deve preocupar, naturalmente, o PCP e o conjunto das forças democráticas e constituirá, certamente, um tema para o debate que será travado no âmbito da próxima campanha eleitoral.

José Garibaldi comenta



Pensas que a tua participação na AACS se justifica, tendo em conta a correlação de forças existente nessa instituição?

A lei define a composição da AACS e estabelece que 5 dos seus membros sejam eleitos pela Assembleia da República. A minha presença na Alta Autoridade decorre da representatividade parlamentar do Partido e do entendimento então estabelecido com outras forças políticas para viabilizar a minha eleição. O Partido encontra-se naturalmente presente em todas as frentes da vida política nacional e nas diferentes instituições do regime democrático.

É evidente que o PSD impôs uma maioria partidária na constituição da Alta Autoridade que afecta a sua independência e condiciona a participação dos restantes membros. No entanto não é por isso que a minha participação é menos empenhada nas diferen-

tes áreas de actividade da Alta Autoridade e nas suas deliberações, mesmo ficando em minoria, tanto nas resoluções mais «políticas», directamente relacionadas com a instrumentalização da RTP por parte do Governo, como noutras de carácter mais profissional, do âmbito do Estatuto do Jornalista ou da razoabilidade da actuação das direcções dos órgãos de comunicação social. Parece-me correcto referir também que o clima das reuniões é propício ao respeito pelas opiniões divergentes e, nalguns casos, ao reconhecimento prático dos seus méritos.

A Alta Autoridade está a impedir que o Governo tome uma decisão sobre a atribuição da televisão privada antes das eleições?

Nessa matéria as competências da AACS são reduzidas. A lei apenas refere que o Governo só pode conceder licenças às propostas aceites pela Alta Autoridade. Nos princípios do mês de Agosto a AACS deverá tornar pública a sua decisão.

Entretanto, é preciso não esquecer que foi o próprio Governo quem en-

Em Abril deste ano a AACS aprovou um Regimento interno que, significativamente, impede que as declarações de voto sejam tornadas públicas em simultâneo com as suas deliberações bem como a referência à identidade dos membros que, em cada caso analisado, aprovaram ou discordaram da solução encontrada. Deste modo a maioria governamentalizada da AACS impediu (apesar dos votos contra do juiz Figueiredo Marçal, de Lídia Jorge, António Reis e José Garibaldi) que o público em geral e os destinatários das deliberações, tenham acesso ao enunciado das razões aduzidas e à essência das suas divergências.

Esta preocupação em silenciar as vozes discordantes não só retira transparência à actividade da AACS, como empobrece o conteúdo das suas resoluções e atribui aos membros minoritários um estatuto de menoridade cívica que entra em contradição com a Lei Fundamental.

Essa é uma boa razão para aqui transcrever um excerto de uma declaração de voto do camarada José Garibaldi, apresentada na sequência de uma deliberação da AACS sobre uma queixa do PCP contra a RTP:

«Embora a Alta Autoridade não disponha ainda de elementos rigorosos que lhe permitam formar uma opinião abalizada e segura sobre o modo como o pluralismo é respeitado nos noticiários da RTP, a RTP dispõe desses elementos - pelo menos estatísticos - e deveria ter assegurado que o silenciamento das iniciativas levadas a cabo pelo PCP em dois fins-de-semana sucessivos de Outubro de 1990 não iria afectar o equilíbrio informativo entre as diferentes correntes de opinião que deve estar subjacente ao conjunto da informação televisiva.

«Porque mesmo à luz de exclusivos critérios jornalísticos, algumas das iniciativas, pelo seu tema, pelo facto de nelas participarem os principais dirigentes do PCP, constituíam naturalmente notícia de «Telejornal».

«Sendo evidente que nem todas as iniciativas levadas a cabo pelo PCP e silenciadas pela RTP tivessem um valor idêntico como «notícia», é facto que a conferência da JCP e o Encontro sobre soberania e independência correspondem ao tipo de iniciativas que, realizadas por outros partidos, têm tido cobertura pelos serviços informativos da televisão.

«É difícil imaginar, na vida interna de um partido da oposição, uma reunião mais expressiva no seu conteúdo e mais valorizada no plano dos intervenientes, do que o Encontro sobre soberania e independência, que o PCP promoveu nos dias 20 e 21 de Outubro».

viu à Alta Autoridade a cópia dos processos. Isto é, o Governo teve todo o tempo e todos os meios ao seu alcance para já ter feito o seu próprio estudo das candidaturas e para apurar o mérito relativo de cada uma. Pode, portanto, atribuir os licenciamentos logo após receber o parecer da Alta Autoridade, isto é, até finais do mês de Agosto.

O que embaraça o Governo não é o parecer da Alta Autoridade, mas a ponderação das vantagens e inconvenientes de uma resolução final antes das eleições, que implica a exclusão de um dos concorrentes à TV privada. Aliás, nos meios do PSD murmura-se com crescente insistência que é bem possível que o 2º canal da RTP venha a ser concedido a um dos três candidatos.

A ser verdade, o Governo utilizaria o património do Estado e o direito dos cidadãos a um serviço público de televisão com qualidade para se libertar das dificuldades que a si próprio criou ao congeminar este tipo de concurso. Ninguém ficaria excluído e todo o concurso não passaria de uma enorme farsa.

Negócios com Lobos

Manoel de Lencastre

Da política dos actuais dirigentes soviéticos não percebemos nada, francamente, mas vistas as coisas sem paixão e com a possível lucidez, Mikhail Gorbachev estava justificado em querer participar na conferência dos G7 para nela fazer valer os pontos de vista e, também, as necessidades dum país com o potencial, a influência e a grandeza da URSS.

À grande e farta mesa do imperialismo iam sentar-se os dirigentes das maiores nações industriais e financeiras para decidirem, como é costume, dos destinos do mundo e a União Soviética tinha o pleníssimo direito de não querer permitir que esses destinos se traçassem à sua revelia ou, mais importante ainda, contra os seus próprios interesses. Daí, o documento de 23 páginas trazido antecipadamente a Londres por Evgeny Primakov para análise prévia — eram as questões do IMF e do Banco Mundial, da política de auxílio aos países do terceiro mundo, da catástrofe ambiental contra a qual é preciso trabalhar e as dos negócios entre a URSS e os blocos económicos capitalistas. Nas condições do momento, que se conhecem, havia neste programa alguma coisa que não merecesse vir a ser discutido com seriedade e de forma responsável?

Mas, a campanha dos imperialistas contra as propostas soviéticas estava de há muito preparada visando a fuga, tão diplomática e tão hábil quanto possível, à discussão profunda dessas propostas. Que o presidente soviético nada percebe do funcionamento da economia de mercado, disseram logo. Que vinha exigir financiamentos de 100 biliões de dólares — ou rebentaria uma «revolução conservadora» na URSS. Que vinha a Londres para pressionar os países capitalistas no sentido de que abrissem os cordões à bolsa. Que não fazia sentido emprestar-se dinheiro à URSS quando o seu futuro parecia tão incerto e tão incapaz de oferecer garantias sólidas a eventuais investimentos dos G7. Que — finalmente — era essencial evitar cair-se nas armadilhas soviéticas. «Não passamos cheques em branco», disse George Bush. Ao que Douglas Hurd acrescentou: «Nem em branco nem com qualquer valor nominal», Primakov, entretanto, tentava serenar os ânimos. «Calma, senhores» dizia «não estamos aqui pensando que vamos levar as limousines carregadas de notas. Conciliador, homem de Estado, Mitterrand procurou deitar água na fervura:

«Olhem que o Gorbachev já fez bastante para que se confie nele. Que diabo...»

Mikhail, o grande intruso, chegou finalmente na terça-feira à noite. Toda a imprensa internacional extremamente nervosa porque, inesperadamente, os famosos assuntos da G7 não impressionavam a opinião pública mas, a vinda do presidente soviético, essa, mobiliava as atenções. E, face ao cepticismo viciado dos grandes órgãos da comunicação social britânica, só o «Morning Star» revelava a necessária objectividade. «Dê-se ao plano de Gorbachev uma oportunidade!» lia-se a toda a largura da primeira página do jornal diário dos comunistas britânicos. Mas enquanto o aparelho da Aeroflot descia em Heathrow, os G7 reunidos no palácio de Buckingham para o resplandesciente jantar que a rainha Isabel oferecia já não cochichavam entre si, como grandes estadistas, senão sobre as conferências dos dois dias seguintes com o presidente soviético. Ferviam pareceres, opiniões, prognósticos, grandes lições. «Já viram aquela fábrica de automóveis que eles lá têm, a "Moskvitc", ou lá o que é? Uma autêntica ineficiência. Como é que se pode meter dinheiro naquilo?» Embriagados por eternos delírios de grandeza, os dirigentes dos G7 fingiam, simplesmente, esquecer o que lhes vai em casa. Com efeito, as falências no Japão aumentaram em 60% desde Janeiro, os lucros do Citicorp, o maior banco americano, baixaram espectacularmente em 83% com dívidas duvidosas de 1,7 biliões de dólares, o Kuwait anda a massacrá-los com pedidos de financiamento ascendendo a 33 biliões de dólares, a subsidiária do National Westminster Bank, na América, a revelar prejuízos de US\$85 milhões e a IBM, a grande IBM, o «creme de la creme» da indústria capitalista a declarar, lavada em lágrimas: «Os nossos lucros caíram em 92%. Vamos pôr na rua 17 000 empregados! Ao menos, a ineficiente "Moskvitch" ainda lá vai trabalhando sem despedir ninguém...

O imperialismo precisa fazer contas. Está confrontado, compreenda-se, com uma crise de novo tipo cujos contornos mal identifica e cujas consequências teme profundamente. Os problemas acumulam-se. Desenha-se no horizonte, uma guerra económica entre os blocos capitalistas. Para que lado tombará a URSS? Para o bloco americano? Para a CEE? Para o lado japonês?

Ou conseguirá reunir forças para reconstituir a sua própria esfera de influência económica? O presidente soviético chegou para discutir estes momentosos problemas mas os imperialistas, infelizmente, sempre ambiciosos, sempre maliciosos, demonstraram não estar abertos para negócios sérios com benefícios para todos. Trabalham, isso sim, para forçar Gorbachev a três objectivos: a destruição do PCUS, o desmantelamento do complexo industrial e militar soviético e, finalmente, a restauração da propriedade privada em grande escala e o ressurgimento do capitalismo na URSS. E Gorbachev sabe-o. Não devia guardar ilusões, portanto, quanto ao que viu e ouviu em Londres.

Recusando colaborar com a URSS em termos sinceros e em negócios isentos de subterfúgios, os governantes imperialistas refugiaram-se, constantemente, em declarações evasivas para enganarem, evidentemente, a opinião pública mundial. James Baker, o secretário de Estado americano afirmou: «Falamos em ajudar a integração da URSS na economia mundial». Os italianos, por seu lado, esclareceram: «Estamos trabalhando para que a União Soviética entre para o FMI e para o Banco Mundial o mais depressa possível». O que, acrescentamos nós, poderá levar uns bons dois anos a formalizar-se. O chanceler do Tesouro britânico, Norman Lamont, declarou: «Não podemos atirar o nosso dinheiro para um poço sem fundo. Precisamos ver mais reformas no sistema soviético». Sintomático...

No fim, o não dos países capitalistas traduziu-se nas seguintes ofertas: 1. confirmação de que a URSS gozará dum estatuto especial junto do FMI e do Banco Mundial; 2. ajuda a Moscovo, por parte de certas instituições económicas internacionais, para o desenvolvimento da economia de mercado na URSS; 3. fornecimento de assistência técnica ao sector energético, ao da distribuição alimentar e ao da segurança das centrais nucleares; 4. colaboração na conversão de determinadas instalações militares em unidades fabris ligeiras. Adicionalmente, resolveu-se que o «chairman» dos G7, John Major, visitará Moscovo, oportunamente, para inteirar-se do andamento dos trabalhos relacionados com os quatro pontos referidos. Não pode escapar-nos a certeza, contudo, de que a finalidade da viagem do primeiro-ministro britânico a Moscovo será a de promover a



EM FOCO

O Banco da Cocaína e dos impostos

sua própria campanha de propaganda para as eleições gerais que se realizarão neste país dentro dos próximos 11 meses. Tal como o fez Margaret Thatcher em 1987.

As conversações com os G7 chegaram, finalmente, ao seu termo. Carrancudo, Gorbachev vai ao Ritz despedir-se de Mitterrand. Passa pelo Parlamento de Westminster onde o deputado Dennis Skinner, lhe grita: «Tenha cuidado, camarada, com as más companhias em que o vejo!» Adeus a Giulio Andreotti. Numa entrevista a um dos correspondentes diplomáticos da BBC, a noticiarista Anna Ford perguntava, entretanto, habilmente: «Porque razão deverá a URSS adoptar o sistema da economia de mercado, quando os países capitalistas são os próprios que se encontram experimentando as mais sombrias dificuldades?» Gorbachev, sempre correndo, visita a rainha em Buckingham Palace, uma velha amizade. Depois, tristonho, desiludido, vai esboçar um leve sorriso, dum dos camarotes do Royal Covent Garden onde decorre um espectáculo de ballet. Já se diz à boca-cheia que regressa a Moscovo de mãos vazias. Na sexta-feira, antes de partir, recebe na Embaixada soviética o leader da oposição trabalhista, Neil Kinnock que, à saída do encontro, declarou aos jornalistas:

«Não percebo. Isto é como prometer-se a alguém um empréstimo para construir uma casa desde que a construa primeiro» Título do «Times» de sábado: «Feira de promessas — dólares é que não!». Gorbachev, defendendo-se: «Foi uma ocasião histórica!» Mas, o «Daily Telegraph» põe as coisas um pouco no seu verdadeiro lugar ao escrever: «A delegação soviética procurou esconder o seu desapontamento pela falta de resultados de verdadeiro peso nesta cimeira dos G7». Por fim, um responsável soviético declarou ao mesmo jornal: «Só nos oferecem conselhos. É isso coisa que se coma?»

O presidente Gorbachev e a sua equipa de ministros e conselheiros, legitimamente desejosos de apresentarem trabalho que convença o povo soviético, vão sucumbindo, aos poucos, no abraço mortal dos chefes políticos do imperialismo — ontem, Ronald Reagan e Margaret Thatcher; hoje, George Bush e companhia. Fazem-nos lembrar certas equipas de futebol que, não dispondo de estádio próprio, jogam sempre no campo do adversário. Por isso, como é natural e não obstante os insanos esforços dispendidos, perdem sempre.

Aquilo nunca fora um banco como os outros. Quem passasse à porta dos seus espaçosos estabelecimentos nas principais cidades inglesas, o que encontrava? Invariavelmente, dois senhores asiáticos de aspecto taciturno e misterioso sentados à secretária e parecendo que faziam contas. Na montra, a inevitável lista dos câmbios do dia. Mas, não tinham clientes. Estavam sempre às moscas os balcões do BCCI — Bank of Credit and Commerce International.

Vendiam «travellers cheques», é verdade, e trocavam divisas a um ou outro ocasional turista mas, sem acesso à compensação, estavam-lhes vedadas muitas das operações bancárias que se realizam, directamente, com o público e constituem o «pão com manteiga» do negócio bancário — o que acontece, aliás, á multidão sempre crescente dos Bancos estrangeiros estabelecidos em Londres. Por isso, escapando-lhes por imposição do Banco de Inglaterra os negócios do balcão com o mercado em geral, o BCCI concentrava-se nas relações com as comunidades asiáticas imigradas neste país cujo comércio variado e bastante activo representa inquestionável valor — recebia-lhes os depósitos, facultava-lhes empréstimos, regularizava-lhes operações de import-export, garantia-lhes hipotecas para aquisição de habitação e, como já se disse, trocava divisas. Precisamente como fazem os bancos portugueses aqui estabelecidos, o Atlântico, o Totta, o Espírito Santo, que também realizam esses negócios mas têm de conduzi-los através dos bancos da casa, os cinco ou seis que constituem a câmara de compensação de valores.

Mas, seria este o movimento suficiente para um grande banco internacional? Onde estava, afinal, o negócio do BCCI? No ano passado, no meio dum sensacional julgamento realizado em Tampa, na Florida, o Banco apareceu como responsável dumã vastíssima operação de lavagem de dinheiros de origem duvidosa dirigida por um seu funcionário que, simultaneamente, agia como banqueiro particular do general Noriega, ex-presidente da República do Panamá e vira-se multado em US\$15 milhões. Foi a partir de então que começaram a chamar-lhe o Banco da «cocaína e dos impostores».

O grande negócio, no fim de contas, parece que existia, na sombra, e, em Washington, não faltava quem jurasse a pés juntos que o BCCI controlava dois bancos americanos um dos quais fora adquirido ao antigo Director do Departamento do orçamento da Administração Carter e amigo pessoal do antigo presidente, Bert Lance. Entre os principais depositantes do BCCI encontrava-se muita gente rica do chamado terceiro-mundo assim como numerosas instituições bancárias incluindo os próprios bancos centrais de alguns desses países que, segredava-se, haviam depositado no BCCI a totalidade das suas reservas.

Na Grã-Bretanha, o banco tinha 120 000 clientes cujas contas se distribuíam através de filiais-chave em Southall, Birmingham, Glasgow, Leeds e Manchester, cidades onde a imigração asiática é muito numerosa. Todas essas contas acabam de ser congeladas, como se sabe, e o BCCI, por ordem do Banco de Inglaterra, foi mandado, pura e simplesmente, encerrar ficando os seus 25 estabelecimentos neste país entregues a liquidatários especiais que chamaram a si todos os valores activos do banco estimados em 750 milhões de libras assim como os depósitos dos clientes e preparam agora a respectiva extinção. Não se perca de vista o facto de que os principais accionistas do banco, a família real do Abu-Dabi com 77% do capital social, nem sequer foi avisada da brusca iniciativa das autoridades bancárias britânicas. Suspensa? Ou simples ajuste de contas? O que se passava com o banco?

Fraude a todos os níveis

Já em 1989 tinha registado prejuízos de US\$498 milhões mas, agora, as perdas que se dizem ocasionadas por fraudes a todos os níveis sobem a 2 biliões de libras e entre os dinheiros tidos como desaparecidos constam, até, as modestas 47 000 libras depositadas pela «Spectrum Radio» como resultado duma subscrição realizada entre os seus ouvintes a favor das vítimas das inundações no Bangladesh. Foram «na onda», também. Eis, contudo, como se passaram as coisas.

A grande ambição do «génio» financeiro paquistanês, Agha Hasan Abedi, sempre tinha sido a de conseguir fundar um banco muçulmano que trabalhasse em negócios de ligação entre o ocidente e o mundo asiático. Mas, temeroso das nacionalizações do regime de Bhutto (pai) afastou-se para os Estados Unidos onde, em 1972, ligando-se ao Bank of America, em São Francisco, conseguiu bases para a formação do BCCI que abriu com sede no Luxemburgo. Com a Arábia Saudita a nadar em dollars, Abedi ajudou a financiar o primeiro grande projecto de instalações hoteleiras em Jeddah. Depois, sempre de vento em popa, participou do «boom» da construção civil em toda a Arábia Saudita,

emergiu na Europa, nas ilhas Cayman e adquiriu o controlo dos bancos americanos a que já aludimos: o First American Bankshares, o maior banco de Washington de que fora presidente o conhecido político democrata Clark Clifford e o National Bank of Georgia. E, Abedi, assim, amigo de Jimmy Carter arranjando fundos para projectos como o «Carter Presidential Centre» em Atlanta, e para a instituição de caridade «Global 2000», também do círculo de protecções do antigo presidente americano.

Mas, o edifício do capitalismo internacional conheceu consideráveis abalos em 1986 e 1987 e, como se sabe, aquilo foi um ver se te avias cada um ao seu tentado abrigar-se dos assustadores prejuízos. As operações então concebidas numa atmosfera de generalizado pânico para esconder a verdadeira extensão da catástrofe parecia, por algum tempo, terem conseguido esse objectivo. Todavia, a situação actual da economia mundial que, nos últimos dois anos tem conduzido os grandes bancos americanos, ingleses e, agora, até os japoneses, a revelarem horrorosas e inimagináveis perdas, força a que a verdade se exponha. Os prejuízos, os desvios, as fraudes, comuns em todo o sector, não podem dissimular-se eternamente e o BCCI, como se compreende, viu-se estrangulado, finalmente, pelos «capitalistas ocidentais de confissão sionista» que os seus dirigentes criticavam «para inglês ver» mas a cujo sistema pertenciam.

Já se diz, entretanto, que o analfabeto xeque do Abu-Dabi, Zayed bin-Sultan al-Nahyan, apesar de consideravelmente apertado pelos seus múltiplos prejuízos não terá muitas dificuldades em recuperar das consequências dos mesmos que, entretanto, nos parece uma muito mais difícil tarefa para o conjunto da banca árabe e islâmica que, desde a guerra do Golfo, tem sido grosseiramente empurrada para as ruas da amargura internacional e para constantes ajustes de contas pelos grandes impérios capitalistas ocidentais devorados por dívidas incobráveis em casa e em todo o mundo. Quanto aos magos da finança paquistanesa, Abedi e o sócio Ghalth, filho dum dos conselheiros da família real saudita, parece que se preparam já para recomeçarem os negócios através da fundação dum novo banco. O mundo, claro, não cessa de girar e os homens de génio oriental que nas veias trazem o instinto da alta finança não têm tempo a perder.

A ser verdade, não nos espantaria que, para recomeçarem modestamente e sem espalhafatos imperiais, como convem, o fizessem num meio pequeno de pacovios banqueiros subservientes como, por exemplo, Portugal, onde cada vez há mais bancos embora os clientes sejam sempre os mesmos. Ou não estarão lá já?

Manoel de Lencastre



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Ora, vai tudo na maior...

Crescem greves, soltam ventos gritam de todos os lados. Não são descontentamentos estes braços, este brados?

Não. Assim mostra o país que o Cavaco razão tem quando, na calma, no diz que vai tudo, tudo bem.....

Peneda depenado

A palavra azeda argumentos vãos. Lá mete o Peneda os pés pelas mãos.

Falham as gazuas no difícil teatro quando as mãos são duas quando os pés são quatro...

Por obra e desgraça

Passado passa de canto a canto por obra e graça de Espírito Santo...

Cavaco, enfim, no duro apuro: - Vamos assim para o futuro!

Pois, sim. Lá vamos. Tendo ele a rédea inda chegamos à Idade Média...

«Diálogo»

No país a fúria estala. Um ar de revolta, no ar. Marques Mendes, Marques fala: - Nós queremos dialogar!

Dialogar a valer. Levantem a barricada. Mas já ficam a saber que daque não levam nada...

Claro. Claramente abusam para ofender e perturbar os que o governo acusam de não querer dialogar...

Viva!

Gumes, veñenos e picos mentiras, fogo, cornada mil pobres para dez ricos uns com muito, outros sem nada...

Que boa legislação!
Que boa desigualdade!
Que boa governação!
Que boa capacidade!

Tambalã, tambalão e viva a estabilidade!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Surpresa

Os agricultores acharam que já era demais. Protestaram. Cortaram estradas. Exigiram diálogo. Apresentaram reivindicações. Na televisão, os governantes apareceram a fazer a rábula do entendimento e do diálogo. Chegaram a afirmar que o diálogo, em democracia, é natural. Pois. O facto é que, enquanto assim diziam, foram mandando a GNR «responder» aos protestos. Até aqui tudo está nos conformes a que a política cavaquista nos habituou - protestos dos que trabalham, rábulas e intolerância governamental. A única surpresa foi a surpresa demonstrada pelo «Expresso» que, no passado fim-de-semana titulava que a «revolta dos agricultores surpreende toda a gente». É claro que os agricultores e as suas organizações não se surpreenderam com a sua própria revolta. Que o público em geral, a tal «toda a gente» de que o «Expresso» fala, também não teve nenhuma surpresa. Mesmo o Governo não se

surpreendeu, responsável que é pela política que levou os agricultores ao protesto. Só o «Expresso», que passa o tempo com a cabeça enfiada nas sondagens PSD-PS, se podia surpreender...

Sucessos

Revela ainda o «Expresso» que o PSD escolheu já o seu slogan para a campanha eleitoral: «Portugal - uma democracia de sucesso». Deve haver um engano qualquer. Em vez de Portugal, o slogan deveria dizer PSD. É que, a avaliar pelas vastas informações que aquele semanário fornece, o PSD é que é um partido de sucesso. Pelo menos para os que estão no topo. Não são apenas alvo de grande popularidade, como logo na primeira página se pode avaliar, como não estão nada mal na vida, como também se pode ver. Só o ministro Loureiro, como rezam as crónicas, fez umas obrazitas em casa, ali no Estoril, no valor de cem mil contos. E, em declarações que o «Expresso» colheu,

afirma que tem a consciência tranquila. Tão tranquila que não procura esconder o dinheiro, como afirma. É um ministro de sucesso.

Ajudas

Mas, quando um ministro não tem assim tanto dinheiro como isso, quer dizer, quando o sucesso dele ainda não estava tão solidamente implantado, vai o PSD e dá-lhe uma ajudinha. Foi o que Cavaco Silva explicou ao «Diabo», falando dos três mil e quinhentos contos que o partido do sucesso emprestou ao ministro Fernando Nogueira. Disse Cavaco ao «Diabo»: «Como se sabe, a família do Dr. Fernando Nogueira não tem bens e foi com a minha autorização que o PSD lhe emprestou esse dinheiro, para que pudesse ter uma casa em Lisboa. O facto de um militante nosso não ter condições económicas não deve impedi-lo de exercer funções governativas. Caso contrário, aqueles que são pobres nunca poderiam ir para o Governo...» Mas, com a ajudinha do PSD, lá vão enriquecendo...

frases da Semana

«Não há crise na indústria têxtil»

☛ (Miral Amaral, ministro da Indústria, 17.7.91)

«O que há, de facto, é uma reestruturação constante, com empresas a abrir e a fechar»

☛ (Idem)

«Oh senhor ministro! Qual CEE! Então o melhor é acabar com o Ministério da Agricultura, porque é a CEE que manda na política agrícola»

☛ (Júlio Sebastião, presidente da Associação de Agricultores do Oeste, na reunião com Arlindo Cunha, segundo o «Público», 18.7.91)

«Do resultado das próximas eleições depende a resposta à questão mais dramática da nossa actualidade política: saber se Portugal continuará na via da modernidade ou se voltará para trás»

☛ (Cavaco Silva em conferência de imprensa, 22.7.91)

«Exigem o impossível ao reclamarem, de um dia para o outro, taxas de juro, energia e demais factores de produção a custos iguais aos da CEE»

☛ (Arlindo Cunha, ministro da Agricultura, «Expresso», 20.7.91)

«Sim senhor, vendemos a preços da CEE, mas se também produzirmos a custos da CEE»

☛ (Reivindicação dos agricultores do Oeste, 18.7.91)

«Há quatro anos estava num lugar ilegível e agora estou num legível»

☛ (Candidato do PSD por Setúbal, não identificado, citado pelo «Expresso», 20.7.91)



Álvaro Cunhal



Sábado

**no distrito de Setúbal
acompanhado
por Octávio Teixeira**

● **Alcochete**

- 10.30 – Recepção na Pç. da República, no Samouco
- 10.40 – Visita ao Mercado
- 11.15 – Reunião na JF com eleitos e membros do Movimento Associativo
- 12.00 – Encontro com eleitos da JF de S. Francisco
- 13.00 – Almoço-convívio no Restaurante Arco-Iris
- 14.45 – Encontro com a juventude no Café Pelourinho, em Alcochete

● **Montijo**

- 16.30 – Chegada à Pç. da República, no Montijo e encontro com dirigentes do movimento associativo, na Galeria Municipal
- 19.30 – Jantar-convívio no CT de Sarilhos Grandes
- 21.00 – Intervenção pública junto ao CT de Sarilhos Grandes

● **Moita**

- 18.15 – Chegada a Sarilhos Pequenos, junto ao CT do PCP
- 18.45 – Intervenção pública no Largo Humberto Delgado

● **Pinhal Novo**

- 22.00 – Comício na Festa Amiga

Outras iniciativas no distrito de Setúbal

- HOJE, às 21.00: abertura do Pavilhão do PCP na Feira de Santiago, em Setúbal. Estará presente o camarada Octávio Teixeira;
- SEXTA-FEIRA: vista de deputados e candidatos do PCP e da CDU ao concelho de Grândola;
- SÁBADO: festa-convívio no Seixal. Participa a camarada Odete Santos;
- DOMINGO: festas populares em Palhais e Lavradio (Barreiro), com a presença dos camaradas Odete Santos e José Manuel Maia, respectivamente.

Reuniões e acções de esclarecimento em Sintra e na Amadora

Para hoje, 5.ª-feira, de manhã está prevista a realização de uma jornada de esclarecimento na Zona Industrial da Venda Nova. Às 21.30, no Largo da Estação de Rio de Mouro, realiza-se uma projecção de vídeo em écran gigante.

Programado para sexta-feira: de manhã, distribuição de documentos na Zona Industrial de Alfragide e de Jornal ds Candidatos em todos os Mercados da Amadora. À noite (21.30): projecção de vídeo em écran gigante no Jardim dos Bons Amigos no Cacém.

Ainda na sexta-feira à noite realizam-se plenário de militantes em S. João das Lampas — no CT, com António Cordeiro; em Vialonga — no CT; na Terragem — no CT, com António Cordeiro (todos às 21.30).

Quanto a Sintra e para domingo: distribuição de propaganda na Feira de S. Pedro, de manhã, e almoço-convívio seguido de plenário de militantes, a partir das 13 horas no CT de Rio de Mouro.

Plenário da Siderurgia

Realiza-se na sexta-feira com início às 17.30 um plenário da célula da Siderurgia Nacional para discussão da Festa do «Avante!» e das eleições legislativas próximas.

Convívio na Arrentela

No sábado, no Jardim da Arrentela, a partir das 18.00, a CDU organiza um convívio durante o qual fará uma intervenção sobre a situação política a camarada Odete Santos.

Apresentação dos candidatos no distrito de Évora

Os candidatos da CDU por Évora participam nos próximos dias em iniciativas de apresentação pública em vários concelhos do distrito:

Montemor — Amanhã, na Escola Secundária, com a participação de Lino de Carvalho, André Espenica e Ana Paula Fitas. A iniciativa tem início às 20.00 com um jantar-convívio, é às 22.00 haverá baile com o conjunto «Prakistão».

Mora — Com os candidatos Lino de Carvalho e Ana Paula Fitas, a iniciativa anunciada para sábado começa às 18.00 com um porta-a-porta, seguindo-se, às 21.00, uma sessão-comício na Casa da Cultura.

Pavia — Sessão de apresentação dos candidatos no salão da JF — sábado às 21.00

Brotas — Sessão de apresentação dos candidatos no salão da JF — sábado às 21.00.

Estremoz — Visita à Feira de S. Tiago, no sábado.

Borba — Colóquio sobre mármore — sábado às 15.00.

Sabugueiro — Festa popular durante todo o dia, no sábado.

Évora — Convívio piscatório na Barragem do Barrocal, no domingo.

Debate em Gondomar

O camarada Emídio Ribeiro participa num debate sobre a situação política e a campanha eleitoral que se realiza na sexta-feira, com início às 21.30, na Junta de Freguesia de Fânzeres.

XIII Festa Amiga em Pinhal Novo

26-27-28 • Julho

Sexta-feira

- 21.30 – Grupo Infantil Os Pirlampos
- 22.30 – Baile com o conjunto Fox Trote

Sábado

- 16.30 – Ranchos Folclóricos
- 21.00 – Poesia com Manuel Honrado
- 21.30 – Grupo Coral e Musical Os Diversos do Alentejo

22.00

Comício com a participação dos camaradas Álvaro Cunhal e Octávio Teixeira

- 22.30 – Orquestra Juvenil de Pinhal de Frades
- 23.00 – Fado Amador

Domingo

- 16.30 – Ranchos Folclóricos
- 21.00 – Grupo Coral e Instrumental Ecos do Alentejo
- 22.00 – Variedades com Manuel Rodrigo
- 22.30 – Baile com o conjunto Fox Trote

Festa da Unidade

Sábado e domingo

Carvalhal

Sábado

- Abertura às 19.00
- Grupo de Dança do Carvalhal às 20.00
- Baile às 21.30
- Subida do Pau Ensebado às 03.00
- Intervenção política de José Manuel Maia às 23.00**

Domingo

- Abertura às 19.00
- Cantos do Sul às 20.00
- Grupo de Dança de Pinheiro da Cruz às 21.00
- Baile com o conjunto Mário Crespim às 22.00



Evocação de Ary dos Santos
amanhã no Terraço do Vitória

O habitual «Encontro» de sexta-feira à noite no Terraço do Vitória será preenchido esta semana com uma Evocação de Ary dos Santos, de quem Fernanda Alves e Carlos do Carmo recordarão poemas e canções.

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 25

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 O Império de Carson
14.50 UB 40 - Labour of Love
15.50 A Vida Continua...
16.40 O Ás da Polícia
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.30 Eternos Novatos
22.00 Os Culpados
22.55 Crônicas do Sobrenatural
23.25 24 Horas
23.45 Remate
24.00 Mar a Mar

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Inglês
12.45 Jerry Lewis Show
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.50 Nos Caminhos de James Cook
16.10 O Homem da Carabina
16.35 Recreio do 2
17.05 A Vida é Dura
17.50 Clip-Club
18.45 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Campeonato Mundial de Hóquei em Patins
23.00 Flor de Sangue
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 26

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À Descoberta do Mundo
14.00 O Império de Carson
14.50 Roxy Music
15.50 A Vida Continua...
16.40 O Ás da Polícia
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.30 Festival de Bandas Militares
22.05 Bob & Carol & Ted & Alice
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Cheers, Aquele Bar
00.30 24 Horas
00.05 Remate
00.45 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.20 As Aventuras de Black Beauty
16.35 Recreio do 2
17.05 Os Burlescos
17.50 Clip-Club
18.45 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.15 Campeonato Mundial de Hóquei em Patins
23.45 Derrick
00.35 Rotações

Sábado, 27

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Operação Mozart
13.40 Febre em Beverly Hills
14.30 O Presidiário
(ver «Filmes na TV»)
16.40 XIV Festival de Bandas Militares
18.15 T & T
18.40 Quem é Charlotte
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.35 Amor à Primeira Vista
22.10 Casa Cheia
22.50 Hercule Poirot
23.45 Zardoz
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.10 Circo
11.00 O Mundo em Extinção
11.50 Forum Musical
13.05 Agarra o 2
14.00 O Professor de Música
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fin-de-Semana
19.00 Outras Músicas
21.00 Estádio
23.30 Traição
00.20 Uma Noite com Burt Bacharach

Domingo, 28

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.05 O Mundo de Audubon
14.55 Mapa Cor de Rock
15.50 Barafunda no Acampamento
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Mãe à Força
17.45 Mistura Fina
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.35 Domingo Desportivo
23.55 Viagem ao Maravilhoso

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Fora de Horas
10.30 Regões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
12.35 Primeiro Jornal
12.40 Troféu
18.00 Corrida TV
20.00 Luz na Sombra
21.00 Nós Dois
22.00 Artes e Letras - «Joan Sutherland - II»
22.50 Bravos Até ao Fim
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Tauromaquia

Segunda, 29

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Música
15.55 A Vida Continua...
16.40 O Ás da Polícia
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 Jogos Sem Fronteiras
23.00 Praia da China
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.40 Bate, Bate, Coração
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!

15.50 Expedição
16.40 Recreio do 2
17.10 O Livro dos Recordes
18.00 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Falar Claro
22.30 Teatro

Torça, 30

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Guerra em Tempo de Paz
14.00 O Império de Carson
14.55 Moscow Music and Peace Festival I
16.00 A Vida Continua...
17.00 O Ás da Polícia
17.30 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.00 Pavarotti em Hyde Park
21.00 Sassá Mutema
22.00 Telejornal
22.50 A Lei das Ruas
23.50 A Mansão dos Marblehead
00.15 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Novos Caça-Fantasma
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.45 Documentário
16.10 Férias Aquáticas
16.40 Recreio do 2
17.05 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 O Salote Vermelho
(ver «Filmes na TV»)
00.00 Arsenal Hall
00.55 Universidade Aberta

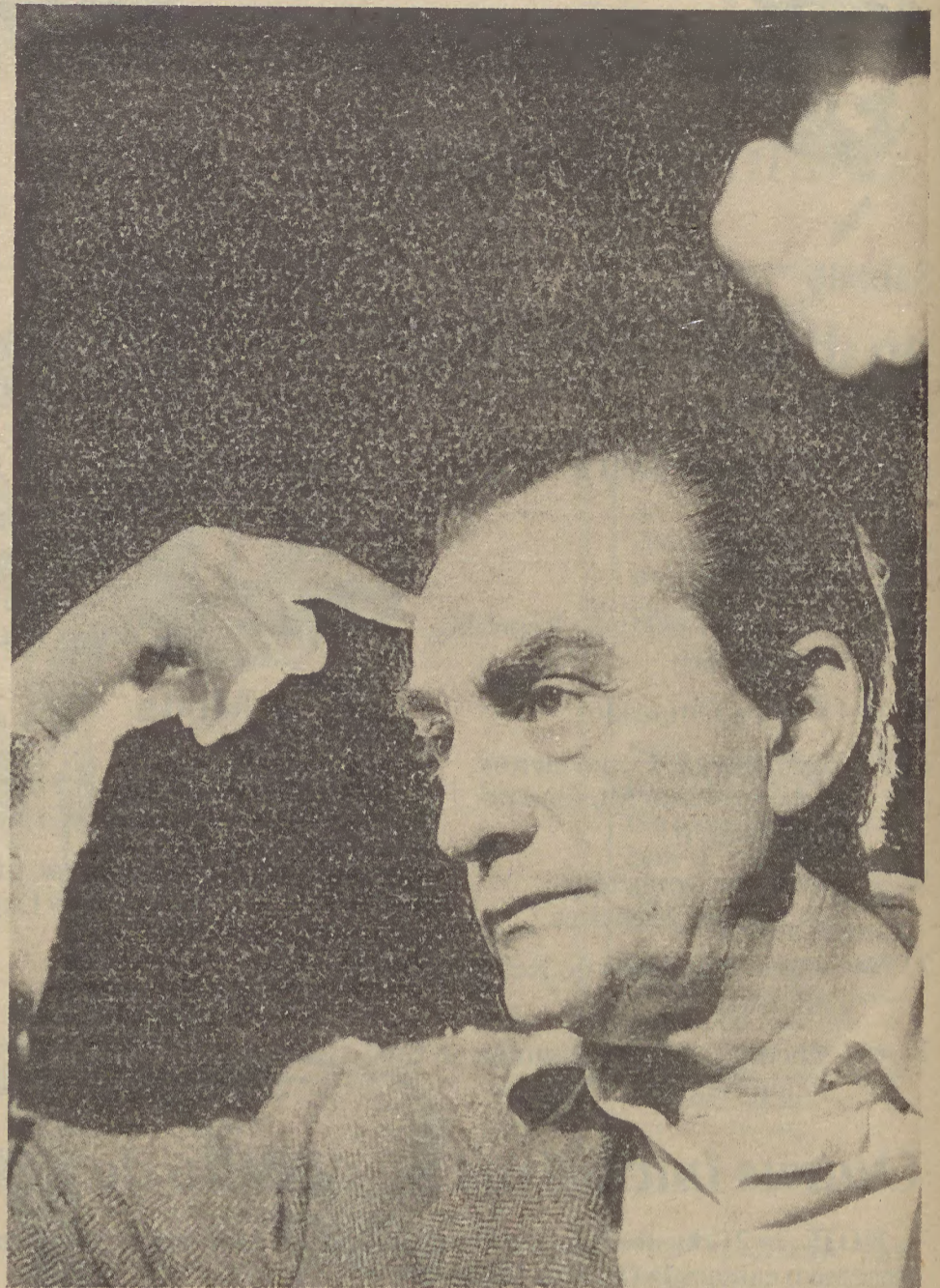
Quarta, 31

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 O Império de Carson
15.00 Moscow Music and Peace Festival II
16.00 A Vida Continua...
17.00 O Ás da Polícia
17.25 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Morte em Veneza
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Açores - Gente Nossa
16.35 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Ray Charles
22.30 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta



Quarta-feira Morte em Veneza

«Morte a Venezia» (Itália/1971). Realização de Luchino Visconti, interpretação de Dirk Bogarde, Bjorn Andersen, Silvana Mangano. Cor, 128 minutos.

Quarta, 21.45, Canal 1

É uma das obras-primas de Visconti.

No decadente cenário de uma Veneza que apodrece e onde pairam os miasmas da peste, desenrola-se o tema pungente que o realizador irá buscar, de empréstimo, a Thomas Mann. Um compositor que sente aproximar-se a morte, apaixonou-se pela vida na figura dúbida de um adolescente.

Dois problemas perpassam em toda a película, tratados com o brilhantismo formal de Visconti. Por um lado, a homossexualidade, a equivocidade de uma solidão afectiva despertada pela dramática busca da perfeição de um efebo. Por outro, o tormentoso processo criador de um compositor em conflito profundo consigo e onde perpassa a figura de Mahler e da sua música, ele próprio vítima de um dramático processo de destruição afectiva quando sua mulher Alma o trocou pelo então jovem arquitecto que viria a criar a Bauhaus, Walter Gropius.

Se a realização se ultrapassa nos planos em que dá uma Veneza sombrio cenário de uma decadência dolorosa, os aspectos mais de pormenor tocam a perfeição, com destaque para o guarda-roupa e, acima de tudo, a maquilhagem que assume verdadeira protagonização numa das mais pungentes sequências da película.

Interpretação excelente de Dirk Bogarde, talvez no seu melhor papel.

Flor de Sangue

«Bugambilia» (México/1944). Realização de Emilio Fernandez, fotografia de Gabriel Figueroa, interpretação de Dolores del Rio, Pedro Armendariz. P/B.

Recorrendo de novo à equipa de que se rodeou para fazer os filmes apresentados nas últimas quintas-feiras no Canal 2, o mexicano Emilio Fernandez retoma nesta outra história a tragédia dos amantes vitimados por antagonismos sociais e pelos preconceitos, arbitrariedades e violência que os poderosos semeiam e executam, agora tendo como fundo uma cidade colonial dos finais do séc. XIX.

Quinta, 22.55, Canal 2

Bob e Carol e Ted e Alice
«Bob & Carol & Ted & Alice» (EUA/1969). Realização de Paul Mazursky, interpretação de Natalie Wood, Robert Culp, Elliott Gould, Dyan Cannon. Cor, 104 minutos.

Autor de «Cenas Conjugais», recentemente exibido nas salas de cinema com diminuto êxito e o



desfavor da crítica (Woody Allen, protagonista, confessa que o fez por dinheiro...), Paul Mazursky tem pelos vistos um pendão antigo pelas histórias conjugais embrulhadas, que no entanto resolve a contento das boas famílias...

Assim foi com este Bob & C. Dois jovens casais resolvem experimentar «trocar-se» e tentam mesmo «misturar-se», numa incursão pela herança hippie e a «terapia de grupo» que fascinou a certa altura uma certa camada da classe média americana. Mas o realizador está atento: no fim, regressa tudo ao princípio, ou seja, aos bons costumes... Tudo em tom de comédia e com quatro experimentados actores neste género de cinema.

Desinteressante, convencional, mas de razoável oficina.

Sexta, 21.25, Canal 1

O Professor de Música
«A Song is Born» (EUA/1948). Realização de Howard Hawks, interpretação de Danny Kaye, Virginia Mayo, Benny Goodman, Steve Cochran.

Hawks é enorme, como se sabe. Filmes policiais, westerns, de guerra, comédias ligeiras e de costumes - quase tudo notável, algu-

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Chá no Deserto	—	★★★	★★★	★★★
B Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
C Na Lista Negra	—	★★★	★★★	★★★
D Nouvelle Vague	—	★★★★	★★★★	★★★
E Texasville	—	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Leonardo Bertolucci — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Irwin Winkler — Forum/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Jean-Luc Godard — King Triplex/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20.15, 22.15) — Lisboa.
- E — Real. Peter Bogdanovich — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.

mas obras primas. Não é o caso deste (mediante) «Professor de Música», que dirigiu para Samuel Goldwin, provavelmente com o objectivo encomendado de fazer brilhar Danny Kaye, de facto um especialíssimo actor de comédia que aqui protagoniza hilariantes sequências, e o par que este então frequentemente fazia, no cinema, com Virginia Mayo. Um aspecto contudo faz merecer alguma atenção extra: realizado em 1948, o filme recolhe os frutos da época de ouro das big bands americanas da época do swing e apresenta uma banda musical absolutamente de luxo: o trompete de Louis Armstrong, o vibradfone e a orquestra de Lionel Hampton, a orquestra de Tommy Dorsey e uma esufiante intervenção da formação então no auge da sua carreira: a

grande título da sua carreira. Assinala-se-lhe o vigor e rigor narrativos, assim como a coragem de atirar para o grande circuito cinematográfico, num tempo em que Hollywood era um modelo de «bom comportamento», um tema social quente - a violência selvática do sistema prisional americano. Paul Newman foi o grande apoio e pa-

Bravos Até ao Fim
«Merrill's Marauders» (EUA/1962). Realização de Samuel Fuller, interpretação de Jeff Chandler, Ty Hardin, Peter Brown. Cor, 94 minutos.

Para os que seguiram há meses na RTP o ciclo Fuller, este é um



drinho do projecto e um «presidiário» notável, acompanhado por secundários que são quase todos grandes actores do cinema americano.

Sábado, 14.30, Canal 1

Zardoz
«Zardoz» (GBret/1973). Realização de John Boorman, interpretação de Sean Connery, Charlotte Rampling. Cor, 106 minutos.

Do género chamado «de ficção científica», «Zardoz» passa-se supostamente no ano de 2293, quando grande parte do nosso planeta é constituído por terras áridas e improdutivas devido ao colapso da sociedade industrial... em 1990, habitadas por seres infra-humanos que cultivam a terra para alimentar gente de outros mundos...

John Boorman é um realizador britânico oriundo da TV, especialista em filmes «fantásticos» de temática diversa e pequeno-média qualidade - de «O Exorcista» a «Excalibur» -, com alguns divertimentos aceitáveis - «A Floresta Esmeralda», por exemplo.

Sábado, 00.15, Canal 1

Barafunda no Acampamento
«Ernest Goes to Camp» (EUA/1987). Realização de John Cherry III, interpretação de Jim Varney, Victoria Racimo, John Vernon. Cor, 89 minutos.

Aventuras de um monitor de um campo de férias, bom tipo mas tão desastrado que só lhe acontecem coisas mirabolantes...

É uma produção dos Estúdios Disney, daquelas que a RTP gosta de escolher para entreter as famílias nas tardes de Verão.

Domingo, 15.50, Canal 1

TEATRO

Estrela

A RAPARIGA DE VARSÓVIA, de Mário de Carvalho, encenação de Fernanda Lapa, interpretação do Novo Grupo (estreia prevista: hoje às 21.30, no Teatro Aberto)

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30). **SONHOS**, texto e encenação de Figueira Cid (5ª, 6ª e sáb. às 15 e 21.30; dom. às 16).

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 5ª a dom. às 21.30. **HOMEM QUE É HOMEM**, encenação de Alexandra Solnado.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE**, de Samuel Beckett. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. De 3ª a dom. 20.30 e às 23. **A GRANDE FESTA**, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **PASSA POR MIMNO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 20.30, dom. também às 16. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. **OS BANCÁRIOS TAMBÉM TÊM ALMA**, encenação de Armando Cortez, interpretação de Raul Solnado, Io Apolloni, Manuela Maria.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O PECADO DE JOÃO AGONIA**, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO DE BOLSO DE SETÚBAL

Setúbal. 3ª, 4ª e dom. às 19.5ª e sáb. às 19 e 22. **SERÁ QUE FUI SUFICIENTEMENTE MARXISTA?**, de Patrick Besson, encenação de Carlos César (até 31/7).

Para crianças

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. **SOPA E COISAS SELVAGENS**, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais 1-Embarcação de velas latinas; fabulista latino; 2- arma branca; nota musical; apelido; 3- cânhamo da Índia; sacúdia; antemeridiano; 4- partida; ligara; árvore conífera; 5- divisa; nota musical (inv.); destino (fig.); simb. do alumínio; 6- nomes de vários reis da Dinamarca e Noruega; fiança; 7- formada por dois arcos que se cortam; educanda; 8- órgão genital feminino; alberga; 9- pron. pess.; acolá; rio de Itália; parte do lombo dos bovinos; 10- cereal; filho do Débalo que pretendeu voar; dignidade militar turca; 11- letra grega; acometia; atmosfera; 12- conj.; deus egípcio; cidade portuguesa do Alentejo; 13- destilara; extraído do ásar (pl.).

Verticais 1- Escritor português do séc. XIX; redução do metropolitano; 2- vendedor de objectos usados; cidade da Caldeia; nome de letra (pl.) 3- letra grega; essência; comparecer; 4- ajuste; presentemente; 5- onda; ovo pequeno; aparência; 6- edital; prep.; 7- parreira; irradia; 8- escrava egípcia de Sara; mulher de Abraão; estabelecimento de bebidas; foge (pop.); 9- avarento; escuros; 10- ligue; rezara; 11- prep.; afia; vila do dist. de Aveiro; 12- demónio; emprega; 13- pron. pess.; exclusiva; duas letras de Helena; 14- art.; basta; cita; 15- deus grego; amargos.

Solução do número anterior

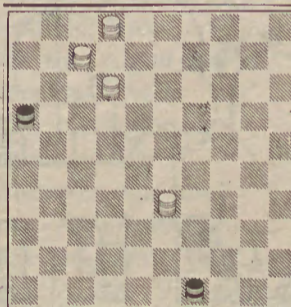
Horizontais 1-Dário; agá; Artur; 2- Ave; levitas; oso; 3- nobre; oba; taras; 4- aios; oram; 5- estas; vem; orega; 6- ao; bisar; sã; 7- al; cora; saio; MC; 8- rimava; Santar; 9- animado; tostado; 10- mona; aleas; alas; 11- ara; ato; ira; 12- de; ais; saf; na; 13- omissas; assomos.

Verticais 1- Dante; aramado; 2- avô; salin; em; 3- rebato; mina; 4- ria; câmara; 5- óleos; ova; ais; 6- brada; Sá; 7- avo; via; ola; 8- gibões; eta; 9- ata; mas; tã; 10- rasos; SS; 11- asturo; ias; ias; 12- Aar; Ontário; 13- tomes; tala; 14- usa; gamada; nó; 15- rósea; crostas.

DAMAS

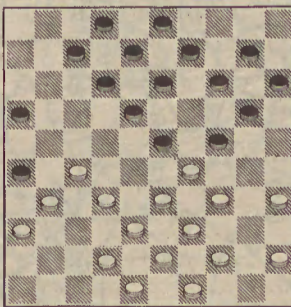
CCCIV - 25 de Julho 1991
Proposição nº 314
Por: S. Smith
Le Jeu de Dames Nº5, 1895

Pr.: [2]: (16)-(49)
Br.: [4]: (2)-(7)-(12)-(33)
Brancas jogam e ganham (6T)



Golpe Nº 314
Por: Henri Chiland
- 1925

Pr.: [16]: 2-3-7-8-9-10-12-13-14-15-16-18-20-23-24-26
Br.: [16]: 27-29-31-32-33-34-35-36-38-39-42-43-44-45-46-47
Brancas jogam e ganham



Soluções do Nº CCCIV

Nº 314 (S.S.): 1. 12-28! 1.... (49-35); 2.8-13 e.g. 1.... (16-27); 2.33-38! (49x32) A; 3.8-21! e.g. A Se: 2.... (27x43); 3.7-40! e.g. Golpe Nº 314 (H.Ch.): 1. 35-30, (26x28), 2. 30x19 (13x24); 3. 33x4=D+ Nota: No Golpe nº 312 «Avante!» Nº 916/11.VII.91] falta uma p. pr. em 26.

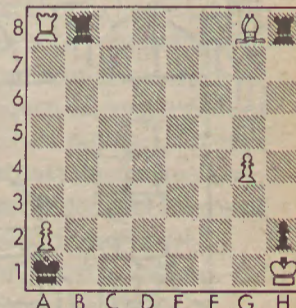
A. de M.M.

XADREZ

CCCIV - 25 de Julho de 1991
Proposição nº 314/A
Por: Sigmund Herland
Deutsches Wochenschach, Set./1910

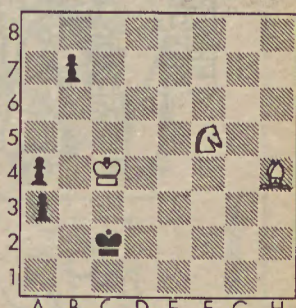
Pr.: [3]: Ph2-Th8-Ra1
Br.: [6]: Ps.a2, g4-Bg8-Ts.a8, b8-Rh1

Mate em 4 lances



Proposição nº 314/B
Por: Aleksei Aliksievic Troitski
Nowoje Wremja, 1897

Pr.: [4]: Ps.a3, a4, b7-Rc2
Br.: [3]: Cf5-Bh4-Rc4
Brancas jogam e ganham



Soluções do Nº CCCIV

Nº 314/A (S.H.): 1. Tb4! Th7/Th6/th5/Th3; 2. Tf8/Té8/Td8/Tab8, Tf7/Té6/Td5/Tb3; 3. T. T. R: a2; 4. Ta7/6/5/8++
Nº 314/B (A.A.T.): 1. Cd4+, Rb1; 2. Cb5, a2; 3. Ca3+, Rb2; 4. Bf6+, R:C; 5. Ba1!!, b5+; 6. Rç3, b4+; 7. Rç4, b3; 8. Rç3 e.g.

A. de M.M.

Tempo

Céu limpo ou pouco nublado, apresentando-se muito nublado durante as madrugadas e manhãs na faixa costeira ocidental a Norte do Cabo da Roca. Vento geralmente fraco de Norte.

Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



Domingo, 22.50, Canal 2



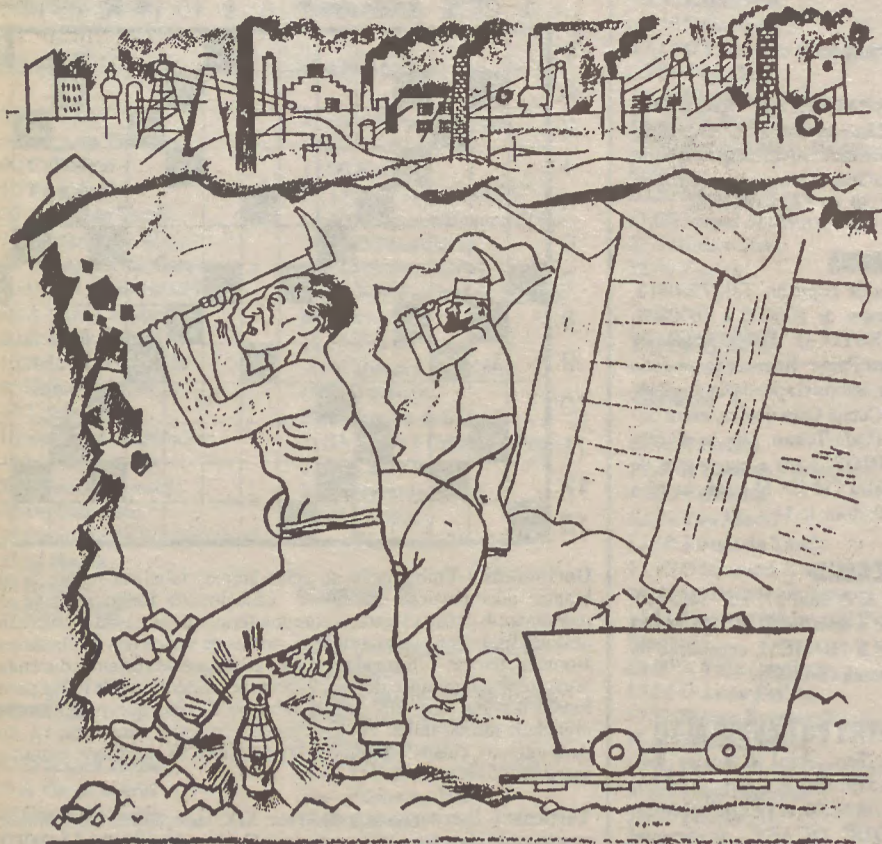
Sábado, 14.00, Canal 2

O Presidiário
«Cool Hand Luke» (EUA/1967). Realização de Stuart Rosenberg, interpretação de Paul Newman, George Kennedy, J. D. Cannon. Cor, 122 minutos.

Stuart Rosenberg dirigiu com este filme o título mais notável da sua carreira - para alguns o único



Domingo, 15.50, Canal 1

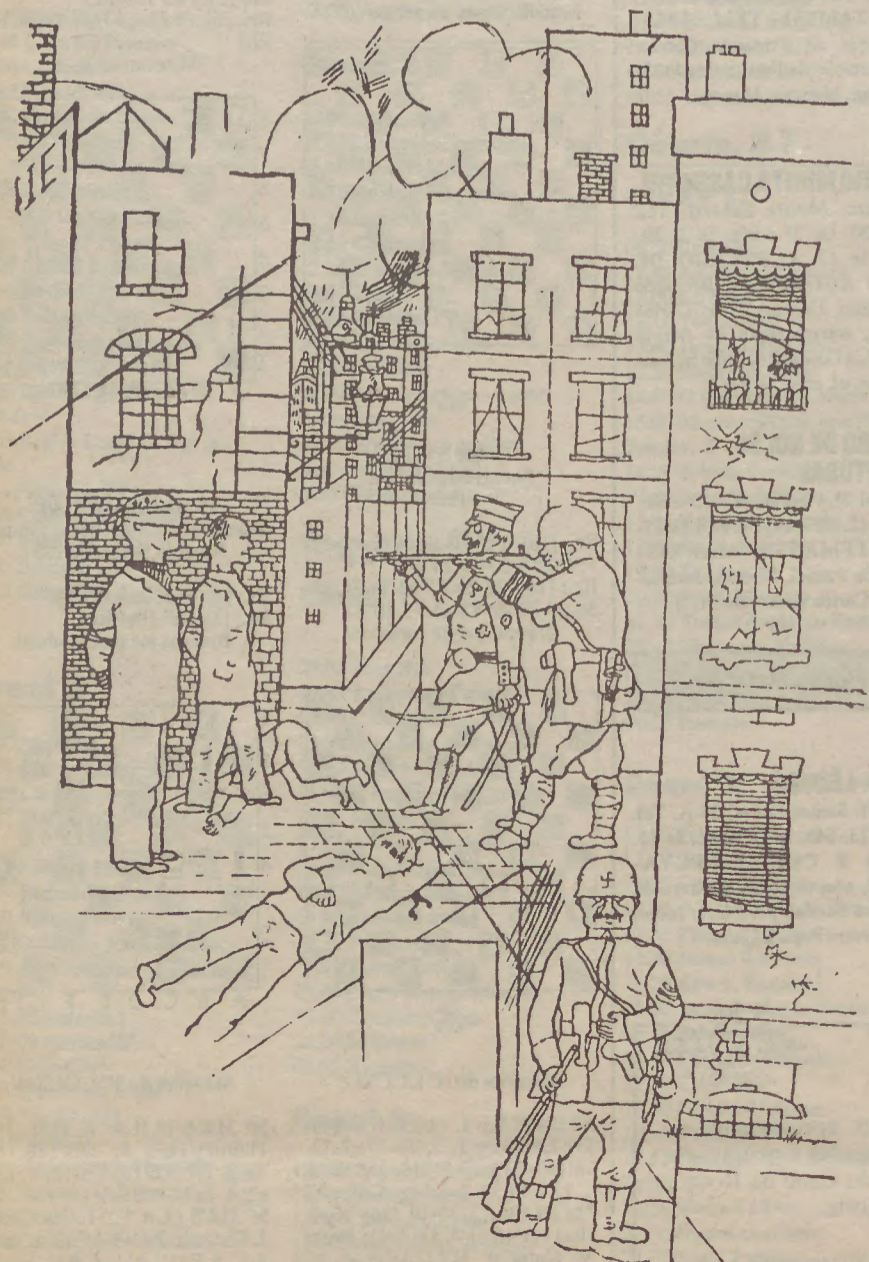


Donde vêm os dividendos...



...e onde acabam

Desenhos retirados do livro **O rosto da classe dominante**. Cultarte Editora. Lisboa, sem data



Por motivos patrióticos...



Uma dependência querida por Deus

GEORGE GROZ

O ROSTO DA CLASSE DIRIGENTE

Nascido a 26 de Julho de 1893, **George Groz**

passaria à história das artes plásticas europeias como um dos mais contundentes e talentosos caricaturistas da sociedade alemã do período entre as duas guerras.

Aluno da Escola Superior de Belas Artes de Dresden, Groz adquiriu uma sólida preparação técnica que a crítica desde logo assinalou nos seus primeiros trabalhos. Mas seria, por um lado, o regresso a Berlim e, por outro, a dura experiência como soldado durante a I Guerra Mundial que levariam a opção por um desenho inconfundível onde os vícios e hipocrisias de uma alta sociedade que abria as portas ao nazismo passaram a constituir tema principal.

Ligando-se inicialmente ao movimento Dada, Groz integrou-se no círculo de um dos períodos mais férteis da vida cultural alemã e a que a vitória de Hitler viria brutalmente pôr termo. Trabalhou com Piscator para quem fez cenários (para as «Aventuras do Soldado Schweik», por exemplo), com Brecht, Tucholsky, Walter Mehring, Herzfeld, Heartfield, Max Reinhardt, viajou com Andersen-Nexo à URSS, participou no nascimento de publicações marcantes como «A Bancarrota» (que editou com Herzfeld entre 1919-1924), «A cada qual o seu futebol» com Franz Jung e com Carl Einstein lançou o famoso

panfleto «A gravidade feroz. Preside da *Rote Gruppen*, a associação de artistas comunistas criada em 1924

Em 1933 a perseguição nazi forçava-o a tomar, tal como tantos dos seus companheiros, o caminho do exílio. Enquanto buscava guarida nos Estados Unidos, Goebbels incluía os trabalhos de Groz entre a «arte degenerada» e centenas das suas obras foram destruídas pelos autos de fé hitlerianos, como foi nomeadamente o caso do grande quadro a óleo *Deutschland ein Wintermarchen* pintado em 1919.

Afastado do convívio com a sociedade alemã, a acutilância de Groz pareceu ficar sem tema. Continuando a trabalhar nos Estados Unidos, a sua obra adquiriu desde então um cunho muito mais formalista, mais ligado ao exercício de uma técnica de que era incontestado senhor, mas que pareceu ficar esvaziada da truculência e combatividade dos tempos de Berlim. Em 23 de Novembro de 1958 a Academia de Belas Artes de Berlim elegia Groz seu membro, mas seria secretamente que o pintor regressaria à sua cidade Natal no ano seguinte, para ali falecer poucas semanas depois.

Recebera a homenagem dos seus conterrâneos com cepticismo, nem sequer lhe respondendo. Talvez porque no mundo do post-guerra que via nascer dos escombros da barbárie nazi visse perfilar-se o mesmo «Rosto da Classe Dominante» que estigmatizara em 1921.



Que fedor a povo!



Iniciativa empresarial



Caem os comunistas... sobem as accções!

a talhe de FOICE

Os sondageiros

Ocultada pelo maço de semanários que o Primeiro-Ministro folheava em andamento, a paisagem agrediu Cavaco Silva na forma de uma torneira escondida na relva dos jardins de S. Bento.

«Safa!», imprecou o político de Boliqueime, coçando o pé e expulsando a sandália numa elipse de dor que chegou à borda do tanque, também chamado de piscina no palácio laranja. «No próximo programa do Letria tenho de combinar com ele uma alusão às chanatas; alguém me há-de dar uma coisa que proteja decentemente os pés!».

Era um desabafo, é claro. Um homem que sobe coqueiros aos 50 anos não fica de pé no ar a dizer ai-ai. Sem sequer reparar que estava meio descalço, Cavaco Silva instalou-se na «chaise-longue» à beira d'água onde o aguardava - à sombra dum bonito chapéu verde-garrafa oferecido, às dúzias, pelo BESCL ao economato do palácio ainda antes da privatização - um «cuba-medronho» da invenção de Dias Loureiro durante o «barbecue» com que festejou a sua ascensão a ministro. Molemente folheou os jornais, o sorriso vagueando no tique que lhe ficou de Jack Palance no duelo crucial do «Shane» quando, menino e moço e após as devidas economias, conseguirá o bilhete para uma impressão cujo alcance histórico jamais passou pela cabeça de George Stevens.

«Ah, bom...», murmurou com agrado, enquanto envolvia com círculos minuciosos de marcador vermelho os números das últimas sondagens que lhe davam, como Primeiro-Ministro, uma popularidade esmagadora. Uma tosse discreta chamou-o do lado esquerdo da cadeira. Era Silva Marques num severo blaser azul-escuro, calça cinzenta e gravata cor de vinho.

«Há aí umas percentagens que ainda não descolaram dos 60%, mas não-de melhorar. A ideia é que se deve ter um score em crescendo, com algumas flutuações razoáveis que reforcem a credibilidade».

Cavaco Silva continuava a desenhar círculos minuciosos, aqui e ali individualizados com uns gatafunhos à margem. Couto dos Santos, a alpaca do fato encostada à barreira do cotovelo do Marques, acrescentou num rompante:

«E é preciso ver que 60% é já um número esmagador!»

Friamente, Silva Marques atirou-lhe: «Esmagador é o eleitorado saber que vamos ganhar!»

Nessa altura aproximou-se um grupo eclético integrando Dias Loureiro, João de Deus Pinheiro e Vasco da Graça Moura, este último numa ida ao palácio para expor umas ideias que pretendia desenvolver no próximo comentário televisivo. De sorriso completo nos lábios, todos aguardavam a satisfação do Primeiro-Ministro.

«Então já viu?», refulgia Deus Pinheiro, passando a mão pelo gel do cabelo.

«Absolutamente credível!», pormenorizava Dias Loureiro, acompanhando a colocação da voz com um esfregar delicado de mãos.

«Números assim são evidentemente verdadeiros, senhor Primeiro-Ministro!», acudiu Graça Moura abotoando o infalível assertoado do casaco.

Cavaco Silva mirou-o com um sorriso condescendente e compensou-o: «O seu entusiasmo, Vasco, é sempre um encantador exagero!» E virando-se para os outros: «De qualquer modo é preciso garantir as coisas. Um nível médio de 80% de apoios deve ser garantido até Setembro. Mas provem-me isto, meus senhores!»

Sorrindo de cúmplice compreensão, todos se atiraram ao coquetel inventado por Dias Loureiro.

«Que é isto?», interrogou Vasco Graça Moura baixinho e com uma careta, mas firmemente disposto

a beber como deve ser.

«É um cuba-medronho», esclareceu o autor. «Fui eu que o inventei em honra do senhor Primeiro-Ministro».

«Um cuba-medronho?» hesitou, uma fracção de segundo, Vasco Graça Moura dando uma mirada à transparência da mistela. Posto o que emborcou tudo.

HC

ÚLTIMAS

Nota da Comissão Política

- PCP solidário com os agricultores
- Privatizações «por medida»
- O «livro negro» do ambiente
- CDU — a opção mais certa e útil

I

A Comissão Política analisou os recentes desenvolvimentos da situação vivida pela agricultura e pelos agricultores portugueses.

1. Regista-se que a única resposta do Governo PSD/Cavaco Silva aos problemas dos agricultores foram ameaças e a intervenção da GNR, procurando desmobilizá-los da sua luta. Sublinha-se, mais uma vez, o descaramento do Governo, a quem tudo serve para fazer demagogia e eleitoralismo, vir atribuir à luta dos agricultores esses objectivos. Anota-se a postura hipócrita de quem insiste não poder resolver num dia os problemas da agricultura como se o PSD não levasse doze anos de ministros da Agricultura e de empenhamento governativo directo desde 79 na política de direita que conduziu a agricultura nacional ao triste estado em que se encontra.

2. A Comissão Política reafirma a necessidade de, com urgência, dar resposta a alguns dos problemas mais agudos e imediatos que desesperam os agricultores portugueses tais como: intervir sem perda de tempo no escoamento do vinho e na regularização do mercado de bovino; responder às questões postas pelos orizicultores sobre a armazenagem e preço do arroz; travar a quebra de contratos ou a imposição de novos contratos aos produtores de tomate pelos industriais de tomate; mobilizar a EPAC para que os produtores de cereais possam entregar a sua produção e receber o preço e subsídio que o Governo propagandeou durante meses.

É necessário que o Governo intervenha para sustentar a degradação de preços da generalidade da produção agrícola nacional. É necessária uma resposta positiva às reivindicações de um preço para o gasóleo agrícola e de taxas de juro a um nível dos restantes países europeus e o abaixamento dos custos de outros factores de produção agrícola. É necessário travar urgentemente as importações de carnes, hortícolas, fruta e de todos os produtos que estão a degradar o mercado nacional agropecuário.

E, finalmente, anotando-se mais uma vez o falhanço integral do Governo, apesar dos avisos e propostas sucessivas do PCP, na prevenção e defesa da floresta portuguesa - (até 14 de Julho já tinham ardido mais 10 000ha que em igual período do ano passado) - exige-se a mobilização imediata de todos os meios necessários para reforçar o combate aos incêndios e sobretudo reforçar a detecção e ainda possível prevenção de fogos em áreas identificadas como de alto risco.

3. O PCP, solidário com os agricultores e as suas reivindicações, cuja expressiva e vigorosa luta deu mais razão às críticas, preocupações e propostas que desde há muito vinha exprimindo e fazendo, vai procurar que a Assembleia da República em diálogo com as organizações de agricultores analise a situação e avance as soluções que a difícil situação da agricultura portuguesa reclama. Para esse efeito o PCP, que tinha já solicitado a realização de uma reunião da Comissão da Agricultura, com a presença do Ministro titular da pasta respectiva, vai propor à Comissão Permanente para o mesmo efeito a convocação do Plenário da Assembleia da República.

II

A Comissão Política do PCP desmente e rejeita a afirmação do Ministro da Indústria e Energia de que «não há crise na indústria têxtil». Tal afirmação, aliás já repetida publicamente em Bruxelas pelo mesmo Ministro, é mais um exemplo gritante da irresponsabilidade com que o Governo de Cavaco Silva aprecia e trata os problemas nacionais.

A gravidade da situação do sector têxtil, designadamente no Vale do Ave, é tristemente evidente e não se compadece com uma irresponsável política de avestruz.

O PCP reclama uma política de medidas profundas e urgentes que visem a solução, num prazo razoável, dos problemas que afectam a indústria têxtil portuguesa, nomeadamente a implementação de um programa específico para a modernização e reestruturação do sector têxtil, substancialmente comparticipado por fundos específicos comunitários, e a imediata adopção de medidas especiais de natureza social para o Vale do Ave.

O PCP insiste na importância da baixa das taxas de juro para estimular a produção, neste e noutros sectores da economia nacional.

III

A Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de, durante o ano corrente, na prática totalidade das privatizações efectuadas apenas se ter apresentado um único interessado à aquisição do chamado «núcleo duro»: na Sociedade Financeira Portuguesa o grupo Mello, na Aliança Seguradora o

grupo UAP/IPE/Mague, no BESCL o grupo Espírito Santo e no Banco Fonsecas e Burnay o grupo BPI.

É por demais estranho que a privatização de empresas do sector financeiro, comprovadamente rentáveis, não suscitem o «apetite» de diversos interessados, quer no âmbito dos grupos económicos nacionais quer de grupos estrangeiros. Perante esta situação de facto, é legítimo admitir estarmos a assistir a uma fase de privatizações «por medida», objecto de uma concertação prévia entre grupos económicos, de forma a distribuírem entre si as empresas do sector público com o menor custo.

Do mesmo modo provoca múltiplas interrogações o facto de o presidente do Banco Comercial de Macau (maioritariamente participado pelo BPA) ter despendido, em nome pessoal, cerca de 9 milhões de contos na aquisição da Bonança, sem que lhe seja conhecida tão elevada fortuna pessoal.

O completo silêncio do Governo sobre estes factos públicos é de molde a suscitar, igualmente, legítimas apreensões sobre a eventual convivência do Governo com este ilegítimo e inadmissível jogo de interesses privados.

Reiterando posições já assumidas, a Comissão Política do PCP considera imprescindível que instituições independentes do Governo investiguem a forma como se têm processado as privatizações e os jogos de interesses que as têm envolvido, e reafirma a disposição do PCP de, com uma nova composição da Assembleia da República, tomar as iniciativas necessárias ao apuramento rigoroso das situações de violação de critérios de legalidade e transparência associadas às privatizações, com todas as suas consequências legais e penais.

IV

A Comissão Política fez uma primeira apreciação ao livro branco sobre ambiente pomposamente apresentado pelo Ministro Carlos Borrego e concluiu que, mais do que um livro branco, a situação do País exige a publicação de um livro negro sobre a política de ambiente do Governo Cavaco Silva/PSD.

Na apreciação da política de ambiente do Governo tem que estar em lugar central os efeitos devastadores dos fogos sobre a floresta nacional, e a substituição desta pela eucaliptização indiscriminadamente; os crescentes índices de radioactividade e de poluição das águas e do ar; a lamentável situação de muitos rios e praias, as agressões à fauna e à flora; as consequências dramáticas dos derrames de crude em Sines e na Madeira e a falta de medidas que subsistem, para evitar a sua repetição; as agressões ao património histórico; o crescimento desordenado e selvagem, causa de crescentes assimetrias, a falta de uma política que permita assegurar um quadro de pessoal estável e qualificado do ponto de vista técnico e científico e a não aplicação de legislação em vigor.

O livro branco agora publicado constitui só por si um testemunho insuspeito do fracasso da política de ambiente prosseguida pelo Governo Cavaco Silva/PSD.

O PCP considera oportuno chamar a atenção para os importantes projectos de lei sobre a área ambiental que apresentou na Assembleia da República e para as propostas que constam do seu Programa Eleitoral e que constituem uma base segura para responder à situação concreta.

V

A Comissão Política ao tomar conhecimento da intenção do político francês Le Pen (que promove em França o racismo e a xenofobia, que ameaça centenas de milhares de portugueses emigrantes naquele país) de realizar uma nova reunião em Portugal, com os seus partidários no distrito de Setúbal, em 4 e 5 de Setembro próximo:

- considera de todo indesejável a reunião deste grupo no nosso país;

- condena energicamente a passividade do Governo Cavaco Silva perante esta situação que está a tornar Portugal um tranquilo recanto de actividades fascistas;

- alerta a opinião pública para a necessidade de um protesto vigoroso contra uma tal situação.

VI

A Comissão Política apreciou o desenvolvimento da actividade pré-eleitoral, visível na realização de múltiplas iniciativas em todo o país e demonstrando a crescente influência e prestígio da CDU.

A Comissão Política sublinha a importância da apresentação pública do Programa Eleitoral do PCP o qual, traduzindo um profundo conhecimento das realidades nacionais, define a política alternativa à política de direita e confirma o apoio ao PCP e o voto na CDU como a opção mais certa, mais útil e mais eficaz para derrotar o PSD.

W FES

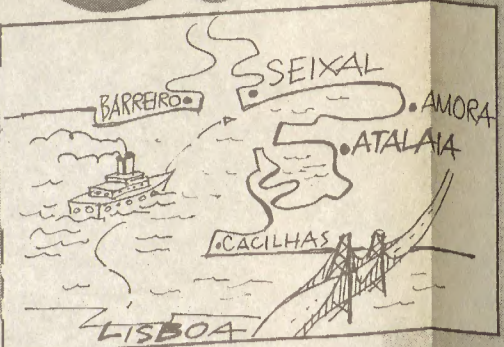
ATALAIA
AMORA - SEIXAL
6, 7 e 8
de SETEMBRO

JUNE TABOR
OYSTER BAND
A. PINHO VARGAS
BOGUS BROTHERS
JULIO PEREIRA
BOYS OF THE LOUGH
OS DELFINS
RAFAEL RIQUENI
POP DEL'ARTE
SAVOURNA STEVENSON
e ALY BAIN
CEDAR WALTON TRIO
... e mais!

GIANNA NANNINI



FESTIVAL



GIANNA NANNINI

A italiana Gianna Nannini vem à Festa do «Avante!» no mesmo mês em que se prepara para lançar em toda a Europa um álbum ao vivo e um vídeo-disco, ambos intitulados *Giannissima*. O projecto pretende ser um retrato das apresentações em palco de Gianna com a sua banda ao longo de 40 espectáculos dados em 12 países após a saída, em Dezembro do ano passado, de

Scandalo, o 11º LP da artista. Uma senhora que tem no sangue o puro rock. Para a «festa!» é a continuação de uma tradição: lembram-se concertos da presença dos Area e de Eugenio Finardi. Aliás a «festa!» tem-se caracterizado por uma selecção artística que ao longo dos anos fuge ao habitual domínio britânico do circuito pop europeu, sendo a organização que em Portugal mais artistas de outras proveniências trouxe: norte-americanos, brasileiros, africanos, italianos são alguns dos muitos exemplos.

Gianna acrescentou agora ao seu *curriculum* já de si valioso o convite dirigido por Quincy Jones e Claude Nobs para participação no Festival de Jazz de Montreaux, este ano celebrando o 25º aniversário com as presenças daqueles que os organizadores consideraram ser a elite mundial dos artistas de música popular. E, não haja dúvidas, Gianna Nannini é uma grande vedeta da pop. Factos que poderiam por si só motivar a apresentação de uma espécie de *certificado de garantia* para o que esta pequena italiana produz em palco: uma ida à próxima «festa!» para o espectáculo de Gianna Nannini é um encontro



marcado com a melhor concretização das expectativas habituais do público rock. De sucesso é a história de Nannini, a história de um rock inteligente, apaixonado, agressivo. Esta *primadonna* do rock italiano estreou-se em disco no já longínquo ano de 1976 depois de estudos de piano e composição no conservatório, a passagem por um curso universitário de filosofia e a realização dos primeiros espectáculos em cafés-concerto de Milão. Em 1978 Gianna grava o seu segundo LP, *Una Radura*, um ano antes da edição de *California*, álbum que se seguiria a uma longa visita à costa oeste norte-americana. Segue-se em 81 uma banda sonora para um filme de Bernardo Bertolucci, *Sconcerto Rock*, e um álbum de experimentação electrónica, *G.N.*. No ano seguinte Nannini sai com *Latin Lover*, produzido por Conny Plank (Eurythmics, Ultravox, Kraftwerk, etc.) e os espectáculos com a sua nova banda, The Primadonnas, tornam-se famosos (e premiados) em toda a Europa, com destaque para a Alemanha. Em 84 começa a aposta forte no vídeo, realizando Michelangelo Antonioni *Fotoromanza*, single retirado do álbum *Puzzle*, nesse ano editado. Single e álbum são número um nos *tops* de venda de inúmeras capitais europeias e o LP transforma-se no disco mais vendido por uma artista feminina do rock italiano. Naturalmente, Nannini ganha pela primeira vez no

seu país natal o prémio de *artista do ano*. Gianna não pára e edita em 1985 *Tuto Live*, com material gravado em espectáculos ocorridos em Berlim, Montreaux (onde esteve pela primeira no festival de Jazz), Locarno, Siena e Dortmund. Vai aos Estados Unidos para representar a televisão italiana na entrega dos Emmy. No ano seguinte edita-se o álbum mais vendido de sempre (em Portugal também) de Gianna Nannini: *Profumo* com sequência no single *Bello e Impossibile*. O LP ultrapassa rapidamente o milhão de exemplares vendidos. *Un'Estate Italiana* foi a composição de Giorgio Moroder escrita e cantada por Gianna Nannini e Edoardo Benato como hino para o Campeonato do Mundo de Futebol de 1990, (diga-se que os direitos da canção foram entregues à Amnistia Internacional) um ano depois da edição do álbum *Malafemmina*, disco de platina em vários países. Dave M. Allen, conhecido pelos seus trabalhos com os *The Cure* produz o último longa duração de Gianna: *Scandalo*, base dos espectáculos dados em todo o mundo com um novo grupo de músicos, alemães, italianos e ingleses. Em palco Gianna Nannini faz-se acompanhar habitualmente por Franco Faraldo (percussões), Andy Wright (teclados), Chris Jarret (guitarras), Hans Baar (baixo) e Rüdiger Braune (bateria). O rock vai ter rainha na «festa!».



BOGUS BROTHERS

Senhores, eles vêm aí outra vez! A «festa!» não vai ter descanso! Chamam-se Bogus Brothers e protagonizam algo de inédito: pela primeira vez na Festa do «Avante!» artistas estrangeiros repetem a sua actuação. Ainda por cima em anos consecutivos. E há boas razões para assim suceder.

O ano passado, quando todos esperavam a banda de rhythm and blues de Otis Grand and The Dance Kings, aparecem em palco estes Bogus Brothers. As explicações foram dadas na altura do espectáculo, mas terão escapado a muita gente, (alguns jornais no dia seguinte aumentavam a confusão falando do «excelente espectáculo» de Otis Grant) um acidente de viação não permitira a presença da banda programada mas fora possível esta substituição de última hora, aliás com

recomendação do próprio Otis Grand. Estão os Bogus em palco e ainda Cândido Mota não concluiu a apresentação, já a secção de sopros do grupo escalda com muitos decibéis o ambiente e o espantado público não se faz rogado na dança, nas palmas, nos assobios, nos pulos, nos gritos: um inferninho! No palco sucedem-se as canções, numa espécie de *hard rock soul*: de Otis Redding a Dexy's Midnight Runners, temas muitas vezes ouvidos surgem-nos aqui quase novos, disparados aos corpos em força e rapidez. E os temas originais da banda são servidos com a mesma estonteante desfaçatez. É uma recuperação do que foi a chamada era da Stax, editora norte-americana de grandes êxitos do soul e do rhythm and blues. Como ressuscitação a coisa não é feita por menos: é que vida não falta a estes Bogus Brothers. Eles tocam e comportam-se em palco como um bando de corredores de 100 metros, aos saltos, felizes pela fuga bem sucedida de um manicómio especializado! E a tocar bem, ainda por cima. O ano passado foi um grande espectáculo, este

ano, já sem surpresa mas com enorme prazer, o mesmo acontecerá. Passado que é o desconhecimento do público da «festa!» sobre estes irrequietos rapazes, exige-se agora uma apresentação condigna: os Bogus Brothers vêm de York, Grã-Bretanha e compõem-se de sete membros - Jed Jones na bateria; Peter Doney na guitarra baixo; Stuart Sharpe na guitarra e voz; Jem Walker no saxofone; Tony Williams no trompete e teclados (ocasionalmente toca-os ao mesmo tempo); Nigel Nicholson no trombone e também nas teclas (Williams e Nicholson são os compositores e autores da maioria das canções originais do grupo) e

finalmente Andy Atkinson, o vocalista. O seu primeiro álbum (LP e CD) data de 1990, chama-se *Hot Wet an Sticky* e foi gravado ao vivo captando na perfeição a atmosfera e energia das exibições dos Bogus Brothers. Prevista está a edição de um segundo LP para o Outono deste ano, logo a seguir à «festa!» e a filmagem de alguns *videoclips* de promoção. Uma banda que faz qualquer coisa como 250 espectáculos num ano (por vezes dois na mesma noite) e que já passou por Inglaterra, Irlanda (significativamente quatro *tournees* no ano passado), Alemanha, Finlândia, Holanda e, claro, Portugal. Já os conhecemos, gostamos deles, vamos dar-lhes as boas-vindas.

RAFAEL RIQUENI

Rafael Riqueni é um dos grandes mestres vivos do flamenco. É herdeiro de uma escola de guitarra que mantém ardente o melhor desta tradição, os mais puros dos seus sentimentos: daquelas mãos saem sons de tristeza infinita, desconsolo, raiva, solenidade, tragédia, caprichos, alegrias, força, masculinidade, feminilidade, talvez mesmo sangue.

Juan Carmona, alaúde e Antonio Carmona, percussão. O disco chama-se *Mi Tiempo* e tem dois antecedentes: *Juegos de Niños e Flamenco* (gravado na Alemanha). Este jovem sevilhano nasceu há 29 anos mas aos 14 tem já o estatuto de *menino prodígio* ao obter os prémios nacionais de guitarra de Córdoba e de Jerez, neste último caso a repetir a

proeza em 1981 num ano em que concorrem todos os vencedores das edições anteriores. Durante a sua aprendizagem Riqueni passa obviamente pelos *tablaos flamencos* e acompanha grandes figuras da canção e do baile: Rocio Jurado, Isabel Pantoja, Maria Jiménez, Mario Maya, Família Montoya, entre muitos outros. Através do Governo espanhol, Riqueni tem

representado a Espanha em diversos acontecimentos na Dinamarca, Luxemburgo, Finlândia, Suécia, Alemanha, Costa do Marfim. O conhecimento rítmico e harmónico proporcionado pelo flamenco e o interesse pessoal de Rafael Riqueni por outros tipos de música levam-no a colaborar com músicos como Al Di Meola, Matias Fray ou Rainer Brunninghaus. Um músico que certamente ocupará um lugar privilegiado entre os grandes mestres do flamenco. Entre as obras de Montoya, Ricardo, Sabicas, Sanlúcar, Paco de Lucia ou Serranito haverá lugar para o trabalho de Rafael Riqueni. Certamente um privilégio para a 1ª edição da Festa do «Avante!» é o poder contar no seu programa com este talentoso criador do país nosso vizinho.



A festa!
AMORA - SEIXAL - 4, 7 e 8 SETEMBRO
Director: António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 6
25 de Julho de 1991
Não pode ser vendido separadamente

JUNE

TABOR e OYSTER BAND

Dar um sentido de modernidade à tradição folk sem trações de um lado ou fidelismos anacrónicos do outro, é ponto de equilíbrio por muitos tentado e por muitos falhado. June Tabor e a Oyster Band, cada qual com o seu percurso próprio, são dois casos de sucesso na aplicação dessa forma de ver a música tradicional.

Desde há quinze anos que June Tabor o consegue, com talento e saber, num percurso apesar disso ricamente diverso. Tabor só gravou discos excelentes, trabalhou com músicos excelentes e deu excelentes espectáculos. Um caminho singular de quem sabe que o canto é qualquer coisa mais que o uso de uma voz. A Oyster Band trabalha desde 1985, e das raízes da folk «arrancou» um som nada estranho ao público do rock e entusiasticamente aceite pelos indefectíveis da folk: dançável, forte, vigoroso, lírico, sério e divertido. John Jones (voz), Ian Telfer (violino), Alan Prosser (guitarra), Chopper (baixo eléctrico) e Lee Partis (bateria) constituem a actual formação desta banda cujos espectáculos ao vivo surgem-nos com a fama de provocarem no público verdadeiras explosões quase anárquicas de dança. June Tabor não é estranha aos espectadores portugueses. Esteve há dois meses no Folk Tejo, festival que este ano pela primeira vez ocorreu em Lisboa, e vai voltar com a Oyster Band para a Festa do «Avante!», na sequência da gravação conjunta de *Freedom and Rain*, álbum que a crítica inglesa apelidou de «casamento no céu». O primeiro registo em disco de June Tabor foi feito com Maddy Prior em 1976 numa formação que elas resolveram chamar de Silly Sisters. O trabalho conjunto de Prior e Tabor foi reeditado doze anos mais tarde com a gravação de um novo álbum: *No More To The Dance*. Ao longo desse tempo foi espaçadamente que Tabor se envolveu em gravações discográficas, já que a artista não se dedicava a tempo inteiro ao canto. No mesmo ano da primeira gravação com Maddy Prior sai um disco a solo de June Tabor: *Airs and Graces*. Em 1980 sai *A Cut Above*, um celebrado registo com o guitarrista Martin Simpson. Pelo caminho ficaram colaborações em espectáculos, discos, teatro, TV e trabalhos para gente tão importante como Peter Dinklage, o compositor Bill Tappin, Andy Cronshaw, Howells & Frolics, Ashley Hutchings, Albion Band, Airport Convention, entre muitos outros. Gente que não é estranha à Oyster Band: o grupo acabou já, em espectáculos e discos, com Billy Bragg (que já esteve na «festa!»), Leon

Rosselson, Albion Band, Fairport Convention, Robert Plant. Do seu repertório fazem parte versões (covers) de temas dos The Clash, Billy Bragg (novamente!), New Order, entre outros. Mas sigamos o percurso de June Tabor: em 1983 sai o álbum *Abyssinians* (objecto que os «iniciados» em June Tabor guardam religiosamente para escutar com mil cuidados) e em 88 edita-se *Aqaba*. São discos em que o olhar



contemporâneo sobre a folk, impresso por Tabor, etiquetam-lhe definitivamente o estatuto de «personagem de culto» junto da crítica especializada e de uma cada vez mais vasto público. A Oyster Band inicia-se com *Step Outside* em 1986 para no ano seguinte gravar *Wide Blue Yonder*. O grupo

produziu ainda outros dois trabalhos de longa duração: *Ride em 89* e *From Little Rock To Leipzig* no ano seguinte. Em 1989 June Tabor grava *Some Other Time*, com uma incursão em outras áreas que não a folk: aqui a sua voz canta (bem) Gershwin, Cole Porter, Thelonious Monk, Charles Mingus.

Freedom and Rain, no final do ano passado, concretiza o projecto June Tabor/Oyster Band. Interpretação de dez canções que passam por nomes como Lou Reed, Billy Bragg (outra vez!!) ou Richard Thompson. Desde a década de setenta que June Tabor é citada, aclamada ou referenciada como nome distinto da folk

britânica por gente tão diversa como Steve Winwood, Mike Oldfield ou Elvis Costello. No início terá sido influenciada por edições tradicionais e revivalistas como as de Anne Briggs, Clancy Bros. ou Blairs of Blairgowrie. Mas Tabor foi já bastante mais longe, conseguindo novas soluções

instrumentais, novas atmosferas sonoras, uma intensa e ao mesmo tempo sobria aplicação do canto. A Oyster Band partiu também da folk mais pura e, ao longo dos anos, foi-lhe gradualmente misturando elementos do rock, de forma tão bem sucedida que se torna hoje referência obrigatória em inúmeras



colectâneas e antologias folk britânicas, como as editadas pela Cooking Vinyl e a Folk Roots. Há duas semanas, no semanário «Expresso» o crítico português João Lisboa aclama a participação de June Tabor no Folk Tejo. «A gravação do espectáculo do Coliseu constituiria, sem qualquer dúvida, o registo do melhor álbum de June Tabor» diria o jornalista que comenta *Freedom and Rain*: «do disco com a Oyster Band há, assim, apenas a declarar que é excelente. Entre uma revisão espectral de «All Tomorrow's Parties» dos Velvet e o quase-fado de «Finisterre», uma «Lullaby Of London» iluminada e a transformação do tradicional «Dark Eyed Sailor» (como, no fundo,

todas as faixas) em matéria potencial para tabelas de vendas que considerassem a hipótese de serem tocadas pela inteligência, *Freedom And Rain* é (embora com data de 1990), lado a lado com *Mighty Like a Rose* (de um Elvis Costello que não regateia elogios a June Tabor), tão-só o melhor álbum de música pop chegado até nós este ano».

Se a estas palavras sobre Tabor juntarmos as notícias de estrondosos sucessos que nos chegam sobre as *tournees* e espectáculos em todo o mundo feitos pela Oyster Band, teremos de admitir estarmos perante atributos que talvez nos ofereçam, parafraseando João Lisboa, o melhor espectáculo de música pop chegado até nós este ano.

BOYS OF THE LOUGH

A tradição celta. A música da Irlanda, da Escócia, de Shetland e Northumberland. Raízes que nos vão ser reveladas na Festa do «Avante!» pelos Boys of the Lough que desde há 25 anos tocam a herança musical das *high-lands and islands*, as terras altas e as ilhas onde nasceram, para auditórios de todo o mundo: Estados Unidos, Canadá, México, Hawai, Austrália, Hong Kong, Nova Zelândia, Índia, Espanha, Dinamarca,

Noruega, Suécia, França, Itália e, naturalmente, Inglaterra, Escócia e Irlanda. Para além das qualidades próprias da música celta ou da sua importância, por exemplo, para a música norte-americana, há algo de particular nestes Boys of the Lough: a elevada capacidade técnica aliada a um «nervo» muito especial. Falemos por exemplo de um instrumento: o violino. Habitualmente associado à

música clássica, este instrumento é indissociável da história da música popular de muitos países.

No jazz, embora de forma algo ocasional, encontrou grandes executantes como Stephane Grappelli, Jean-Luc Ponty, Stuff Smith ou Didier Lockwood. Na folk há grandes violinistas como Vassar Clements e... Aly Bain, o violinista destes Boys of the Lough.

Raízes. A formação dos Boys of the Lough é assim constituída: Aly Bain nascido nas Shetland Isles; Dave Richardson proveniente de Northumberland; Christy O'Leary que nasceu no condado de Dublin mas criado em Kenmare, no condado de Kerry; Cathal McConnel do condado de Fermanagh e John Coakley de Cork. Esta referência aos locais de nascimento não é gratuita: é que para estes músicos a ligação à terra, o convívio na infância e adolescência com músicos populares das suas regiões mostra-se decisiva. Não só para sedimentar o gosto pela música ou elevar o nível de conhecimentos. Tudo

começa logo no instrumento que cada um elegeu para tocar. Por exemplo: Cathal McConnel, o flautista e vocalista do grupo, viveu numa zona conhecida como extremamente rica em número e qualidade de músicos. Ele herdou da família quatro gerações de tocadores de flauta e ainda hoje, depois de todos os elogios da crítica e de sucessivas eleições como melhor músico irlandês neste instrumento, afirma-se influenciado por grandes músicos do seu país como John Joe MacGuire, Eddie Duffy ou Mick Hoy.

Honestidade, intensidade e integridade na transmissão da herança celta caracterizam estes Boys of the Lough, suportados tecnicamente por cinco instrumentistas virtuosos que juntos acabam por valer algo mais que a simples soma das partes.

Arranjos imaginativos e ricos através dos elementos mais puros da folk dão ao seu trabalho uma capacidade enorme de atrair o público moderno. A contribuição do grupo



para a música tradicional tem sido publicamente reconhecida ao longo dos anos. Por exemplo: em 1981 foram nomeados cidadãos

honorários do Texas e dois dos seus álbuns, *In The*

Tradition and Open Road receberam nomeações para os prémios Grammy. Que bom é poderemos contar com eles na «festa!»!

SAVOURNA STEVENSON

Como em todos os fenómenos culturais, na música folk inglesa há alguns percursos que se repetem, algumas personalidades que se encontram ao virar de cada esquina, ao revelar de cada acontecimento. Uma dessas figuras é a do violinista Dave Swarbrick, o pilar do grupo Fairport Convention que os espectadores da Festa do «Avante!» puderam ver em 1977, no Vale do Jamor. Swarbrick desempenha no panorama folk inglês não apenas o papel de um grande executante, mas essencialmente o de um estímulo de inumeráveis músicos que apoiou. Um deles - melhor, uma delas! - estará presente este ano na Festa, trazendo pela

primeira vez a Portugal um dos mais sedutores instrumentos acústicos da música popular da Grã-Bretanha: a harpa galesa. Savourna Stevenson é filha de um conhecido compositor escocês contemporâneo, Ronald Stevenson, e teve uma educação musical desde criança. Aos 11 anos descobria a clarsach, a pequena harpa emblemática das músicas da Escócia e da Irlanda. Seu irmão Gordon, construtor de violinos e fundador da etiqueta Eclectic Records, apresentou-a, tinha Savourna 16 anos, ao seu amigo Swarbrick que procurava então uma harpista para algumas gravações de discos seus a solo. Iniciava-se uma carreira que conduziu ao



actual reconhecimento de Savourna como a mais

destacada harpista inglesa. É interessante sublinhar que tradicionalmente a harpa

galesa não era um instrumento feminino: bem pelo contrário, o clarsach aparecia até ao século

passado quase exclusivamente associado aos bardos itinerantes da Escócia e da Irlanda. Actualmente, quer a própria

harpa, quer a sua técnica de execução têm sofrido importantes alterações e o contributo - nomeadamente quanto ao estilo - de Savourna é de particular

importância. Senhora de uma sólida preparação teórica, Savourna Stevenson é um excelente exemplo da geração de jovens músicos folk que, desde os anos 70, tem vindo a modificar profundamente um panorama musical que, para utilizar as próprias palavras de Savourna, se podia tornar claustrofóbico se se ativesse exclusivamente ao purismo. Como tem vindo a suceder em muitos outros países, esta renovação da folk muito deve ao jazz e Savourna não esconde a influência que sobre ela tiveram músicos como Mike Stern e Pat Metheny. O intercâmbio entre os músicos de jazz e os de folk é hoje uma constante, procurando os primeiros raízes populares dos seus universos culturais de origem e os segundos uma desenvoltura técnica e uma criatividade musical que marca profundamente o jazz. Savourna Stevenson apresenta-se habitualmente a solo, mas no último ano iniciou o trabalho com um trio que inclui percussões e contra-baixo. A sua apresentação em Portugal será feita essencialmente a solo, mas com um apoio determinante que figura aliás na sua mais recente edição discográfica: o violinista Aly Bain, do grupo Boys of the Lough que igualmente actuarão na Festa.

JAZZ CEDAR WALTON TRIO

Quantas horas de boa música foram já executadas com a simplicidade de um trio de piano, baixo e bateria? Infundáveis. E quantas vezes essa aparente simplicidade revelou-nos estruturas complexas, surpresas brilhantes, ricas improvisações? Muitas, no jazz. Uma vez mais com o trio de Cedar Walton, presença este ano na Festa do «Avante!».

Cedar Walton nasceu em Dallas, nos Estados Unidos da América, em 1934. Foi aí que começou a dar espectáculos, normalmente com grupos de rhythm and blues. Quando estudava música na Universidade de Denver (1951-1954), aproveitava todas as oportunidades para tocar com os músicos que passavam pela cidade. Foi assim que Cedar Walton teve oportunidade de tocar com gente como Charlie Parker, Dizzy Gillespie ou John Coltrane em numerosos clubes locais. Foram somente alguns números, apenas alguns

temas, mas foi um contacto inestimável com grandes mestres.

Em 1955 Walton muda-se para Nova Iorque à procura de trabalho no mundo do jazz. A tropa chegou primeiro e o jovem foi servir a pátria para o oeste alemão. Mesmo assim teve a sorte e a possibilidade de tocar algum jazz com músicos como Leo Wright, Don Hallis e Eddie Harris. De volta a Nova Iorque toca com gente como Kenny Dorham, Lou Donaldson, Gigi Gryce e Sonny Rollins (1958).

Talvez o arranque definitivo da sua carreira de músico tenha acontecido quando substituiu Tommy Flanagan no J. J. Johnson Sextet, com quem ficou quase dois anos, até 1960. Depois de Johnson seguiu-se o Jazztet of Benny Golson and Art Farmer no qual Walton substituiria McCoy Tyner. Em 1961 chega a vez do ingresso nos Jazzmessengers de Art Blakey para substituir Bobby Timmons no piano e nos



Billy Higgins

arranjos. Com Blakey, Cedar Walton dá espectáculos na Europa e no Japão e tem tempo ainda para gravar um álbum com Art Farmer e Lee Morgan. Depois da fase Blakey, Walton acompanha durante algum tempo a cantora Abbey Lincoln, o que lhe valeu nesse tempo o epíteto de «acompanhador perfeito».

Mas Cedar Walton queria mais. Tornou-se no pianista da editora «Prestige» e assim teve oportunidade de gravar com Eddie Harris, Blue Mitchell, Jimmy Hlath, Freddie Hubbard, Donald Byrd, Milt Jackson... Importante para qualquer formação musical! Em 1967 começa o trabalho

com o seu próprio trio: Sam Jones ou David Williams no baixo e Billy Higgins na bateria. Quando o trio passava a quarteto com a introdução de um sax tenor este era muitas vezes tocado por Clifford Jordan, George Coleman ou Bob Berg.

Depois de uma digressão europeia com este grupo, Walton é convidado em 1973 para fazer parte dos Young Giants of Jazz com um concerto no Festival de Jazz de Newport.

Em 1975 o seu quarteto passa a chamar-se Eastern Rebellion numa altura em que Cedar Walton explora durante algum tempo os caminhos do ritmo funky e do piano eléctrico com os

Soundscapes. Volta-se novamente para o piano acústico com os Timeless All Stars (1981) e com músicos como Bobby Hutcherson, Woody Shaw, Frank Morgan, Curtis Fuller e Harold Land. Participaria ainda no filme «Round Midnight».

O seu habitual baterista, Billy Higgins (lembra-se?) Tocou com gente como Ornette Colleman, Sonny Rollins, H. Mobley, Lee Morgan, Lee Brass Company ou Chris Anderson) costuma definir Cedar Walton como um pianista que faz «a aliança entre Hank Jones e Tommy Flanagan». Todos os amantes do Jazz sabem o que isto significa!

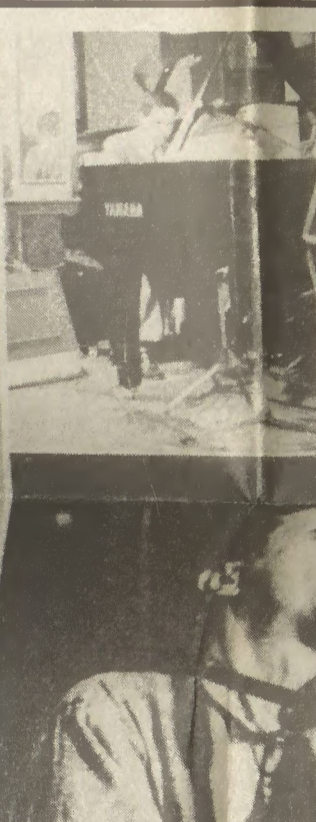
O baixista José Eduardo talvez seja o músico português de jazz mais prestigiado internacionalmente. Vive em Espanha e lidera a formação «José Eduardo Unit» que em Setembro tocará na Festa do «Avante!».

A Unit é uma banda de grande flexibilidade: trio, quinteto ou sexteto. A sua fórmula está assente no tipo de repertório que utiliza. São composições deliberadamente simples com uma fórmula baseada na força que a simplicidade pode ter, quando os intérpretes chamados a tirar-lhe proveito mostrem o talento necessário para o conseguir com sucesso. A maioria do repertório está pensado como uma sobreposição de uma melodia sobre uma linha de baixo. O resto dos componentes podem ou não estar presentes.

Com a recente inclusão do grande trompetista Valery Ponomarev, um soviético descrito como um cavaleiro de mil batalhas *hard bopians*, o grupo faz uma pequena inflexão a esta vertente da música afro-americana.

O piano, instrumento ausente a maioria das vezes da música do Unit, faz presença como complemento à experiência. Nos saxofones e flautas está Perico Sambat, um jovem valenciano, talvez um dos dois ou três melhores executantes da nova geração do jazz espanhol.

Nas formações habituais da Unit participam ainda Stephen Keogh na bateria, (um irlandês de Dublin que trabalhou já com meio mundo, de Chet Baker a Art Farmer, de Eddy «Lockjaw» Davies a Jim Morrison) e



Bernardo Sasseti no piano, que conhecemos do Quarteto de Carlos Martins e do Moreiras Jazztet. José Eduardo nasceu em Lisboa em 1952. Estudou piano dos sete aos dez anos e baixo no Conservatório entre 1974 e 1978. Esteve envolvido no intenso desenvolvimento do movimento jazzístico no nosso país que ocorreu na década de 70.

Tocou nos festivais de Jazz de Cascais em 1975 e 1976 com as suas próprias bandas, para entre 1977 e 1979 trabalhar como músico de estúdio.

Em 78 participa na formação da primeira Big Band de estudantes em Portugal, da qual saíram muitos dos nossos actuais melhores músicos de jazz. No ano seguinte José Eduardo funda em colaboração com o Hot Club

de Portugal uma escola de Jazz que dirigiu até 1982, altura em que emigraria para Espanha. Aí começa a trabalhar no *Taller de Músics* de Barcelona. Nessa oficina José Eduardo acaba por dirigir o departamento de estudos de Jazz e forma em 1984 uma Big Band com estudantes da escola.

No ano seguinte José Eduardo dirige uma Big Band profissional onde pontifica o pianista Tete Montoliu, com o qual grava um LP e CD em 1988 e faz digressões em Espanha, França e Portugal.

Durante esse tempo forma ainda o Onix Quartet com o qual grava e com o qual recebe o título de melhor grupo de jazz moderno de Espanha.

Nos últimos anos José Eduardo tem tocado baixo com músicos de alto nível como Sal Nístico, Dave

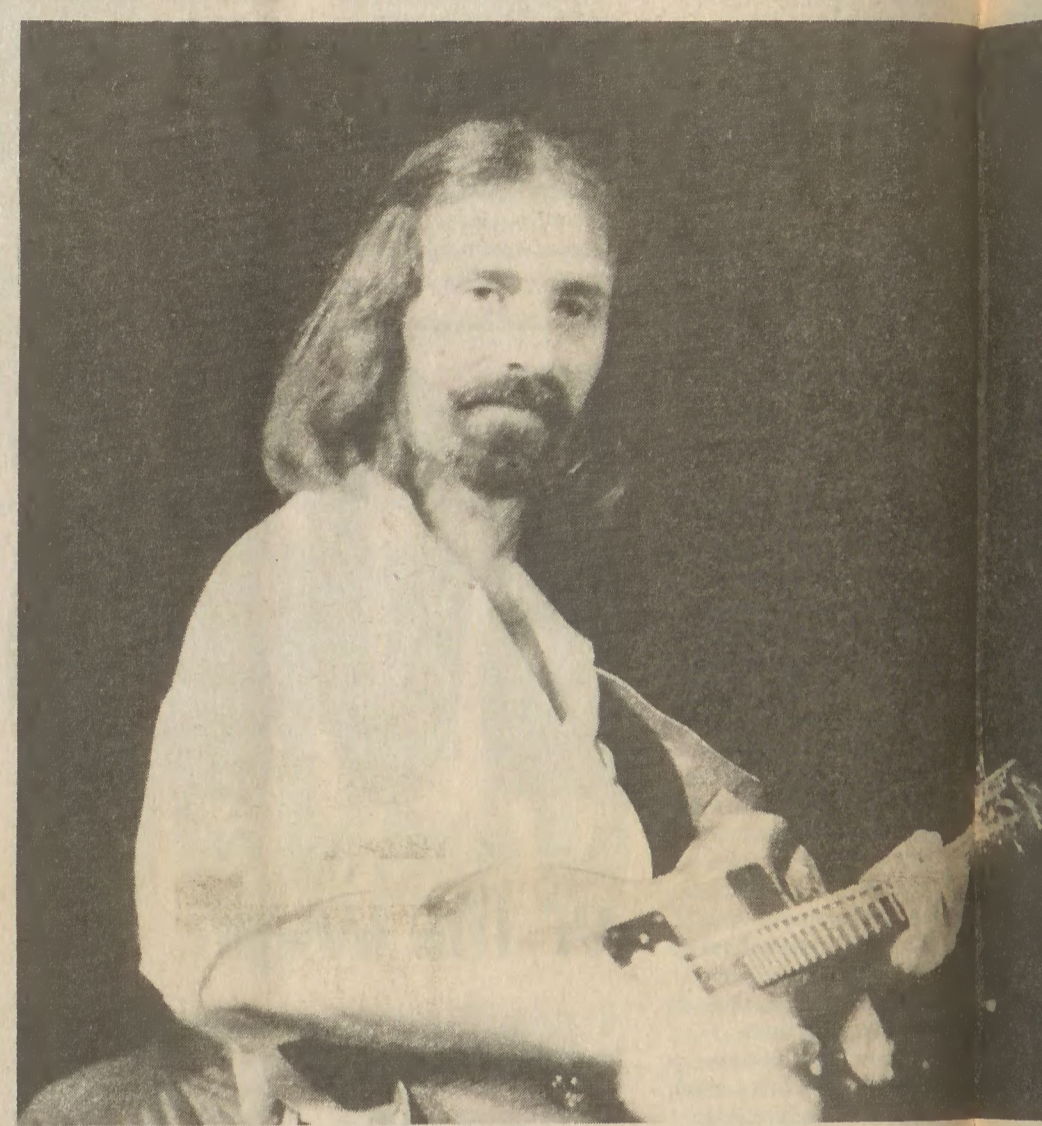
JOSE EDUARDO UNIT

Schnitter, Tete Montoliu, Hal Galper, Pete King e Steve Lacy. Em 86 inicia o trabalho com o seu próprio sexteto, o Unit, com quem grava um disco no ano

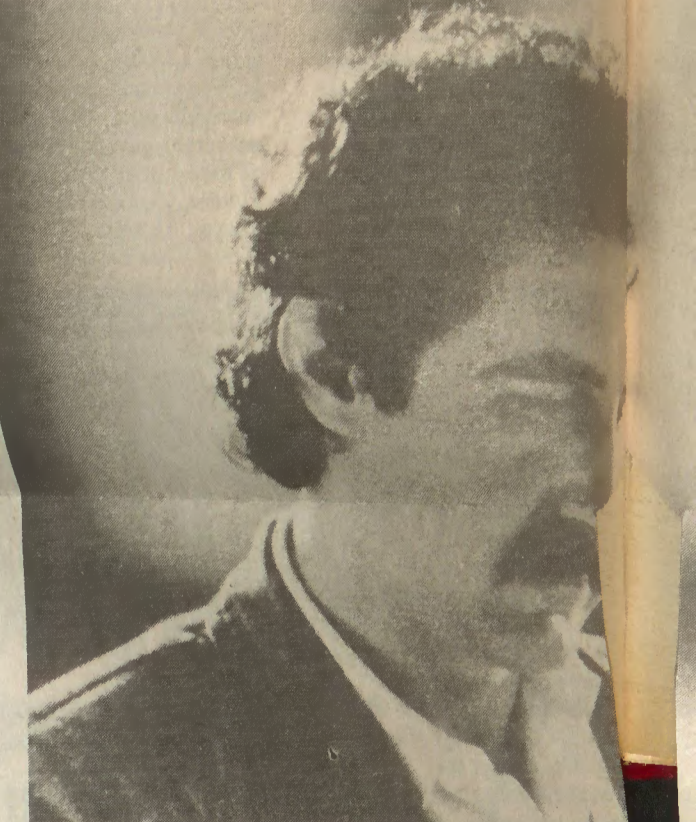
seguinte, enquanto se aguarda para breve a edição de um segundo trabalho. Em pleno Verão, vinda de Espanha, cá teremos a José Eduardo Unit.

ARTISTAS PORTUGUESES

JÚLIO PEREIRA

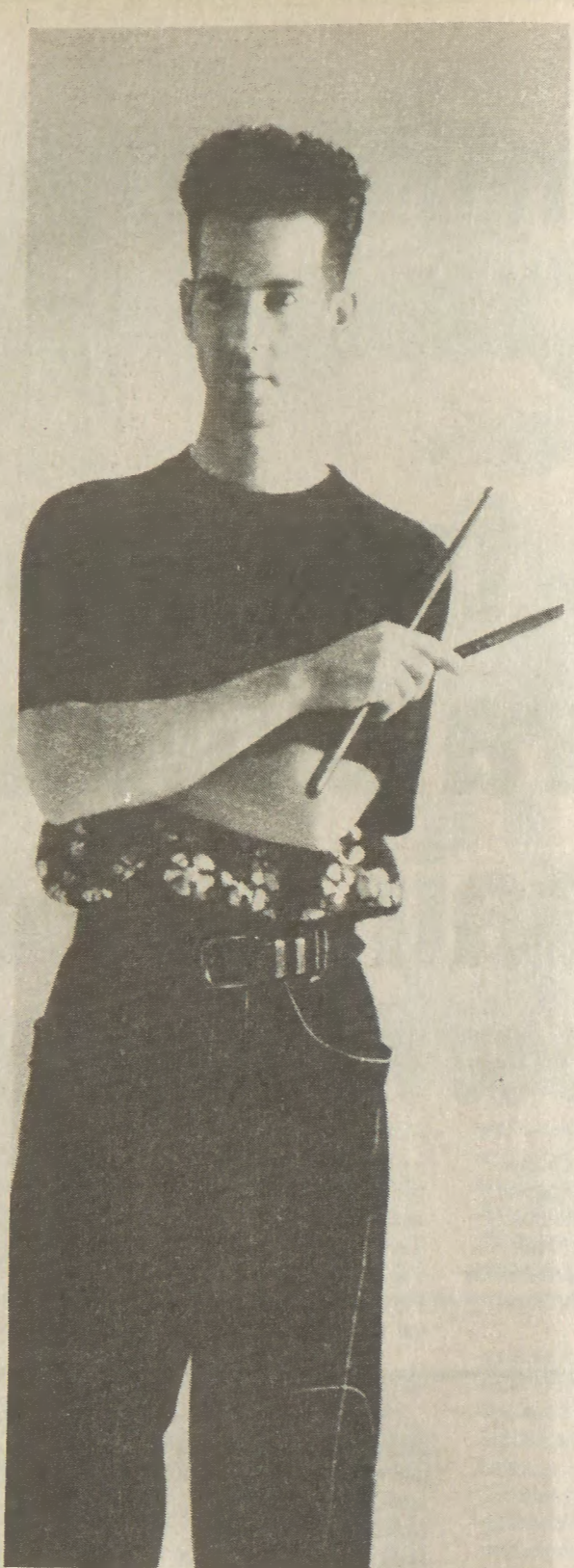


PINHO VARGAS

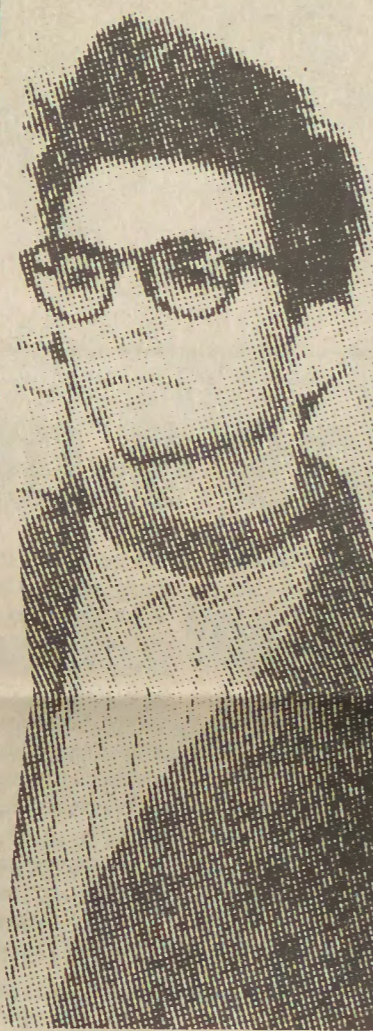




DELFINI



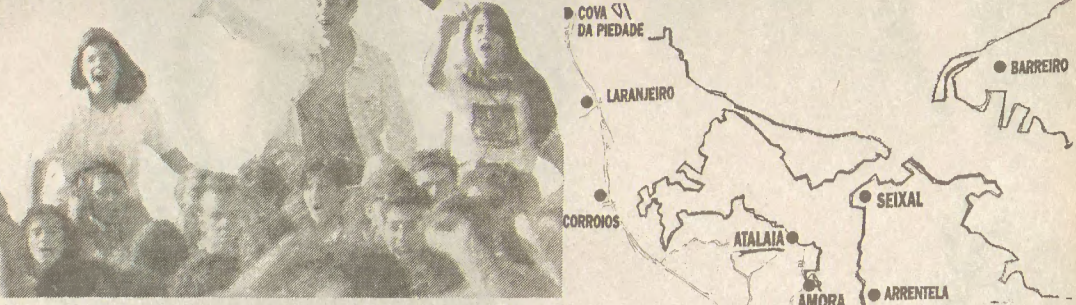
POP DEL'ARTE



...E MAIS ARTISTAS PORTUGUESES



FESTA!

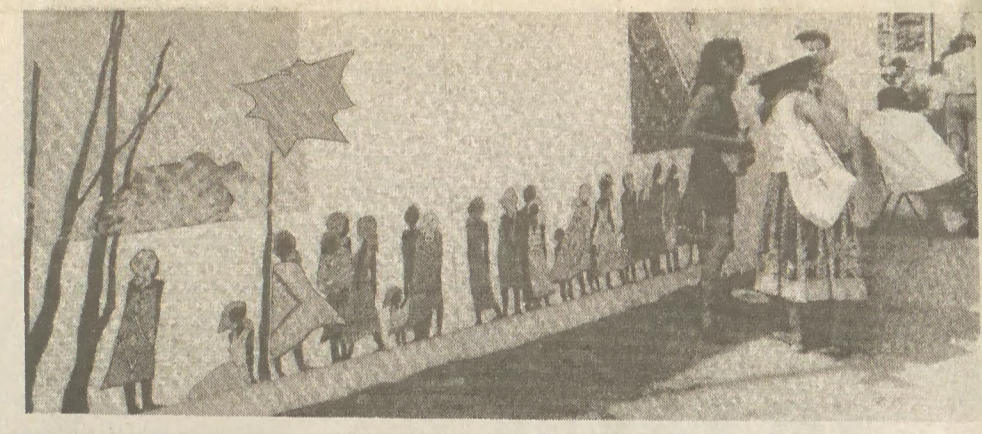


Cidade Internacional

Um dos pontos que anualmente desperta o maior interesse na Festa estará de novo presente na Atalaia no próximo Setembro: a Cidade Internacional, manifestação viva dos profundos sentimentos de solidariedade dos comunistas portugueses para com os povos em luta em todo o mundo e dos laços de amizade que nos unem aos partidos irmãos. A Cidade Internacional da Festa do «Avante!» é um ponto de encontro e de conhecimento com as realidades estrangeiras, um ponto de intercâmbio de experiências - e também um



dos grandes atractivos da Festa, seja pelos seus restaurantes com comidas exóticas, seja pela possibilidade de compra de peças de artesanato ou de informação dos mais diversos países do mundo. Não está ainda concluída a lista definitiva das presenças na Cidade Internacional de 1991, mas já se sabe que o número de delegações presentes este ano será superior ao verificado no último ano. Diversas presenças habituais com pavilhão - União Soviética, República Popular da China, «L'Humanité» - estão igualmente confirmadas.



Os transportes para chegar e sair da Festa

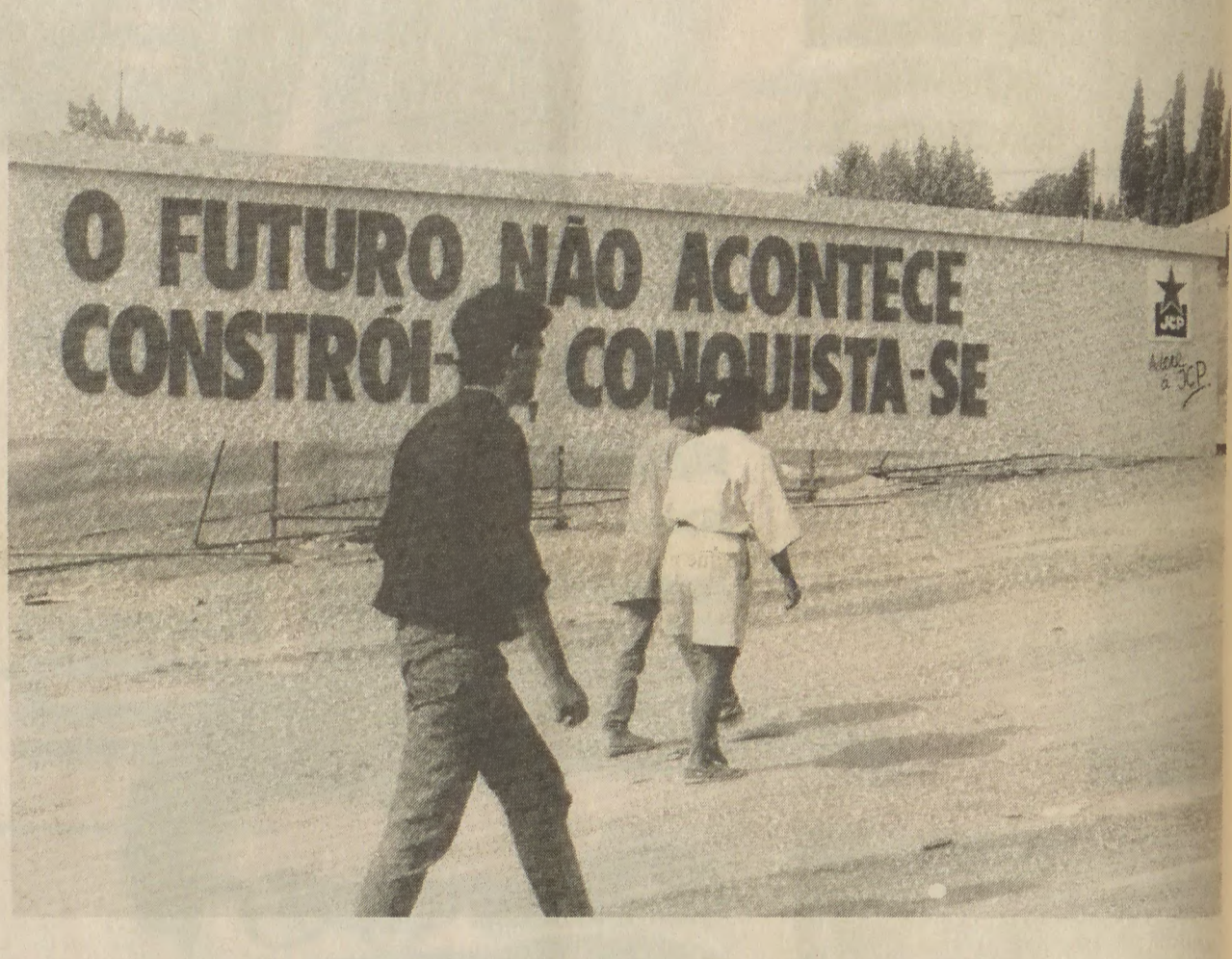
Como se viu o ano passado, é fácil ir à Festa!

1. À semelhança do ano passado, está assegurado para todos os visitantes da Festa do «Avante!» um serviço de transportes de ida e volta coordenado com o horário da Festa.
 - garantido desde já o número de barcos necessários na linha Terreiro do Paço-Seixal, via Transtejo
 - assegurado igualmente um vai-ven da RN entre o cais do Seixal à entrada da Festa;
 - igualmente asseguradas as carreiras especiais da RN para a Festa que se praticaram o ano passado, designadamente Cacilhas-Festa do «Avante!» e Baixa da Banheira-Festa do «Avante!»
2. Assegurado um serviço de estacionamento organizado e dirigido pela Festa do «Avante!» para os visitantes que se deslocarem em transporte próprio.

Os amadores de trocadilhos podem este ano fazer uma inovação a respeito da Cidade da Juventude da Festa: para lá não se irá de carinho - vai-se de skate! Na verdade, na área organizada pela JCP, entre as novidades de 1991 conta-se uma pista de skate onde se exibirão especialistas da modalidade e se realizarão competições de vários estilos. A cidade da Juventude deste ano contará também com o alargamento de uma zona que constituiu o ano passado um dos seus grandes atractivos: o espaço de fabrico, exposição e venda de artesanato urbano.

Cidade da Juventude

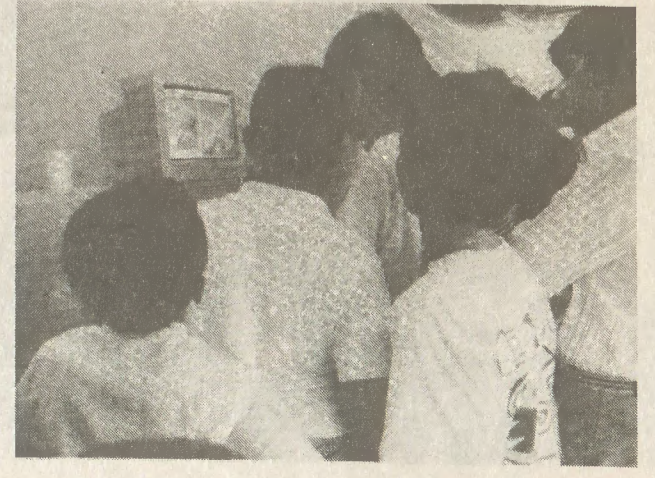
A JCP promove também na Cidade uma mostra de jovens ceramistas bem como um desfile de moda. O café concerto da Cidade da Juventude prevê um programa variado de jovens intérpretes, com destacada presença de grupos de jazz. A JCP prepara ainda uma animada participação no comércio de Domingo.



A informática volta a estar presente na Atalaia. Música, informações, jogos e uma surpresa vão estar neste espaço do Pavilhão Central da «festa!» dividido em duas zonas: uma chamada «zona do utilizador» e o Auditório Inforfesta.

«A Cibermática entrou definitivamente na sociedade contemporânea. A Música não podia ficar indiferente a esta revolução tecnológica sob pena de se tornar um atavismo artístico. Estamos na Era audio-video-informática, movimentamo-nos numa imensa rede de comunicação poli-sensorial. O processo guttemberguiano de fixação da música pela escrita foi superado pela informática que permite analisar sistematicamente, e a velocidades inumanas, todos os processos e fases da construção duma obra musical, bem como

armazená-los em memórias magnéticas prodigiosas e de imediata apresentação». «Em Informática mesmo o indeterminismo está sujeito a leis fundamentais da lógica, donde os fenómenos aleatórios (motivados pelo acaso) coexistem com os racionais, num enlevo que irá definir a individualidade artística de cada músico. O método axiomático dos operadores cibernéticos pode aplicar-se a diversas matérias ou a conjuntos de objectos de natureza diferente e assim a Cibermática possibilitou à Música insuspeitadas interações artísticas... Para saber quais e como essas «interações artísticas» são produzidas, para uma introdução a esse mundo maravilhoso, aqui se aconselha uma visita à Inforfesta. Na primeira dessas zonas o visitante terá acesso, manipulando os teclados dos computadores disponíveis, a bases de dados que conterão toda a informação sobre o programa da «festa!», propostas do PCP para a sociedade portuguesa e o



INFORFESTA A música e o computador

programa eleitoral do PCP. Por outro lado o visitante deste espaço poderá ainda ter acesso a um programa sobre processos de luta social e política e a jogos de perguntas e respostas sobre estes dois temas: «programa e estatutos do PCP» e «laranja amarga». Jogos didácticos vários e a tal surpresa cuja divulgação reservamos para data mais próxima da «festa!» constituem o complemento da actividade possível na «zona do utilizador» do Inforfesta. Mas «o computador e a música» será o grande tema do auditório deste pavilhão. Ele será desenvolvido em duas vertentes, uma primeira sobre composição e interpretação, a outra sobre programação e tecnologia, ambos com formas de tratamento diversificado: concertos, debates e colóquios estão programados para animação deste auditório. Haverá ainda uma audição permanente, em disco compacto, de obras de música realizadas e executadas em computador e a possibilidade de aquisição de discos compactos ilustrativos deste tipo de criação musical numa zona de vendas especialmente montada para o efeito. Só para despertar a curiosidade, aqui transcrevemos um extracto de um texto escrito em 1989 pelo compositor e musicólogo Jorge Lima Barreto editado pela revista «Via Latina» sob o título «O Camação Stradivarius ou a Música para Computador».

Conversas e música popular

O café-concerto na zona de Lisboa será um dos locais mais aprazíveis da «festa!». Música, dança, conversas e Giacometti vão lá estar. Se a «festa!» é um local de encontros, um dos pontos de encontro obrigatório é o Café Concerto no espaço reservado a Lisboa. Entre um momento de descanso, uma conversa, uma bebida, as oportunidades de entretenimento serão várias: marcante no Café Concerto da «festa!» será este ano a música - de África, do jazz ou da música popular portuguesa. Dois palcos, um bar e um restaurante compõem a estrutura essencial deste espaço que se quer aprazível, com alguma capacidade de isolamento do que exteriormente vai ocorrendo, e com uma decoração agradável, convidativa à permanência. Dissemos que a música iria ser ponto crucial do programa do Café Concerto. É verdade, mas o jazz, a música popular portuguesa e africana para além de serem ouvirem em espectáculos ao vivo serão motivo para conversas/debates, exposições de slides e vídeo. Obrigatório será, sempre, dançar... Mas há outros assuntos a abordar, outras formas de entretenimento a oferecer pelos responsáveis deste espaço: «à conversa» vão estar convidados e visitantes sobre temas como as tradições e a cultura popular. Um dos pontos de partida para essas discussões será a exibição de uma montagem de cenas de filmes portugueses dos anos 30 e 40. Conversas que serão igualmente forma de reconstituir as «tertúlias» que os intelectuais lisboetas constituíram e animaram nos anos do pós-guerra. A morte este ano de Michel Giacometti será também assinalada no Café-Concerto da DORL. A evocação do seu trabalho, insubstituível para a música tradicional portuguesa, será motivo para se escutar música e se falar dela. Muitas razões pois nos podem levar ao Café-Concerto da DORL.

À porta das eleições

com o PCP, com a CDU
 A Atentiva
 para Portugal
 um Portugal
 Melhor

Trinta dias separarão a realização da próxima Festa do «Avante!» das eleições legislativas de 6 de Outubro. A importância política que a Festa sempre assume adquire assim este ano um particular impacto. Por outro lado, o convívio do fim de semana de 6, 7 e 8 de Setembro torna-se num momento único de troca de impressões e experiências entre os militantes e simpatizantes do PCP, uma excelente oportunidade de divulgação das propostas que a CDU apresenta ao eleitorado. O Pavilhão Central da Festa incluirá exposições sobre a actividade do PCP, bem como sobre a sua análise da realidade política portuguesa e os aspectos programáticos que dela decorrem. No Pavilhão Central funcionará igualmente o Fórum cuja programação incluirá um vasto programa de colóquios e debates em que participaram dirigentes do PCP e candidatos CDU de todo o País.

Atalaia - Amora - Seixal 6, 7 e 8 Setembro

SÓ por 1.100\$00

JÁ ESTÁ À VENDA

Nos Sectores do PCP em todo o País

FESTA do Avante!

Entrada para 3 dias de Festa



DOMINGO

Às 17 horas

COMÍCIO

INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL SECRETÁRIO-GERAL DO PCP



Arte contemporânea portuguesa

VII BIENAL

A zona central será um espaço onde se reunirão a Bienal de Artes Plásticas, o café da Amizade, o Inforfesta, o Forum - tradicional local de debates na «festa!» - e uma exposição com abordagem de dois temas: os 70 anos do PCP, Partido necessário, projecto de futuro e, naturalmente, o momento eleitoral e político.

Falando um pouco da Bienal, este ano em sétima edição, poderemos adiantar que nela vão estar representados cerca de meia centena de artistas, entre consagrados e jovens criadores.

O processo de apreciação e selecção das obras concorrentes está já a decorrer ao mesmo tempo que se conhecem já alguns nomes de artistas reconhecidos que decidiram enviar trabalhos para esta iniciativa da «festa!»: Álvaro Carneiro, Maria



Gabriel, Maria Keil, Virgílio Domingues, Rogério Ribeiro, Rui Filipe, Hilário Teixeira Lopes são alguns dos muitos que o fizeram. Parte substancial da Bienal

será ocupada por uma exposição sob o título genérico: «Alguns aspectos da arte contemporânea portuguesa» com a participação de Helena de

Almeida, Jorge Pinheiro, José Nuno da Câmara Pereira, Pedro Chorão, Sá Nogueira e um escultor do Porto. Sendo uma mostra de diferentes modalidades técnicas e de diversas expressões estéticas das Artes Plásticas, uma outra riqueza da Bienal da Festa do «Avante!» é o facto de ela proporcionar um lugar de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e etária. A Bienal constitui só por si uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, uma oportunidade para a irradiação da sensibilidade plástica entre os portugueses, um estímulo à criatividade individual e colectiva, à promoção da criação e fruição cultural. Em Setembro, vamos ver!

Desporto para todos

O desporto tem tradições na «festa!» e este ano será um dos «pratos fortes» oferecidos ao visitante, simples espectador ou entusiasta praticante. Uma dessas tradições desportivas é a corrida da «festa!», uma prova de atletismo que reúne lado a lado os chamados atletas de pelotão com grandes nomes consagrados do desporto nacional. Mas há mais, do chiniquilo à canoaagem, do xadrez ao ciclismo.



Também no Tejo vamos poder ver evoluir as embarcações que participam nas provas de canoaagem, uma iniciativa importante no desporto da «festa!».

Andebol e demonstrações de boxe e full-contact serão outras modalidades que vão marcar presença na XV edição da Festa do «Avante!».

Albertina Dias e Carlos Lopes são dois dos nomes do atletismo português que deram já o seu apoio à realização de mais uma edição da «Corrida da Festa». Muitos outros nomes importantes ligados à modalidade têm vindo a anunciar o seu apoio a esta iniciativa já com tradições no calendário desportivo nacional. Albertina Dias será uma das atletas de alto nível que participará mesmo na competição, facto que no seu caso pessoal ocorre pela primeira vez, algumas semanas depois desta atleta marcar presença nos campeonatos mundiais de atletismo, que irão ter lugar no próximo mês de Agosto e depois de recentemente ter

batido o record nacional dos três mil metros. Albertina representa as cores do Maratona Club de Portugal e tem há anos o estatuto de alta competição. Do seu curriculum desportivo avultam a vitória nos três mil metros, na Taça da Europa, em Viseu no passado mês de Junho e a conquista do segundo lugar no campeonato do mundo de corta-mato. Tal significa que Albertina atingirá a «Corrida da Festa» numa forma que se aproximará certamente ao ponto mais alto este ano conseguido pela desportista. Carlos Lopes, por seu lado, já não é um «estranho» à «Corrida da Festa», pois para além de diversas vezes ter manifestado o seu apoio à iniciativa, como este ano mais uma vez sucede, ainda no ano passado deu o tiro de partida à prova. Uma prova que no próximo dia oito de Setembro iniciará-se e concluir-se-á junto ao campo do Amora efectuando um percurso com cerca de 14 quilómetros, aberta a todos os que desejem nela participar, em todos os escalões.

Palco Arraial



A Festa do «Avante!» constitui desde sempre um dos maiores festivais de folclore realizados no nosso País. De Norte a Sul chegam à Festa grupos e ranchos folclóricos que asseguram anualmente uma mostra do vasto património de cultura popular do País, constituindo simultaneamente um interessantíssimo reflexo da

participação cultural de colectividades e autarquias. Desde há alguns anos que a presença folclórica na Festa exigiu a criação do Palco Arraial como recinto particularmente vocacionado para este tipo de actuações. O Palco Arraial ganhou igualmente particular importância na programação da Festa por

uma outra presença regular: o circo, que nas manhãs de Sábado e Domingo constitui um polo de atracção de milhares de crianças. Em 1990 o Palco Arraial inaugurou uma outra presença que este ano se repetirá: à noite, o tablado será ocupado por grupos musicais que assegurarão o suporte musical de grandes bailes populares.



A Festa de todos os sabores

- Arroz de tamboril (Setúbal)
- Carne de porco em vinha d'alhos (Guarda)
- Ensapado de borrego (Portalegre)
- Sopa de pedra (Santarem)
- Tripas à moda do Porto (Porto)
- Leitão da Bairrada (Aveiro)
- Feijoada à transmontana (Vila Real)
- Broa de milho com salpicão de vinho verde (Braga)
- Dom Rodrigues (Faro)
- Arroz de marisco (Viana do Castelo)
- Pão tradicional cozido em forno de lenha (Leiria)
- Orelheira (Bragança)
- Croissanteria (Juventude)
- Caldeirada à fragateira (Lisboa)
- Broa de Avintes (Porto)
- Ensapado de enguias (Leiria)
- Orelha de porco de coentrada (Évora)
- Bacalhau frito (Braga)
- Chispe em molho vinagrete (Guarda)
- Papas de sarrabulho (Porto)
- Truta de escabeche (Bragança)
- Mariscada (Faro)
- Espetadas (Madeira)
- Entrecosto na brasa (Coimbra)

Salpicões, chouriços, presuntos, paios e morcelas de todo o País

Pasteis de bacalhau, pataniscas, bifanas, saladinha de polvo, rissois de camarão, moelas e mais todos os petiscos do mundo!

Vinhos alentejanos (Redondo, Borba, Reguengos, Vidigueira), da Bairrada (incluindo espumante), vinho verdes de várias origens, vinhos transmontanos. Em Lisboa, uma grande mostra de vinhos da região que inclui colheitas especiais de Colares, Arruda e Torres

Doçaria de todo o país, pão de ló, doces de ovos, doces de amêndoa e de figo, pasteis de nata, ovos moles

Livros e Discos



A complexidade e falta de tempo que condicionaram a construção da Festa de 1990, pela primeira vez realizada no novo terreno da Atalaia, impuseram algumas limitações às áreas construídas. Uma das ausências impostas pela falta de tempo foi então a da tradicional Cidade do Livro e do Disco, que, como alguém disse com acertado sentido de humor, o ano passado não foi cidade, foi apenas aldeia... Este ano - tudo muda! Os visitantes da Festa poderão de novo ter acesso a uma

vasta selecção de livros e de discos num grande pavilhão onde igualmente se desenvolverão numerosas actividades culturais: sessões de autógrafos, encontros com escritores e também uma exposição evocativa dos 50 anos de actividade literária de Manuel da Fonseca. E ainda um outro motivo de interesse: no pavilhão da Cidade do Livro e do Disco funcionará em permanência uma Feira do Livro, onde se poderão encontrar verdadeiras pechinchas!

O CAPITAL
Karl Marx

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo. Edição dirigida por José Barata-Moura e Francisco Melo

edições Avante!



JUNE TABOR
e OYSTER BAND



BOYS OF THE LOUGH



BOGS BROTHERS



FESTA

ATALAIA - AMORA - SEIXAL
6, 7 e 8 de SETEMBRO